

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: setembro de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Governo propõe 'trocar' dívida por floresta – Sítio Eletrônico da CNA – 01/09/2009	6
Marina crítica Lula por MP que regulariza terras na Amazônia - Silvia Amorim – Estado de São Paulo – Nacional – 01/09/2009.....	8
Brasil perde direito a voto em entidade do clima - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 01/09/2009.....	9
Desmate na Amazônia recua 46% em 12 meses - Estado de São Paulo – Capa – 02/09/2009	10
Desmatamento na Amazônia cai 46% - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 02/09/2009.....	10
Minc prevê a menor devastação em 20 anos - Lígia Formenti – O Estado de São Paulo – Vida & - 02/09/2009.....	12
Desmatamento da Amazônia é o menor já visto, diz governo – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 02/09/2009	13
MP da Grilagem arma bomba-relógio – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Brasil – 02/09/2009	14
Após protesto, Lula defende suas ações ambientais – Ana Flor – Folha de São Paulo – Brasil – 02/09/2009	15
Lula defende redução de CO2 - Henrique Gomes Batista – O Globo – Ciência – 02/09/2009	16
Ruralista só defende ambiente na "terra dos outros", diz Minc – Folha de São Paulo – Brasil - 03/09/2009	17
Amazônia polui mais com uma área desmatada igual – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 03/09/2009.....	17
Greenpeace: desmatamento cresceu - Soraya Aggege – O Globo – O País – 03/09/2009	18
Setor de 'uso da terra' faz aliança de olho no clima - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Agronegócios – 03/09/2009	19
MUNDO TERÁ SISTEMA PARA PREVISÃO DO CLIMA – Folha de São Paulo – Ciência - 05/09/2009	20
Efeito Marina leva Lula a fazer PAC ambiental - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 05/09/2009	20
'Minha possível candidatura contribuirá com a agenda socioambiental' - Adriana Vasconcelos – O Globo – O País – 05/09/2009	22
Fator Marina provoca corrida por agenda verde - Daniel Bramatti – Estado de São Paulo – Nacional – 06/09/2009	23
Na Câmara, 136 ambientalistas aprovaram 'MP da grilagem' – Estado de São Paulo – Nacional – 06/09/2009	25
Sustentabilidade não é só slogan, diz ministro – Estado de São Paulo – Nacional – 06/09/2009.....	25
A 'caixa d'água' do Brasil sob ameaça - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 06/09/2009	27
Cerrado terá plano de conservação - Herton Escobar – Estado de São Paulo – 07/09/2009	29

Promessa de aliança na conferência do clima – Bernardo Mello Franco e Luiza Damé - O Globo – O País – 08/09/2009	30
Japão reduzirá 25% de CO2 – O Globo – Capa – 08/09/2009	31
Japão reduzirá CO2 – O Globo – Ciência – 08/09/2009	32
Mudanças no Código Ambiental levam mais de 200 produtores de MT a Brasília – Sítio eletrônico da CNA – 09/09/2009	33
País pode reduzir emissões em 30% - Lisandra Paraguassú e Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Vida & - 09/09/2009	33
Acordo deve permitir mudança no Código Florestal – João Domingos e Célia Froufe - Estado de São Paulo – Vida & - 09/09/2009	35
Japão quer cortar 25% do CO2 até 2020 – Folha de São Paulo – Ciência -09/09/2009 .	36
China fará maior usina solar do mundo no deserto mongol – Folha de São Paulo – Ciência – 09/09/2009	37
MMA lança plano contra desmatamento no Cerrado – Sítio Eletrônico do MMA – 09/09/2009	40
Minc cobra metas de redução de emissões dos países desenvolvidos – Paulenir Constâncio – Sítio eletrônico do MMA – 09/09/2009	40
Cerrado já emite CO2 nos mesmos níveis que a Amazônia – Paulenir Constâncio – Sítio Eletrônico do MMA – 10/09/2009	41
Produtores rurais colaboram para a preservação ambiental, aponta pesquisa – Sítio Eletrônico da CNA – 11/09/2009	43
Emissão de CO2 do cerrado equivale à da Amazônia - Lígia Formenti – Estado de São Paulo- Vida & - 11/09/2009	44
Dados põem bioma Na agenda do clima – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 11/09/2009	45
Ritmo de desmate do cerrado é maior que o da Amazônia – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 11/09/2009	46
França terá imposto sobre CO2 em 2010 – Folha de São Paulo – Ciência – 11/09/2009	47
Desmatamento avança mais rápido no cerrado - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 11/09/2009	48
Ambientalistas defendem lei de preservação para o cerrado – Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 12/09/2009	49
Ibama flagra desmate em assentamentos de GO – Catarina Alencastro – O Globo – O País – 12/09/2009	51
Governo amplia restrição a estrangeiros na Amazônia – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 15/09/2009	52
Aquecimento desproporcional - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Ciência – 16/09/2009	53
Bird quer pacote de US\$ 475 bi para clima – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 16/09/2009	54
Em clima de urgência – Ronaldo Seroa da Motta e Carolina Bubeux - O Globo – Opinião – 17/09/2009	56
Acordo em Copenhague corre perigo – David Miliband – Folha de São Paulo – Espaço Aberto – 20/09/2009	57

Acordo de Copenhague não fará diferença em emissão – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 21/09/2009.....	58
Recessão provoca maior queda de emissões de gases em 40 anos - Fiona Harvey – Valor Econômico – Internacional - 21/09/2009	62
Brasil fica sem proposta para clima - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política - 21/09/2009	62
Conciliação de opiniões é indispensável para avançar no debate ambiental, aponta Capobianco – Sítio Eletrônico da CNA – 22/09/2009	64
ONU quer pressão sobre líderes na reunião do clima – Estado de São Paulo – Vida & - 22/09/2009	65
Mundo acorda para o clima – Mariela Martins – O Globo – Ciência - 22/09/2009	66
Brasil debate o valor da floresta em pé – Catarina Alencastro – O Globo – Ciência – 22/09/2009	67
China e EUA falam em esforço para reduzir emissões de CO2 – Estado de São Paulo – Vida& - 23/09/2009.....	68
China supera EUA em cúpula climática - Sérgio Dávila – folha de São Paulo – Ciência – 23/09/2009	69
Em jantar, Lula diz que Brasil terá meta de corte – Janaina Lage – Folha de São Paulo – Ciência – 23/09/2009.....	70
Clima ainda sem metas – O Globo – Ciência – 23/09/2009	71
Fazenda fortalece visão verde – Catarina Alencastro – O Globo – Ciência - 23/09/2009	72
EUA testam tecnologia que enterra CO2 emitido por usina a carvão – Matthew L. Wald - O Globo – Ciência – 23/09/2009.....	73
Índia sugere que pode adotar 'metas implícitas' – Amy Kazmin – Valor econômico – Internacional – 23/09/2009	74
China e EUA prometem esforços sobre clima, mas não dão detalhes – Valor Econômico – Internacional – 23/09/2009.....	74
Armistício entre ruralistas e ambientalistas – Mauro Zanatta – Valor econômico – Agronegócios – 23/09/2009	76
Kátia Abreu: normas ambientais precisam considerar critérios da ciência e a economia do País – Sítio Eletrônico da CNA – 22/09/2009	77
Desmate atinge 498 km2 em agosto - Eugênia Lopes – Estado de São Paulo – Vida & - 24/09/2009	78
Mudança do clima: o engajamento da indústria – Armando Monteiro Neto – Folha de São Paulo – Opinião – 24/09/2009	79
Mau ensaio – O Globo – Opinião – 24/09/2009	80
Agrotóxicos no seu estômago – João Pedro Stédile – O Globo – Opinião – 24/09/2009 ..	81
Pesadelo gelado – O Globo – Ciência – 24/09/2009	82
Desmatamento na Amazônia em agosto cai 34% - Maiesse Gramacho – Sítio eletrônico do MMA – 24/09/2009	83
Lula pede a emergentes ação contra aquecimento – Ricardo Balthazar - Valor Econômico – Internacional – 24/09/2009.....	84
Copenhague ainda é uma incógnita – Fiona Harvey – Valor Econômico – Internacional – 24/09/2009	86

G-20 vai debater corte de subsídio a combustíveis – Valor Econômico – Internacional – 24/09/2009	88
Um valor para a conservação - Andrea Vialli e Afra Balazina – Estado de São Paulo – Caderno Especial Vida e Sustentabilidade – 25/09/2009	89
Cuidar das nascentes Garante a qualidade – Estado de São Paulo – Caderno Especial Vida e Sustentabilidade – 25/09/2009	90
No Amazonas, ‘bolsa’ Complementa a renda – Estado de São Paulo- Caderno Especial Vida e Sustentabilidade – 25/09/2009	92
Na Amazônia, desmatamento cai 34% - O Globo – O País – 25/09/2009	93
Desmatamento da Amazônia em agosto cai 35% - Valor Econômico – Brasil – 25/09/2009	94
Bancoc sedia reunião de clima- Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 28/09/2009	95
Governo Lula é refratário a metas de clima, diz Marina – Folha de São Paulo – Brasil – 28/09/2009	96
Pausa térmica atrapalha acordo do clima – Andrew Revkin – Folha de São Paulo – Ciência – 28/09/2009	96
Lula defende uso de florestas no combate ao aquecimento – Fábio Zanini - Folha de São Paulo – Ciência – 28/09/2009	98
Ibama quer retirar cem mil bois da Floresta Amazônica - Jailton de Carvalho – O Globo – O País – 28/09/2009	98
Brasil vai acelerar monitoramento de CO2 – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 29/09/2009	99
Crise freia emissões de exportações – Folha de São Paulo – Ciência – 29/09/2009	100
Aquecimento acelerado – O Globo – Ciência – 29/09/2009	100
Minc defende fundo contra desertificação - Janaína Figueiredo – O Globo – Ciência – 29/09/2009	101
Cálculo de emissão do país divide governo - Claudio Ângelo – Folha de São Paulo – ciência – 30/09/2009	102
Meta obrigatória Brasil se comprometerá a reduzir queimadas em 80%, diz Minc - Janaína Figueiredo – O Globo – Ciência – 30/09/2009	103
Bate-boca marca discussões sobre novo Código Florestal – Mauro zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 30/09/2009	104
País levará a Copenhague uma proposta concreta de corte na 'curva' de emissões - Mauro Zanatta – Valor econômico – Brasil - 30/09/2009	105

Governo propõe 'trocar' dívida por floresta – Sítio Eletrônico da CNA – 01/09/2009

O governo aposta em incentivos ao abatimento de dívidas agrícolas e no uso de áreas degradadas para convencer o produtor rural a investir na ampliação de áreas cultivadas com florestas no país. A proposta da Secretaria de Assuntos Estratégicos também cria alternativas para questões de mudanças climáticas, como pagamento por serviços ambientais, e de produção de energia a partir de fontes renováveis. O Programa Nacional de Floresta Plantada, em debate no governo, prevê dois modelos para a quitação da dívida rural dos produtores por meio da emissão de títulos lastreados em florestas plantadas ou da venda futura de créditos de carbono.

Pela proposta, os débitos rurais, estimados entre R\$ 36 bilhões e R\$ 130 bilhões, seriam equacionados com a constituição de sociedades de propósito específicos (SPEs) controladas por fundos compostos por produtores, indústrias de papel e celulose e outros investidores. Outra opção seria formalizar parcerias de longo prazo entre produtores e indústrias para a securitização de recebíveis das dívidas de produtores em mercado secundários. "Precisamos de terra para plantar, usar áreas degradadas e trocar dívidas pelo plantio de florestas", diz o ministro interino de Assuntos Estratégicos, Daniel Vargas.

Os "sinais do mercado", segundo ele, são de forte demanda no longo prazo. Vargas afirma haver concordância de produtores e ambientalistas em relação à troca de dívidas. "É um projeto 'ganha-ganha' e está muito avançado no governo". Os benefícios ambientais seriam relevantes. As reservas naturais do país em florestas plantadas, avalia, poderiam crescer dos atuais 5,3 milhões para 27 milhões de hectares em 2050. E a fixação de gases causadores do efeito estufa superaria 6 milhões de toneladas de CO₂ até lá. A expansão dessas florestas em áreas degradadas poderia ocupar 13 milhões de hectares adicionais até 2050.

Os estudos da SAE mostram que o mercado internacional de madeira e derivados passaria dos atuais US\$ 230 bilhões para algo entre US\$ 560 bilhões e US\$ 840 bilhões até 2020. "É um colosso de recursos para aproveitar. Hoje, temos apenas uma fatia de 3,2% disso. Só para manter nossa participação, teríamos que dobrar a produção no futuro", diz Vargas. A receita bruta da indústria, segundo projeções, saltaria de R\$ 30,6 bilhões, em 2009, para R\$ 168,5 bilhões até 2050. A arrecadação direta de tributos poderia aumentar sete vezes, para R\$ 60 bilhões, e a geração de empregos passaria de 710 mil para 1,6 milhão de vagas diretas.

A equipe da SAE tem mantido conversas reservadas com BM&F-Bovespa, Banco do Brasil, Ministério da Fazenda, Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e empresas de base florestal e siderúrgicas para acertar os detalhes dos modelos do novo programa. O governo aposta em um mercado "sólido, crescente e comprador" no longo

prazo.

Parte dos ambientalistas vê como positiva a iniciativa do governo. "Finalmente, começamos a cruzar a política de crédito agrícola com as políticas ambientais. Resta ver se haverá o vínculo mais importante, que é a regularização", diz Ana Cristina Barros, representante da The Nature Conservancy (TNC) no Brasil. Embora não tenha detalhes da proposta nem tenha sido consultada, a dirigente da ONG argumenta ser importante a criação de estímulos à regularização das propriedades, como o cadastro rural e o reflorestamento de áreas de Reserva Legal (RL) e de Preservação Permanente (APP).

O abatimento de dívidas em troca do cumprimento do Código Florestal, porém, é polêmico. Na avaliação de parte da sociedade civil, trata-se de "recompensar" aqueles que não cumpriram a lei. A TNC rejeita essa posição. "Estamos falando, na verdade, de algo adicional, de uma remuneração por serviços ambientais prestados", diz Ana Cristina, referindo-se à regulação do clima e à manutenção da água, entre outros pontos, garantidos pela floresta de pé. "Não vejo problema em pagar para a regularização. O governo não pagou para recolher armas ilegais? Por que não pode pagar para as florestas?"

A proposta do governo soa bem aos ouvidos de especialistas. A produção da indústria de base florestal cresceu 6% ao ano nos últimos 15 anos e precisa elevar a base produtiva para atender à crescente demanda. O preço da madeira registrou valorização de 250% desde 2000. Os estímulos ao produtor são atraentes.

"É um investimento sem vínculo com ativos financeiros, elimina problemas de armazenagem e dá ganhos de apreciação da terra", resume o consultor Marco Tuoto, da paranaense STCP Engenharia de Projetos. Mas há desvantagens. "O período de maturação é longo, resulta em baixa liquidez e imobilização de ativos, como a terra". O modelo serviria melhor, diz, para produtores das regiões Sul e Sudeste do país, além do sul do Nordeste. O eucalipto demora sete anos para maturar. O pinus leva entre 18 e 20 anos e a teca, de 20 a 25 anos. Incentivos como adiantamentos de recursos para plantio e certificação e monitoramento da produção seriam importantes para estimular a entrada de produtores rurais no negócio.

- Autor: Mauro Zanatta. Colaborou Bettina Barros. Notícia publicada no Jornal Valor Economico desta Terça-Feira - 01/09/2009.

Marina critica Lula por MP que regulariza terras na Amazônia - Silvia Amorim – Estado de São Paulo – Nacional – 01/09/2009

Um dia depois de oficializar sua filiação ao PV, a senadora Marina Silva deu sinais ontem sobre o tom do discurso que poderá adotar numa eventual campanha presidencial, atingindo em cheio o candidato presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ex-ministrado do Meio Ambiente, Marina criticou o governo na área ambiental após seu desligamento do ministério. “Alguns retrocessos aconteceram depois dessa saída. A medida provisória que transferiu 67 milhões de hectares de terras na Amazônia para particulares quando precisávamos de apenas 7 milhões para atender 80% dos posseiros, foi algo muito preocupante e, no meu entendimento, um retrocesso”, afirmou a senadora, em entrevista ao *Programa do Jô*, na Rede Globo, que seria exibido ontem à noite.

A senadora referiu-se à Medida Provisória 458, aprovada neste ano, para regulamentar a situação fundiária na Amazônia Legal. Na época, ainda filiada ao PT, ela foi contra o texto.

Ontem, Marina voltou a carga contra a medida e afirmou que a decisão do governo poderá levar a um aumento do desmatamento na Amazônia. “O desmatamento corre sério risco de crescer”, avaliou.

Mais adiante a senadora citou outro caso em que considera ter ocorrido um prejuízo ao trabalho que vinha sendo conduzido pela frente do ministério.

“Algumas outras pedras, como a proteção do patrimônio espeleológico do Brasil, que são as nossas cavernas, isso já retrocedeu”, destacou.

Apesar do discurso afiado contra o governo, de um aumento de sua exposição à mídia nos últimos dias do clima de lançamento de sua candidatura ante ontem no evento de filiação ao PV, Marina repetiu que não está nada decidido sobre uma candidatura à Presidência da República. “Candidatura é algo a ser discutido em 2010”, disse.

Indagada após a entrevista pelos repórteres se apoiaria o PT num eventual segundo turno, depois de toda a sua trajetória no partido, Marina desconversou. “

Porque você está eliminando meu partido no primeiro turno? Não tem sentido sua pergunta”, afirmou.

REALIZAÇÕES

Durante o programa, a senadora destacou ações tomadas em sua gestão no governo Lula. “O que eu fiz durante os cinco anos em que fiquei no governo foi um esforço muito grande de que essa questão fosse considerada pelo conjunto do governo. Alguns ministérios foram parceiros.

Outros foram resistentes”, disse, referindo-se à política do crescimento sustentável, uma das suas bandeiras. “É preciso uma nova proposta. A questão da sustentabilidade não existe em país algum. Nenhum partido assumiu isso como algo estratégico.

O que está propondo é que isso passe a ser assim.”

Na artilharia contra o governo Lula, a senadora poupou o atual ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. “Obviamente que o ministro Minc é um ambientalista e está fazendo também seu esforço interno.”

A parte final da entrevista com Jô foi dedicada à história de vida da senadora. Analfabeta até os 16 anos, ela contou como aprendeu a ler e escrever e as dificuldades que teve. “A professora me chamou de ‘abestada’ e todo mundo riu. Eu fiquei muito envergonhada e pensei que nunca mais entraria numa sala de aula. Mas eu fui no final

do ano, dos 46 alunos, passaram 3, entre eles estava eu.” A senadora falou também do trabalho na adolescência no Acre e do seu desejo de ser freira antes de iniciar a militância política. No fim da entrevista, Jô fez votos de que a ministra tenha muita saúde para enfrentar a próxima eleição, sem mencionar o cargo. “Deus te ouça”, agradeceu.

Brasil perde direito a voto em entidade do clima - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 01/09/2009

GENEBRA

Há três anos sem pagar sua cota financeira da Organização Meteorológica Mundial (OMM), o Brasil perdeu o direito ao voto na entidade, que é a principal das Nações Unidas para meteorologia e clima. A perda se dá justamente no ano em que a comunidade internacional precisa decidir sobre o futuro das emissões de CO2.

Sede do prestigioso Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), a OMM abriu ontem sua conferência mundial sobre o clima, com a meta de estabelecer um sistema internacional de coleta e distribuição de dados meteorológicos.

A ideia é construir uma rede que permita que dados sobre o clima sejam repassados para agricultura e para sistemas de saúde e de energia.

A dívida do Brasil é de mais de US\$2,5 milhões, valor considerado baixo para as entidades internacionais. Inicialmente, o dinheiro teria de ser pago pelo Ministério da Agricultura, mas o planejamento foi repedito para centralizar as contribuições internacionais do País.

Por enquanto, o Brasil está driblando a suspensão do voto.

Isso porque o presidente do Instituto Nacional de Meteorologia, Antonio Moura, é o terceiro vice-presidente da OMM, com mandato até 2011. Oficialmente ele não representa o Brasil, mas tem desempenhado a função do País. Moura admite que vem sendo cobrado pela entidade para que o Brasil pague sua cota anual. “A cobrança existe”, disse, pedindo para não entrarem em detalhes sobre a polêmica.

As cobranças sobre o Brasil não se limitam ao pagamento das cotas. Em entrevista ao **Estado**, a representante da ONU para o Clima, Gro Harlem Brundtland, afirmou que o País tem que entender que a preservação da Amazônia não é apenas um interesse nacional. “O Brasil precisa ter a consciência de que tem uma responsabilidade internacional”, disse.

KYOTO

Os 15 países da União Europeia comprometidos como Protocolo de Kyoto reduziram em 1,3% as suas emissões de gases de efeito estufa em 2008, informou a Agência Europeia de Meio Ambiente. Desde 1990, a redução chega a 6,2%. A agência se mostrou satisfeita, apesar de afirmar que parte da redução se deveu à recessão econômica.

“Temos que consolidar a tendência pelos próximos quatro anos”, disse o comissário europeu para o Meio Ambiente, Stavros

Dimas. • EFE

Desmate na Amazônia recua 46% em 12 meses - Estado de São Paulo – Capa – 02/09/2009

O desmatamento acumulado de agosto de 2008 a julho de 2009 na Amazônia foi 46% menor do que no período anterior, de acordo com o Inpe.

As estatísticas sugerem queda no ritmo de derrubada.

Mas, na soma de junho e julho, houve alta de 18,5% ante os mesmos meses de 2008 – o que pode sinalizar inversão da curva de redução. O Pará respondeu por 47% do desmatamento.

Desmatamento na Amazônia cai 46% - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 02/09/2009

Dados do Inpe apontam queda da derrubada da floresta em 12 meses; junho e julho, porém, sinalizam inversão

O desmatamento acumulado dos últimos 12 meses na Amazônia foi 46% menor do que no ano anterior, segundo números divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os dados são do período de agosto de 2008 a julho de 2009, que corresponde ao chamado ano fiscal de monitoramento da região. As estatísticas apontam para uma forte tendência de queda no ritmo de derrubada da floresta. Mas com uma ressalva: na soma de junho e julho, houve aumento de 18,5% em relação aos mesmos dois meses de 2008 - o que pode sinalizar uma inversão da curva.

A maior parte do desmatamento foi detectada no Pará (47% do total), que só ficou visível nas imagens de satélite a partir de junho, por causa da forte cobertura de nuvens. A área de florestas derrubadas ou degradadas no Estado aumentou 22,5% nos 12 meses, enquanto no Mato Grosso houve queda de 68,5% (mais informações nesta página).

Em números quantitativos, a área total desmatada no bioma no período 2008-2009 foi de 4.375 km², comparada a 8.147 km² no período anterior.

Os dados são do sistema Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), que utiliza imagens de baixa resolução e só "enxerga" áreas maiores do que 25 hectares. Por isso as indicações de tendência (em porcentagem) são mais importantes do que a quantificação das áreas desmatadas (em quilômetros quadrados). O cálculo oficial de área é feito por um outro sistema, chamado Prodes, que utiliza imagens de melhor resolução - e cujos dados só ficam prontos no fim do ano.

Segundo o diretor do Inpe, Gilberto Câmara, é impossível fazer uma previsão sobre o Prodes com base no Deter. "Já tentamos fazer essa relação em outros anos e descobrimos que é muito mais difícil do que parece", disse ele ao Estado.

Há muitos desmatamentos que não aparecem no Deter por serem menores do que 25 hectares. Além disso, o Prodes contabiliza apenas áreas de corte raso (onde a floresta foi totalmente derrubada), enquanto o Deter mistura esse tipo com a degradação florestal. "O que podemos dizer é que a tendência é de queda. Mas a intensidade dessa redução é difícil de prever", avalia Câmara.

Ele atribui a diminuição a uma combinação de fatores, incluindo ações de governo, crise econômica mundial e ações proativas por parte de empresas do setor agropecuário.

Para cumprir a meta do Plano Nacional de Mudanças Climáticas - de diminuir em 40% a média anual de desmate no período 2006-2009, em relação à média dos dez anos anteriores -, o desmatamento medido pelo Prodes neste ano não poderá ser maior do que 8.250 km², o que significa uma redução de 35,7% em relação a 2008.

ARCO

QUEBRADO

O mapa dos alertas de desmatamento do Deter revela uma mudança na distribuição das frentes de ocupação da Amazônia. "É o fim do arco do desmatamento", diz Câmara. Antes concentradas nas bordas da floresta com o cerrado, as atividades predatórias estão, agora, mais espalhadas pelo interior do bioma, principalmente no Pará (veja mapa nesta página). As áreas mais preocupantes estão no entorno da BR-163 (Cuiabá-Santarém), na chamada Terra do Meio, e no oeste paraense.

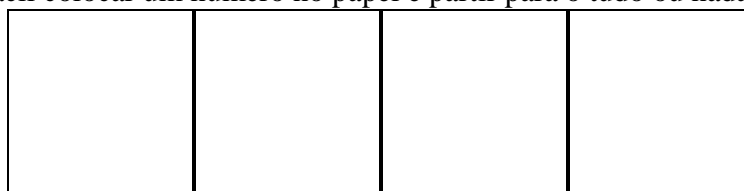
Lula decidiu ontem incluir ambiente como destinatário de fatia de recursos do fundo a ser criado com a renda do petróleo

Dinheiro poderá ser usado em projetos de energia renovável e na tecnologia de captura e armazenagem de carbono no fundo do mar

Apesar dos estudos que apontam concentração três a quatro vezes maior de gás carbônico (CO₂) no petróleo da camada pré-sal, o ambiente só ganhou espaço nas regras anunciadas ontem pelo governo em uma carona de última hora. O presidente Lula decidiu ontem de manhã incluir o ambiente como destinatário de fatia das verbas do fundo a ser criado com a renda da exploração. O dinheiro do fundo, se aprovado pelo Congresso, poderá ser aplicado em projetos de energia renovável e até na tecnologia cara e ainda em fase experimental de captura e armazenamento de carbono no fundo do mar, conhecida pela sigla em inglês CCS. Lula se antecipou a uma reação prevista pelo ministro Carlos Minc. Segundo ele, a proposta do governo seria alterada no Congresso. A senadora Marina Silva (PV-AC) já havia cobrado investimentos na área. "Não posso dizer que é um efeito Marina, mas

haveria reação no Congresso", disse Minc. Num sinal da reação, ativistas da ONG ambientalista Greenpeace roubaram por alguns minutos a cena na cerimônia de lançamento do marco regulatório do pré-sal em protesto contra o aumento das emissões de CO2 decorrente da exploração das reservas. Os seguranças recolheram a faixa entregue a Lula onde se lia: "Pré-sal e poluição, não dá para falar de um sem falar do outro". Na reunião de ontem de manhã, Minc voltou a falar dos estudos que apontam concentração maior de CO2 no petróleo da camada pré-sal em relação aos poços já explorados. Ainda durante a reunião, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, disse que a estatal já trabalha com a reinjeção nos poços de parte do CO2 extraído com o petróleo. Para Minc, isso não é suficiente. Regras detalhadas serão definidas na ocasião do licenciamento ambiental para a exploração comercial dos poços, prevista para começar em 2015.

As estimativas do Greenpeace assombram o negócio anunciado pelo governo. A ONG calcula que o pré-sal poderá ser responsável pela emissão de 1,3 bilhão de toneladas extras de CO2 na atmosfera, considerando não apenas o gás encontrado com o petróleo, mas o refino e a queima do combustível. O custo da captura e armazenamento do CO2 do pré-sal pode alcançar centenas de bilhões de reais e anular o resultado do combate ao desmatamento da Amazônia, disse Ricardo Baitelo, coordenador da campanha de energias renováveis do Greenpeace. "É muito fácil colocar um número no papel e partir para o tudo ou nada", reagiu Minc.



Minc prevê a menor devastação em 20 anos - Lígia Formenti – O Estado de São Paulo – Vida & - 02/09/2009

Ministro reforça feitos do governo para se contrapor ao "efeito Marina?

Em uma tentativa de reforçar os feitos do governo na área ambiental e se contrapor ao "efeito Marina Silva", o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse ontem que o desmatamento na Amazônia no período 2008-2009 será o menor dos últimos 20 anos. "Não há dúvida de que alcançaremos esse marco", afirmou, ao comentar dados de desmate capturados pelo sistema Deter.

Entre agosto de 2008 e julho de 2009, o sistema registrou 4,3 mil quilômetros quadrados de floresta derrubada. E é com base nos dados detectados nesse sistema que o ministro fez a estimativa. "Devemos ter um número real de desmatamento no período que varia entre 8,5 mil e 9 mil km². A menor taxa registrada nos últimos anos", disse.

A estratégia de se antecipar aos números oficiais encaixa no esforço do governo de desidratar o discurso ambiental da ex-ministra Marina Silva, que ocupou o Meio Ambiente no governo Luiz Inácio Lula da Silva por cinco anos, e, depois de deixar o PT, tornou-se a provável candidata do PV à Presidência em 2010. Essa nova forma de ação ganhou maior nitidez anteontem, quando o governo decidiu, pouco antes do lançamento do pré-sal, incorporar a área de meio ambiente e desenvolvimento no até então chamado Fundo Social - agora rebatizado de Fundo Ambiental e Social.

Ontem, a estratégia foi reforçada por Minc, que trouxe um caráter "histórico" para a queda das taxas de desmatamento. Na apresentação, por exemplo, ele fez questão de ressaltar que os dados captados no Deter foram os menores acumulados ao longo dos últimos anos e associar tal desempenho a sua atuação no ministério.

"Conseguimos isso à base da pancada: ações de apreensão de tratores, caminhões, boi pirata", afirmou. Para o próximo ano, ele quer uma estratégia mais branda. Em vez de "pancada", ações de desenvolvimento sustentável. "Será a vez do Fundo Amazônia, do lançamento do zoneamento econômico-ecológico, da continuidade das ações de auxílio para municípios de abrangência da operação Arco Verde."

Os dados anunciados por Minc têm como base as captações de imagem do Deter. Embora ferramenta importante para detecção de áreas de desmate, esse sistema é menos preciso do que o Prodes - usado para avaliar as taxas anuais de desmatamento. O Prodes é capaz de identificar áreas menores de desmate, o que, ao fim de um ciclo de 12 meses, faz diferença significativa. No ciclo 2004/2005, por exemplo, enquanto o Deter identificou 12,31 mil km² de desmate, o Prodes detectou 18,846 mil km². "A diferença varia entre 60% e 70%", disse Minc.

Desmatamento da Amazônia é o menor já visto, diz governo – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 02/09/2009

Embora os satélites do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Especiais) tenham registrado o abate de árvores numa extensão equivalente a mais da metade da cidade de São Paulo em julho, o desmatamento acumulado na Amazônia em 12 meses foi o menor desde 2004, quando começou a funcionar o sistema mais rápido de detecção do ritmo das motosserras. Esse primeiro dado é de um sistema chamado Deter, menos preciso que outro, o Prodes, que calcula efetivamente a taxa de desmatamento e é divulgado anualmente -o resultado do Prodes só sai no final do ano, mas a coleta dos dados vai de agosto de um ano a julho do outro. Os números de ontem confirmam a projeção de que o abate de árvores em 2009 será o menor da série histórica. "O Prodes vai mostrar um desmatamento provavelmente entre 8.500 km² e 9.000 km². Falo isso baseado em projeções anteriores. Vai ser o menor desmatamento dos últimos 20 anos. Tenho certeza absoluta disso", afirmou o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. O Inpe mede o avanço da devastação da floresta desde 1988. Nesse período, a menor taxa foi medida em 91 e superou 11 mil quilômetros quadrados. A expectativa é que o

desmatamento neste ano fique abaixo de 9,5 mil km², ou seis vezes a cidade de São Paulo. O ministro atribuiu a queda do desmatamento às ações de repressão. Só neste ano, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) bloqueou a produção em mais de 2,6 mil quilômetros quadrados desmatados ilegalmente e aplicou mais de R\$ 1 bilhão em multas. "Da queda do desmatamento, 90% foram por causa de pancada", disse. Minc defendeu o desenvolvimento sustentável como solução para a Amazônia. "Desmatamento zero ficou como o desenvolvimento sustentável e camiseta do Che Guevara. Todo mundo usa ou é a favor, sem saber direito o significado. Mas quando ajo contra o boi pirata, querem cortar o meu pescoço." A análise dos números do sistema Deter, divulgados ontem, precisa levar em conta a quantidade de nuvens na região. Assim, o desmatamento registrado pelos satélites em julho, quando 77% da região estava livre de nuvens, é resultado da ação das motosserras nos meses anteriores, quando havia mais nuvens impedindo a "visão" dos satélites. A área de devastação registrada em julho - 836 quilômetros quadrados- é a maior do ano. Ainda assim, é 56% menor do que a média do ritmo de desmatamento registrado nos meses de julho desde 2003. Em 12 meses, a área desmatada somou 4.375 quilômetros quadrados. Comparado aos 12 meses anteriores, a queda foi de quase 50%. Os municípios de Novo Progresso e Altamira, no Pará, foram os que mais desmataram em julho. O Estado registrou, no ano, o maior aumento da área desmatada.

MP da Grilagem arma bomba-relógio – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Brasil – 02/09/2009

É virtualmente seguro afirmar, como fez o ministro Carlos Minc ontem, que o desmatamento na Amazônia em 2009 será o menor da história. Caso Minc e sua estimativa -que, ele mesmo admite, "não é muito científica"- estejam certos e a devastação fique mesmo na casa dos 9.000 km², o Brasil vai bater bumbo na conferência do clima de Copenhague, em dezembro. Dirá que controlou o desmatamento, o que não é verdade. Mais certo seria dizer, como um bêbado em reabilitação, que controlou o desmate neste ano. E "controlar" aqui é licença poética. Afinal, 9.000 km², quase uma Jamaica, ainda é mais do que toda a produção de açúcar ceifou da mata atlântica entre 1700 e 1850. Mesmo que fosse um dado a comemorar, como toda boa notícia na Amazônia, esta corre o risco de se desfazer -literalmente- numa nuvem de fumaça nos próximos meses. O "ano fiscal" da derrubada fecha com um viés de alta, e uma alta forte: julho de 2009 termina com um aumento de 93% em relação a julho de 2008, segundo o sistema SAD, do Imazon. E 160% em relação ao mesmo mês segundo o Deter, do Inpe. A cobertura de nuvens, alta demais neste verão amazônico, fez com que parte do desmatamento de meses anteriores só viesse se revelar agora. "Mas não foi só efeito de

nuvens", diz Adalberto Veríssimo, pesquisador do Imazon. Segundo ele, a retomada da devastação pode ser explicada por dois fatores principais: afrouxamento das medidas de controle do governo, que ajudaram a derrubar o desmate sobretudo no verão amazônico de 2008, e um surto de grilagem que explodiu neste ano. A origem do surto tem nome: Medida Provisória 458, a MP da regularização fundiária. Apesar de a MP só ter sido aprovada em junho, a sinalização do governo de que ela passaria, já no começo do ano, bastou para atirar os especuladores. Uma evidência disso é a mudança na geografia do desmatamento neste ano. Áreas que não têm atividade agropecuária forte aparecem desmatadas. Entre elas está o eixo da rodovia BR-163, no Pará. O sul do Amazonas, considerado até pouco tempo atrás "fechado" ao desmatamento por conta de unidades de conservação criadas na divisa com Mato Grosso, também faz sua estreia entre os "pontos quentes" da Amazônia, bem como a calha norte paraense. "A mudança no perfil é preocupante", diz Gilberto Câmara, diretor do Inpe. Regiões de desmatamento tradicionalmente alto, em especial Mato Grosso e Rondônia, cederam à crise econômica, às pressões do mercado (como a moratória da soja e o embargo dos supermercados à carne, após denúncias do Greenpeace) e ao cassetete, além da constatação deprimente de que, nesses Estados, há cada vez menos floresta para desmatar. No oeste do Pará, o desmate saiu do controle. E aqui o fantasma de Marina Silva volta para puxar o pé de de Minc e de seu chefe, o presidente Lula. À frente do ministério, Marina criou unidades de conservação no "arco da grilagem" do oeste paraense e no sul do Amazonas. Lula não só não tirou esses parques do papel como armou a bomba-relógio da MP 458, que ameaça estourar em seu colo no pior momento possível -em 2010.

Após protesto, Lula defende suas ações ambientais – Ana Flor – Folha de São Paulo – Brasil – 02/09/2009

Em evento com empresários alemães, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez ontem uma calorosa defesa da política ambiental de seu governo e afirmou que a preocupação com mudanças climáticas é "questão de sobrevivência da humanidade". O discurso veio um dia após Lula ser constrangido, na cerimônia de lançamento do marco regulatório do pré-sal, com um protesto do Greenpeace contra o aumento das emissões de CO2 decorrente da exploração das reservas. O governo também enfrenta crescentes críticas sobre sua gestão ambiental do grupo que apoia a senadora e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, que deixou o PT e deve ser candidata à Presidência pelo PV. Ao falar aos empresários que participaram do 27º Encontro Econômico Brasil-Alemanha, em Vitória (ES), Lula anunciou que o Brasil desenvolveu tecnologia para construir uma "hidrelétrica plataforma", que será apresentada em breve. "Nem o mais radical dos ambientalistas vai botar defeito." O presidente explicou que, assim como plataformas de petróleo montadas em alto mar, o novo modelo "não vai deixar vestígio de obra para não ter ocupação desordenada". Lula disse que "hoje a questão climática não é mais coisa de malucos, de jovens, é uma

questão de sobrevivência da humanidade, de vantagem comparativa para o empresário que agir corretamente".

Lula defende redução de CO2 - Henrique Gomes Batista – O Globo – Ciência – 02/09/2009

Presidente quer negociar uma proposta climática única para Copenhague

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem em Vitória que vai tentar orquestrar a conciliação de projetos para mitigação do aquecimento global de diversos países para que as nações cheguem à Conferência Internacional do Clima, em dezembro, na Dinamarca, com uma proposta única.

Lula defendeu a adoção de uma proposta mais radical do que as debatidas atualmente, com redução do uso de combustível fóssil a longo prazo e das emissões de CO2.

Durante um encontro empresarial entre Brasil e Alemanha, Lula afirmou que o assunto estará na pauta da visita que fará à chanceler alemã, Angela Merkel, em dezembro. Para o presidente, outros países poderão se somar ao esforço de obtenção um projeto com mais facilidade de aceitação.

— Eu disse aos companheiros da Alemanha que seria importante que o país tivesse a sua proposta preparada, que o Brasil tenha a sua proposta preparada e que a gente possa, antes de Copenhague, os dois grupos, se encontrar, para ver se pode chegar lá com uma posição única entre Brasil, Alemanha, EUA e outros países importantes que precisam assumir responsabilidades — afirmou.

O presidente disse que as propostas precisam ser mais radicais que muitas das que estão sendo discutidas no mundo no momento.

Para Lula, é necessário uma política de longo prazo de redução do uso de combustíveis fósseis e de redução da emissão de gases do efeito estufa.

— De vez em quando eu vejo as pessoas discutirem que, se os países ricos pudessem pagar um fundo para sequestrar carbono, estaria resolvido o problema. Não. É preciso que a gente ajude os países pobres a ganharem algum recurso com o sequestro de carbono, mas é preciso que a gente discuta a diminuição da emissão de gases de efeito estufa pelos países ricos, e cada país assumir um compromisso em função daquilo que emite de gases de efeito estufa, ou ganhar em função daquilo que ele sequestra de carbono — afirmou Lula.

Ele sugeriu novamente incluir nas discussões sobre o clima e o desenvolvimento dos biocombustíveis. Em sua opinião, se muitos países não querem

que o Brasil seja o grande fornecedor de etanol — para que não haja o risco de desmatamento da Amazônia — uma produção de álcool em larga escala poderia ser feita em outros países.

— Até porque hoje a questão climática não é mais uma discussão de malucos, de jovens. É uma questão de sobrevivência da Humanidade, de vantagem comparativa para o empresário que atuar corretamente, aquele que menos poluir e que mais contribuir para o sequestro correto do carbono já emitido — comentou o presidente

Ruralista só defende ambiente na "terra dos outros", diz Minc – Folha de São Paulo – Brasil - 03/09/2009

Três meses após ter chamado produtores rurais de "vigaristas", declaração que o levou a pedir desculpas publicamente, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) disse que associações e parlamentares ruralistas "são a favor do desmatamento zero na terra dos outros, desde que não seja nos seus próprios crimes ambientais". A declaração foi dada em meio à fala de improviso na comemoração dos dois anos do Instituto Chico Mendes para uma plateia com cerca de 200 servidores do órgão. "Você vai às associações ligadas aos grandes agricultores, parlamentares também ligados a esses setores, todo mundo fala no desmatamento zero", disse o ministro, que a seguir citou reclamações dos ruralistas, como o desgaste e o aumento do desemprego no setor, por conta das ações de combate ao desmatamento e à criação de gado em áreas desmatadas. O ministro, que fez um balanço de um ano e três meses de sua gestão, também anunciou a criação de unidades de conservação ambiental.

Amazônia polui mais com uma área desmatada igual – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 03/09/2009

Se a taxa anual de derrubada da Amazônia realmente cair, a quantidade de carbono a ser lançada na atmosfera, em tese, deveria cair na mesma proporção. Mas, como o mundo real amazônico é complexo, a premissa acima é falsa. Pelo menos é o que diz um grupo da Universidade Stanford (EUA). Mesmo que a taxa média de corte raso se mantenha na média observada entre 2001 e 2007, os pesquisadores Scott Loarie, Greg Asner e Christopher Field estimam que a emissão de gás carbônico tende a crescer 25% no futuro. Isso porque o desmatamento tem migrado das florestas mais ralas do sul e extremo leste amazônico para matas mais densas no coração da Amazônia -como a Terra do Meio, no Pará, e o noroeste de Mato Grosso. Essas florestas têm mais biomassa, ou seja, estocam mais carbono por hectare. O resultado é que a poluição por quilômetro quadrado desmatado aumentou, embora a taxa média de desmatamento no período 2001-2007 não tenha sido muito diferente da registrada nos anos 1990. O estudo do trio americano, publicado em julho no periódico "Geophysical Research Letters", traz um alerta climático e outro ecológico: "À medida que o desmatamento migra para sistemas de biomassa mais alta, pode haver retroalimentações ainda ignoradas não apenas no carbono, mas também em ciclos hídricos e biodiversidade", escrevem os pesquisadores. Mas, segundo Loarie, o problema traz também uma oportunidade para o Brasil no debate climático internacional. Reduzir o desmatamento nessas florestas com mais carbono

poderia "dar ao Brasil mais créditos de carbono no contexto da Convenção do Clima das Nações Unidas", devido ao chamado Redd (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal). Trata-se de um mecanismo a ser negociado no final deste ano na conferência do clima das ONU em Copenhague. Ele prevê que países que reduzirem seu desmatamento poderão receber dinheiro de nações desenvolvidas, em forma de doações ou em forma de créditos de carbono.

Dinheiro

sujo

Acontece que a maneira como o Redd deve ser regulamentado causa polêmica no Brasil. Apesar de o governo ser unânime na defesa da participação das florestas no futuro acordo do clima como mecanismo de redução de emissões, há um debate acalorado sobre se deve haver ou não um mercado para o carbono florestal, e que tipo de mercado seria esse. O Itamaraty, por exemplo, não quer que países ricos possam abater, de sua cota de corte de emissões, créditos de carbono comprados no mercado de Redd. Prefere verbas voluntárias, como o Fundo Amazônia. O diretor do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Gilberto Câmara, chegou a classificar esses créditos como "dinheiro sujo". "Uma vez que o Redd poderá ser creditado para os países que evitarem emissões por desmatamento -e o que permanece da Amazônia guarda altas quantidades de biomassa- essa ferramenta poderá ser bastante efetiva para a proteção da floresta brasileira", diz Loarie.

Greenpeace: desmatamento cresceu - Soraya Aggege – O Globo – O País – 03/09/2009

Pesquisas indicam aumento desde julho; Minc festeja queda acumulada no ano

SÃO PAULO. Apesar de os índices de desmatamento da Amazônia Legal indicarem queda nos últimos anos, pesquisas revelam a retomada do desmate nos últimos três meses, alertou ontem o Greenpeace. Na análise da entidade, o próprio governo criou medidas que incentivam a derrubada da floresta. A previsão é de que em 2010 as pesquisas revelem o aumento.

— Nós nos acostumados a uma situação tão ruim que, quando ameniza, achamos ótimo.

Não é assim. Os dados dos três últimos meses indicam a retomada do desmate — disse o diretor de Campanhas do Greenpeace no Brasil, Sérgio Leitão.

Para o ambientalista, a retomada da devastação na floresta se deve à “MP da Grilagem”, à retomada do crédito bancário e às obras do PAC, que incentivariam a ocupação de terras, principalmente em áreas que tiveram seus projetos de unidades de conservação engavetados: — É como se o governo tivesse emitido um sinal, desde o início do ano, para quem está no chão da floresta: “Podem desmatar, que nós afrouxamos e depois vamos legalizar tudo”.

Os índices de desmatamento da Amazônia Legal voltaram a crescer em julho. Mas, pelo “calendário do desmatamento”, que mede o acumulado do ano entre julho e agosto, o desmate caiu quase à metade. As tendências coincidem tanto nas medições oficiais, feitas

pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), quanto pela ONG Imazon, divulgadas esta semana.

Segundo o Inpe, em julho de 2009 foram registrados 836 km² desmatados. Foi a maior devastação no ano. Se comparado com o mesmo mês de 2008 (323 km²), subiu 158%. Na comparação do calendário do desmatamento, contado entre julho de 2007 e agosto de 2008, foram desmatados 8.147 km².

Já no calendário atual (2008-2009), foram 4.375 km². Os números representam queda de 46% no total desmatado no ano.

Já o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), do Imazon, registrou 532 km² devastados em julho. O índice de julho indica aumento de 93% em relação a julho de 2008, quando o desmatamento somou 276 km². No entanto, parte do desmate registrado pode ter ocorrido em meses anteriores, quando a área estava coberta por nuvens, impedindo a visualização do satélite.

— A redução no acumulado do ano é significativa. Vamos ter o menor desmatamento dos últimos 21 anos e cumprir a meta (de reduzir o desmate em 70% até 2017) — disse o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, destacando que o acumulado no ano foi o menor desde 2004.

Setor de 'uso da terra' faz aliança de olho no clima - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Agronegócios – 03/09/2009

Agora é a vez do agronegócio, da bioenergia e das florestas plantadas a querer influenciar as posições do governo brasileiro nas negociações do acordo climático internacional que deve ser fechado em dezembro, em Copenhague, na chamada CoP-15. Ontem, 14 entidades que representam estes setores lançaram a formação de uma aliança e um documento com recomendações específicas e detalhadas para o tratado internacional assim como ações internas.

No plano doméstico, o setor de "uso da terra", como são batizados na negociação internacional segmentos ligados à agricultura, pede uma política nacional sobre mudanças climáticas que considere, por exemplo, o envolvimento dos ministérios responsáveis pela matriz energética e pela produção industrial para evitar ambiguidades nas políticas públicas. Também pede rapidez no processo de zoneamento ecológico-econômico, incentivos que estimulem fontes de energia renováveis e mecanismos de comércio de emissões (os chamados cap-and-trade). Por outro lado, diz que mecanismos relacionados à taxa sobre emissões de carbono "devem ser evitados por serem menos eficientes e mais prejudiciais à economia".

O documento aponta as ameaças entre a negociação do clima e a agenda comercial do país. Solicita que o Brasil tenha uma estratégia "pró-ativa de negociações bilaterais" com Austrália, Canadá, Estados Unidos, Japão, Rússia, Nova Zelândia e União Europeia, considerando a "relevância da utilização de matérias-primas e energias renováveis derivadas da biomassa para a mitigação das mudanças climáticas". Outro ponto importante é o que pede ao governo que combata as tentativas de imposições das chamadas tarifas de fronteira, as barreiras comerciais que poderiam brechar a entrada de produtos que emitem mais carbono e foram produzidos em países sem cortes obrigatórios de emissões.

A Aliança Brasileira pelo Clima apoia a meta de redução de gases-estufa dos industrializados em, no mínimo, 40% até 2020 - e aposta que uma redução ambiciosa dará mais força ao mercado de créditos de carbono. No âmbito internacional também mira a criação de mecanismos de incentivo de redução de emissões por desmatamento e degradação (Redd). O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), onde Redd é uma das pontas, "poderá e deverá trazer fundos internacionais", acredita Carlo Lovatelli, presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag).

Das 12 recomendações internacionais, 5 se referem à revisão e flexibilização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O instrumento do Protocolo de Kyoto permite que países ricos possam reduzir emissões comprando créditos de carbono de projetos de tecnologia limpa feitos em países menos desenvolvidos.

Uma reivindicação antiga do setor de florestas plantadas é que os créditos florestais não sejam temporários o que os torna pouco atraentes. "A folha de eucalipto é a que mais sequestra carbono no mundo", diz Elizabeth de Carvalhaes, presidente executiva da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa). Segundo ela, as florestas plantadas no Brasil "são as mais produtivas e sustentáveis do mundo" e absorvem mais de 60 milhões de toneladas de CO2 por ano. O setor emite 20 milhões de toneladas de CO2, o que dá um saldo positivo que pode significar créditos, mas que não tem apelo junto aos poluidores europeus.

Um dos pontos frágeis da argumentação do setor é a garantia que este estoque de carbono estará lá no futuro. No caso da queima de árvores por um incêndio, por exemplo, há o risco da emissão dupla - feita pela empresa que comprou os créditos e pela queima das árvores. De acordo com Elizabeth de Carvalhaes, mecanismos de garantia como seguros e re-seguros dariam conta da questão.

"Vemos as negociações climáticas não como ameaça mas como oportunidade", disse Marcos Jank, presidente da União da Indústria de Cana de Açúcar (Unica). Endossam a Aliança entidades que representam 16% das exportações brasileiras, ou US\$ 31,4 bilhões.

MUNDO TERÁ SISTEMA PARA PREVISÃO DO CLIMA – Folha de São Paulo – Ciência - 05/09/2009

A Conferência Mundial do Clima, encerrada ontem em Genebra, aprovou a criação de um serviço climático global. O sistema, que deverá estar pronto até 2011, ajudará países pobres a se adaptarem à mudança climática, fazendo previsões com meses ou anos de antecedência.

Efeito Marina leva Lula a fazer PAC ambiental - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 05/09/2009

Plano de desenvolvimento sustentável da Amazônia seria usado como plataforma de campanha de Dilma em 2010

BRASÍLIA. Para tirar da senadora Marina Silva (PV-AC) o monopólio do discurso ambiental, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encomendou ao governo, em caráter de urgência, um plano de desenvolvimento sustentável com foco na Amazônia, uma espécie de PAC do meio ambiente. Esse novo plano seria usado como plataforma de campanha da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) à Presidência.

A ideia é que uma nova versão do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal seja elaborada e apresentada ainda na atual gestão, mas com ações que se estendam ao longo dos próximos anos.

Dilma, ao se habilitar como sucessora de Lula, herdaria assim um programa ambiental pronto, mas em estágio inicial, no ponto para executado pelo governo que começará em 2011. A candidata de Lula agregaria assim a questão ambiental a seu programa eleitoral.

Até o anúncio da possível candidatura de Marina Silva a presidente pelo PV, o programa de Dilma era centrado exclusivamente no viés da ampliação da infraestrutura do país.

Na próxima semana, Dilma deverá ter uma reunião para se atualizar sobre os principais pontos que vêm sendo negociados para a Cúpula da ONU sobre Mudanças Climáticas, em dezembro, em Copenhague.

Na ocasião, deve ser apresentado a ela já um esboço de atividades que podem dar para a Região Norte uma dinâmica mais ecológica.

A encomenda de Lula foi feita no último dia 19 de agosto, mesmo dia da saída de Marina do PT e data em que ficou definido que o Zoneamento da Cana no Pantanal irá excluir as partes ambientalmente sensíveis da região. Como consequência, o assunto já foi tratado internamente pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e seus principais técnicos, em reunião na segunda-feira seguinte, dia 26. Minc já estuda o novo programa.

Mais ações nos municípios que mais desmatam O plano que deverá ser apresentado a Dilma passa pela ampliação de ações que já começaram a ser feitas nos 43 municípios que mais desmatam a Amazônia.

Por meio da operação Arco Verde Terra Legal, o governo tenta incutir uma mentalidade mais preservacionista naqueles que sempre viveram de atividades predatórias. Famílias assentadas receberão um cartão verde com recursos para reflorestar assentamentos desmatados.

A outra grande área do programa ambiental será para fortalecer metas previstas no Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que visam à redução das emissões de gás carbônico. Aumento da participação da energia renovável na matriz brasileira, melhoria do setor de transporte coletivo e combate ao desmatamento continuarão a ser o tripé da política de clima.

Embora a ministra não demonstre muita intimidade com a agenda ambiental, ela participou de decisões importantes na área. O Fundo Amazônia, a definição de metas para o Plano Nacional de Mudanças Climáticas e a inclusão de painéis solares no projeto de casas populares do PAC da habitação contaram com seu apoio

'Minha possível candidatura contribuirá com a agenda socioambiental' - Adriana Vasconcelos – O Globo – O País – 05/09/2009

Embora ainda resista em assumir oficialmente sua candidatura à Presidência da República, a senadora Marina Silva, recentemente filiada ao PV, será a estrela principal do próximo programa de propaganda eleitoral de seu novo partido. Ela já comemora os primeiros efeitos de sua possível entrada nessa disputa. Como a inclusão da temática ambiental nos últimos pronunciamentos da ministra Dilma Rousseff, a possível candidata do PT, com quem travou embates no período que esteve à frente do Ministério do Meio Ambiente.

O GLOBO: A senhora concorda com a expulsão de pessoas nesse processo de reestruturação do PV? MARINA SILVA: O PV tem um déficit de organização. Essa reestruturação é que vai eleger novos quadros para dirigir o partido. Ela pressupõe novos filiados e candidatos que tenham densidade programática.

Não é a Marina que está chegando e fazendo isso.

A senhora deixou o PT no dia em que o partido ajudou a salvar José Sarney de possível cassação. Incomoda o fato de o filho dele ser do PV?

MARINA: O fato de ser filho do presidente Sarney não significa que tenha de se responsabilizar por algo. Se eu cometer um erro, não quero que meus filhos sejam tratados com preconceito. Minha posição em relação ao deputado Zequinha Sarney tem a ver com a trajetória dele no Ministério do Meio Ambiente. Dei continuidade a muitas políticas que encontrei. Ele goza do respeito da comunidade ambientalista.

Como será enfrentar seu antigo partido numa disputa presidencial?

MARINA: Espero que, depois dessa crise, as pessoas se disponham muito mais ao debate de ideias e projetos do que ao embate. Não vejo a política como a lei do mais forte, mas como um pacto de convencimento, que não se dá a qualquer preço. É fundamental que nós nos atenhamos mais à autoridade dos argumentos que ao argumento das autoridades.

A ministra Dilma introduziu o tema ambiental em seus pronunciamentos. É reflexo de sua possível candidatura?

MARINA: Se os prováveis candidatos assumirem cada vez mais a questão ambiental, é uma coisa positiva. Porque este tema estava tão distante do debate... As pessoas tinham até medo de falar nele, de criar suscetibilidades com setores muito refratários ao meio ambiente. Esse contato com a realidade faz bem para todos, porque as pessoas sabem a realidade dos grupos de interesse, nos quais o meio ambiente é sempre visto como um entrave.

Foram com a ministra Dilma seus principais embates no governo?

MARINA: As pessoas falam dos embates, mas também tivemos encontros.

Quando Dilma foi ministra de Minas e Energia e ficou à frente da elaboração da lei do sistema elétrico, grande parte das sugestões que levamos foi acolhida. Já como ministra da Casa Civil, ela coordenava os Ministérios dos Transportes, de Minas e Energia e da Agricultura, refratários a qualquer agenda de sustentabilidade.

Que nota a senhora daria para o governo Lula na área ambiental?

MARINA: Quando você quer apenas detectar o problema, você dá uma nota.

Mas, quando queremos ajudar a resolver o problema, fazemos uma avaliação. Então, prefiro ficar com a avaliação. Conseguimos avanços importantes na economia, com distribuição de renda. Do ponto de vista da agenda da atualidade, ficou muito a desejar. Dados sobre o desmatamento já indicam que ele possa voltar a crescer.

A senhora, em algum momento, se decepcionou com o presidente Lula? MARINA: Não poderia dizer que é apenas uma questão de falta de sensibilidade. O presidente tem uma sensibilidade muito grande para questões sociais. Talvez seja falta de compreensão da maioria dos partidos e líderes políticos em relação ao tema.

No último ano e meio, houve retrocesso na legislação ambiental, tanto no Congresso como em setores do governo.

A senhora acha que sua candidatura tira mais votos de qual candidato? MARINA: Não se tira voto de ninguém, o voto é do eleitor. Essa visão patrimonialista de que os votos são de Dilma ou Serra é uma visão equivocada da política. Prefiro acreditar que minha possível candidatura possa contribuir com a democracia, com o avanço da agenda socioambiental

Fator Marina provoca corrida por agenda verde - Daniel Bramatti – Estado de São Paulo – Nacional – 06/09/2009

Não é apenas o PV que identifica na provável candidatura da senadora Marina Silva (AC) a chance de colocar o meio ambiente no primeiro plano da campanha presidencial de 2010. No PT e no PSDB, vozes isoladas que empunham a bandeira da ecologia apostam na possibilidade de sair da sombra e influenciar a agenda de seus candidatos, diferentemente do que ocorreu na eleição passada.

“Marina vai puxar o debate sobre a questão ambiental, que sempre foi coadjuvante superficial nas campanhas”, disse Ricardo Trípoli (PSDB-SP), um dos coordenadores da Frente Parlamentar Ambientalista na Câmara dos Deputados. “Ela vai potencializar o debate e criar polêmica, o que é bom para todos nós”, previu o deputado Pedro Wilson (PT-GO), outro coordenador do grupo. “Os candidatos não poderão tratar esse tema de forma secundária ou marginal”, avaliou o petista Carlos Minc, sucessor da senadora acreana no Ministério do Meio Ambiente.

Para Eduardo Jorge (PV), secretário do Verde do Meio Ambiente na Prefeitura de São Paulo, o rompimento de Marina com o PT não alterou apenas o cenário de 2010. “O ambiente só ganhou parte dos recursos do pré-sal quando a discussão estava nos 47 minutos do segundo tempo”, observou, em referência ao fundo que o governo pretende alimentar com receitas da exploração do petróleo.

Organizações não governamentais têm avaliação semelhante.

Nenhum dos pré-candidatos tinha o meio ambiente no seu roteiro”, disse Sérgio Leitão, diretor de campanhas do Greenpeace no Brasil. “A entrada da Marina no cenário provocou a emergência do tema. Se os presidentiáveis não adequarem seus planos de governo, não estarão à altura dos desafios do século 21.”

Mas há quem veja no processo riscos de banalização do discurso ambiental. “Haverá candidato que, além de beijar criança, vai abraçar árvore”, ironizou Roberto Smeraldi, diretor da ONG Amigos da Terra. “Mas a falta de dever de casa cumprido vai gerar aquilo que já acontece com algumas empresas: maquiagem verde.”

Veterano militante da causa ecológica, o deputado Fernando Gabeira (RJ), correligionário de Marina e também simpatizante da candidatura do tucano José Serra à Presidência, prevê que o chamado desenvolvimento sustentável esteja presente nas campanhas de todos os candidatos. Ele admite que o termo é vago e permeável a discursos ambíguos. “Será preciso observar o conjunto do programa e a prática de cada um.”

Smeraldi destacou uma mudança recente no discurso de Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil e pré-candidata do PT, a respeito do tema saneamento.

Na última quarta-feira, ao anunciar obras em sete Estados, ela ressaltou a importância ambiental do Pantanal, da Baía de Todos os Santos, da Baía de Guanabara e dos rios do País.

“Respeitar os mananciais é respeitar o meio ambiente”, disse.

Dilma não demonstrava tanta sensibilidade com a questão quando Marina Silva estava no governo. A queda da então ministra do Meio Ambiente foi, em parte, atribuída a desentendimentos com a colega da Casa Civil sobre requisitos para licenciar obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

No confronto, Marina não teve o respaldo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que nunca escondeu suas preferências no debate entre desenvolvimento e preservação. Em 2007, Lula acusou o Ibama de usar a preservação dos bagres do Rio Madeira como pretexto para não licenciar a obra da usina hidrelétrica de Jirau. Em junho passado, ele citou o episódio ao discursar no Paraná.

“Quando resolvemos o problema da areia, me chega outro e diz que tinha muito bagre e que os bagrinhos não iam conseguir nadar, para represar lá nos Andes, aquele negócio todo. Eu me comprometi, quando deixei a Presidência, a comprar uma canoa, pegar os bagrinhos, colocar na canoa, levar do outro lado e trazê-los de volta.”

Nem quando discursa em defesa do meio ambiente Lula deixa de lado o tom irônico em relação aos militantes da causa. Na semana passada, ao citar a importância do combate ao aquecimento global, declarou que “a questão climática não é mais uma discussão de malucos e jovens”.

VOTOS

Militantes e especialistas ouvidos pelo **Estado** ressaltaram que o fator Marina não será o único a nortear as campanhas.

Para eles, o discurso ambiental terá presença proporcional à percepção dos candidatos de que o tema encontra ressonância entre o eleitorado – em outras palavras, que rende votos.

Não há pesquisas sobre o apelo eleitoral do discurso pela sustentabilidade, segundo Márcia Cavallari, diretora executiva do Ibope. Mas outros levantamentos mostram que a agenda verde está deixando os nichos e chegando a diversos segmentos da população. “Percebemos, por exemplo, uma maior disposição de comprar produtos cuja fabricação respeita o meio ambiente.”

A preservação ambiental não costuma aparecer nos rankings de preocupação do eleitorado. Segundo a especialista, a população dá prioridade a assuntos ligados à sua sobrevivência imediata.

“Mas isso não quer dizer que o tema não seja considerado importante. Só o discurso ambiental não é suficiente, mas o ambientetende a estar no discurso de todos.”

Na Câmara, 136 ambientalistas aprovaram ‘MP da grilagem’ – Estado de São Paulo – Nacional – 06/09/2009

A maior bancada suprapartidária existente no Congresso é a Frente Parlamentar Ambientalista. São 256 deputados e 12 senadores.

O número, porém, dá uma idéia distorcida da força do “lobby verde” no Legislativo, onde raramente os defensores do meio ambiente vencem uma batalha.

“Na hora do vamos ver, se tivermos 45 votos, a gente já lambe os beiços”, ironiza o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. “Alguns parlamentares são voltados para a defesa das florestas, mas não dá para dizer que todos tenham sensibilidade ambiental”, admite o deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP), um dos coordenadores do grupo.

“É bem verdade que muitos se associam em busca de um selo verde.”

Um exemplo da ausência de atuação conjunta foi a votação da chamada “medida provisória da grilagem”, que legalizava a ocupação de terras públicas na Amazônia. Praticamente todas as entidades ambientalistas atacaram a proposta, por considerar que ela premiava o desmatamento irregular e abria brechas para mais devastação.

Isso não impediu que, na Câmara dos Deputados, 136 dos autodeclarados ambientalistas votassem a favor da MP. Na base governista, muitos podem alegar que apenas seguiram a orientação dos líderes de seus partidos. Mas houve até alguns votos de ambientalistas do DEM e do PSDB pela aprovação do projeto.

O ministro Minc observa que, na lista dos chamados verdes, há até integrantes de outra bancada com quem costuma ter enfrentamentos, a dos ruralistas.

“Eles não pedem atestado ideológico para ninguém.”

Partem dos ruralistas os maiores ataques contra as restrições à derrubada de árvores em áreas de plantio tradicional e nas chamadas fronteiras do agronegócio, onde o avanço da soja e da pecuária é acompanhado de devastação ambiental. “Segundo pesquisas, 92% dos eleitores dizem que iriam punir no voto os parlamentares vilões do meio ambiente. Mas quem é que conhece o comportamento deles? Só os mais formados fazem isso”, lamenta Roberto Smeraldi, diretor da organização não governamental Amigos da Terra.

Sustentabilidade não é só slogan, diz ministro – Estado de São Paulo – Nacional – 06/09/2009

Declarado “companheiro” e “fã decarteirinha” de Marina Silva (PV-AC), o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, elogia a possível candidatura da senadora à Presidência, mas estará em outra trincheira na batalha eleitoral de 2010.

O ministro será um dos condutores do debate interno que alimentará a plataforma ambiental que Dilma Rousseff apresentará na campanha.

“Não posso falar por todos os partidos, mas o PT está preparado para o debate”, afirma. A seguir, trechos de entrevista concedida por telefone, na sexta-feira:

CAMPANHA

“A candidatura Marina vai criar uma centralidade em torno da questão ambiental no País. Será muito boa para aprofundar o debate na campanha eleitoral. Não posso falar por todos os partidos, mas o PT está preparado para o debate.”

SLOGANS

“As propostas de desenvolvimento sustentável precisam ser qualificadas pelos candidatos. Uns dizem que sustentável é o que fica por muito tempo, outros dizem que é o que tem financiamento. A noção de sustentabilidade tem de ser aprofundada e qualificada, para sair do slogan, que pode abarcar qualquer coisa. Não pode ser só slogan.”

DESMATAMENTO

“Agora todo mundo é favorável ao desmatamento zero, até os ruralistas. Mas quando eu vou a uma área específica, tirar gado de área de conservação, fazer leilão de boi pirata, apreender madeira roubada ou embargar quem está desmatando, aí é um horror. Sou xingado, câmaras de vereadores me consideram *personanongrata*, como aconteceu recentemente no Pará, senadores me convocam e eu fico cinco horas ouvindo desaforos...”

Então cheguei à conclusão de que o pessoal é a favor do desmatamento zero na terra dos outros.”

PETRÓLEO E AMBIENTE

“A Noruega é um dos países mais avançados em posições mundiais sobre meio ambiente e clima. É a nossa grande benfeitora no Fundo Amazônia, entrou com US\$ 1 bilhão. Todos os dias eu acordo e digo: viva a Noruega.

E é uma grande produtora de petróleo.”

PRÉ-SAL

“Sou defensor das energias renováveis, batalho por isso. Mas encontramos o pré-sal. Que vamos fazer? Fechar e deixar lá?”

Qualquer país do mundo, mesmo os mais avançados, que têm discurso de salvação planetária, explorariam essa riqueza.

A questão é como fazer a exploração.

Os poços do pré-sal emitem mais gás carbônico do que os que estão em exploração atualmente. Então precisamos ter tecnologia de reinjeção do gás nos poços, captura e estocagem do carbono lá embaixo. A Petrobras pesquisa isso há nove anos.”

RECURSOS

“Conseguimos uma vitória no próprio dia que foi anunciado o marco regulatório do pré-sal, que foi transformar o Fundo Social em Fundo Ambiental Social, por uma proposta nossa, acatada pelo presidente. E esse fundo, que vai ter montes de dinheiro, antes previsto para combate à pobreza, educação e tecnologia, agora vai ter um linha

fortedemeioambienteedesenvolvimento sustentável. Terá recursosparaodesenvolvimento de energias renováveis.”

PRESSÕES

“Ogoverno quer todas as hidrelétricas. Os ambientalistas não querem nenhuma. Cada usina que a gente demora para licenciar, a ministra Dilma e o ministro Lobão ameaçam se jogar pela janela. Cada uma que a gente licencia, o Ministério Público entra com uma ação criminal contra o presidente do Ibama, Roberto Messias.”

SECTARISMO

“Não sou só ambientalista. Acho que o Brasil tem de se desenvolver, enfrentar a pobreza, investir em infraestrutura. Não ter boa infraestrutura de portos e energia é um horror.É um atraso de vida esse negócio de ambientalista ser contra hidrelétricas.

Acabamos dependentes de usinas térmicas a óleo e a carvão. É uma visão completamente sectária.” ●

Mais da metade do cerrado brasileiro já foi desmatado – O Globo – Capa – 06/09/2009

Soja, pecuária e exploração de madeira explicam destruição O cerrado brasileiro já perdeu quase metade de sua cobertura florestal original, mostram dados preliminares de um estudo inédito do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente.

Uma área de quase um milhão de quilômetros quadrados foi devastada pelo avanço de plantações de soja, da pecuária e da exploração de madeira para produção de carvão para siderúrgicas, informa CATARINA ALENCASTRO. Só de 2002 a 2008, pelo menos 120 mil km² teriam sido destruídos. Principal produtor de grãos do país, o cerrado brasileiro responde por 5% da biodiversidade do planeta e é considerado a mais rica savana do mundo. É estratégico na área de abastecimento de água e energia, pois abriga nascentes das três principais bacias hidrográficas brasileiras. O Ministério do Meio Ambiente prepara um plano de preservação da região, com monitoramento periódico dos índices de desmatamento, como ocorre na Amazônia. Página 3

A 'caixa d'água' do Brasil sob ameaça - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 06/09/2009

Quase metade do Cerrado — uma área 22 vezes maior que a do Estado do Rio — já foi desmatado

O Cerrado brasileiro já perdeu quase metade de sua cobertura florestal original. Um estudo ainda inédito do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente identificou que 48,5% do Cerrado já foram desmatados, numa extensão de quase um milhão de km². A área é superior ao Estado do Mato Grosso e corresponde a 22 estados do Rio de Janeiro. Entre 5% e 6% do total desmatado teriam ocorrido de 2002 a 2008 — uma área entre 120.000 e 129.000 km². Os principais causadores da derrubada do bioma, considerado a mais rica savana do mundo, são as plantações de soja, a pecuária e a exploração de madeira para

fazer o carvão que abastece siderúrgicas. Os dados ainda são preliminares e estão em fase de revisão. Os números oficiais deverão ser divulgados na próxima sexta-feira, Dia do Cerrado.

— É uma taxa alta, mas não é surpresa, porque o Cerrado vem sofrendo com o desmatamento desde os anos 1970. A má notícia é que continua acontecendo — disse Braulio Ferreira de Souza Dias, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

— Nesse ritmo, em pouco tempo vamos chegar a um estado preocupante.

Se a gente comparar com a Mata Atlântica, que levou mais de 500 anos para perder 93% de sua cobertura, o Cerrado está sendo destruído muito mais rapidamente — observou Cesar Victor do Espírito Santo, do Conselho da Rede Cerrado, que congrega mais de cem ONGs. Bioma ocupa 1/4 do território nacional.

Segundo o último estudo oficial, feito pela Embrapa Cerrados com base em dados de 2002, 39% do bioma haviam sido destruídos até aquele ano.

Os dados a serem apresentados esta semana tiveram mudança na metodologia e dão conta de que o desmatamento ocorrido até aquele ano era um pouco maior: 42%. No período estudado pela Embrapa, as áreas com menor preservação eram encontradas na porção sul do Cerrado: sul de Goiás, Triângulo Mineiro, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Por outro lado, os estados que mais tinham preservado eram Piauí, Maranhão e Tocantins.

O Cerrado, que tem pouco mais de dois milhões de km², ocupa 1/4 do território nacional e está presente em Goiás, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, São Paulo, Tocantins e Distrito Federal. A região é a principal produtora de grãos do país. Em extensão, é o segundo maior bioma da América do Sul, perdendo só para a Amazônia.

Em biodiversidade, é vice-campeão.

Até hoje foram registradas mais de 12.000 espécies de plantas, muitas delas só encontradas no Cerrado. Calculase que 40% das plantas lenhosas e 50% das espécies de abelhas só existem neste bioma, que responde por 5% da biodiversidade do planeta.

Para o Brasil, o Cerrado é estratégico do ponto de vista de recursos hídricos.

As três principais bacias hidrográficas do país têm a maior parte de suas nascentes no bioma: a Amazônica (Araguaia-Tocantins), a do ParanáParaguai e a do São Francisco.

— O Cerrado é fundamental para a preservação dos recursos hídricos.

O Cerrado é a caixa d'água do Brasil — diz Cesar Victor.

Junto com a notícia sobre o Cerrado, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, vai anunciar o 1o Plano de Combate ao Desmatamento do Cerrado.

A região será monitorada, a exemplo do que ocorre com a Amazônia.

— O Cerrado vai entrar no foco de prioridade — disse o ministro, informando que operações de combate ao desmatamento começarão por lá.

As ações previstas incluem a criação de novas unidades de conservação.

Na primeira revisão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, em junho de 2010, o governo pretende apresentar metas de redução do desmatamento para todos os biomas e não só para a Amazônia, como acontece atualmente — Sempre houve uma preocupação grande com a Amazônia, motivada inclusive por pressão internacional. Há uma tendência de se pensar que o Cerrado pode ser destruído em troca da manutenção da Amazônia, o que é lamentável — reclamou Cesar Victor.

O desmatamento no Cerrado pode comprometer os planos do Brasil de abocanhar a maior parte das verbas internacionais para projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal. É que as regras para projetos, que deverão ser regulamentadas na Cúpula da ONU sobre Mudanças Climáticas em dezembro, exigirão como contrapartida queda no desmatamento como um todo

Cerrado terá plano de conservação - Herton Escobar – Estado de São Paulo – 07/09/2009

O Ministério do Meio Ambiente planeja para esta semana o lançamento de um plano nacional de combate ao desmatamento o cerrado, semelhante ao que existe desde 2004 para a Amazônia. Entre as ações previstas está a criação de um sistema permanente de monitoramento do bioma via satélite, nos moldes do que já é feito desde 1988 pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para a floresta amazônica.

Os dados serão cruciais para a elaboração de políticas públicas eficazes para o cerrado, que é o segundo maior bioma do País em extensão, mas costuma ser um dos últimos em prioridade de conservação. O mapeamento mais recente feito pelo ministério indica que quase 50% do cerrado já virou fumaça, com sua vegetação nativa substituída principalmente por pastagens e plantações.

Até 2002, a taxa de ocupação do bioma era de 42%, ou 857 mil quilômetros quadrados – uma área maior do que a soma dos territórios de São Paulo e Minas Gerais. Desde então, o cerrado continuou a encolher a uma taxa de 1% ao ano – cerca de 20 mil km², uma área equivalente à do Estado de Sergipe, segundo os novos cálculos do ministério, que foram atualizados até 2008. Com isso, a área devastada do bioma sobe para aproximadamente 1 milhão de km², ou cerca de 50% dos 2,04 milhões de km² de sua cobertura original.

Os números exatos deverão ser divulgados pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, na quinta-feira, véspera do Dia do Cerrado.

A taxa de 1% ao ano representa o dobro da velocidade de destruição da floresta amazônica, proporcionalmente ao tamanho de cada bioma, segundo o diretor de Conservação da Biodiversidade do ministério, Braulio Dias. A Amazônia brasileira tem 4,2 milhões de km², dos quais 17% (cerca de 700 mil km²) já foram desmatados.

TENDÊNCIAS

Segundo Dias, a tendência do desmatamento no cerrado não parece ser nem de aumento nem de queda. Parece constante.

No cerrado não temos vantagem de uma série histórica (desde 1988), como na Amazônia, o que dificulta um pouco fazer esse tipo de avaliação”, observa Dias.

Até agora, o único retrato mais detalhado da ocupação do cerrado era o de 2002, produzido por um grande projeto de mapeamento chamado Probio. O que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) fez foi atualizar esse mapa e compará-lo a imagens de satélite do ano passado para produzir um novo retrato acumulado do desmatamento no período de 2002 a 2008. A ideia, agora, é repetir esse estudo anualmente, de modo a acompanhar – e, se possível, controlar – o avanço da ocupação do bioma, que é a principal região de produção de carne e grãos do País. O resultado seria equivalente ao que é feito pelo sistema Prodes, que calcula as taxas anuais de desmatamento na Amazônia. O trabalho no cerrado ficará à cargo do Centro de Sensoriamento Remoto do Ibama, um órgão do MMA, enquanto o

monitoramento da Amazônia é feito pelo Inpe, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

As principais frentes de avanço da fronteira agrícola hoje no cerrado estão no oeste da Bahia, sudoeste do Maranhão, sudoeste do Piauí e norte de Mato Grosso, na fronteira com o bioma amazônico, segundo o levantamento do MMA.

NEGLIGÊNCIA

Já era tempo de o cerrado receber uma atenção especial do governo federal. O bioma, que se estende do litoral do Maranhão até o norte do Paraná e o sul de Mato Grosso do Sul, cobre cerca de um quarto do território brasileiro. É o segundo maior bioma da América do Sul, depois da Amazônia, e a savana de maior biodiversidade do mundo – apesar de não ostentar os leões, guepardos, elefantes e outros grandes mamíferos das savanas africanas.

O cerrado destaca-se principalmente pela sua diversidade florística, com quase 12 mil espécies descritas de plantas, muitas delas com propriedades medicinais e milhares delas endêmicas – ou seja, que só existem no cerrado.

É provável que muitas dessas espécies com distribuição geográfica mais restrita já tenham sido extintas pelas monoculturas de gado e grãos que tomaram conta de seu habitat nas últimas décadas, segundo os biólogos.

Uma das prioridades do novo plano de proteção do cerrado será a criação de unidades de conservação (UCs). Atualmente, só 11% do bioma está protegido legalmente por UCs estaduais, federais e terras indígenas, comparado a mais de 40% de áreas protegidas na Amazônia.

O índice cai para menos de 3% quando se considera apenas as unidades de proteção integral (como os parques nacionais), onde não é permitida a prática de atividades comerciais – somente pesquisa e ecoturismo.

Já a categoria de uso sustentável (4% do bioma) inclui as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), que podem acomodar áreas urbanas, agrícolas e industriais. O Distrito Federal, por exemplo, é quase todo uma APA.

O plano do ministério deverá trazer uma meta específica de criação de UCs no cerrado.

Alguns projetos já estão em tramitação, mas o processo é lento por causa dos conflitos com o setor agrícola – que são ainda mais graves do que na Amazônia. “

Está cada vez mais difícil criar unidades de conservação”, afirma Dias.

Promessa de aliança na conferência do clima – Bernardo Mello Franco e Luiza Damé - O Globo – O País – 08/09/2009

BRASÍLIA. O presidente da França, Nicolas Sarkozy, disse ontem que o seu país e o Brasil vão defender propostas conjuntas na conferência sobre mudanças climáticas de Copenhague, em dezembro. Depois de se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio da Alvorada, Sarkozy afirmou que é preciso definir eixos comuns de atuação na cúpula, que terá como principal desafio a redução do aquecimento global.

— Brasil e França terão uma posição comum em Copenhague. É isso que falta, quem exerça liderança.

Hoje falta um eixo na cúpula — disse o presidente francês.

Numa declaração conjunta, Lula e Sarkozy reforçam a necessidade de os dois governos trabalharem para que a cúpula de Copenhague avance. A partir de hoje, segundo eles, o grupo de trabalho Brasil-França sobre mudanças climáticas começará a se reunir para “aproximar ainda mais as posições dos dois países e fortalecer as respectivas capacidades de facilitar a conclusão de um acordo ambicioso”.

A nota inclui uma declaração de apoio à pretensão brasileira de organizar outra cúpula sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável em 2012, duas décadas depois da Rio 92.

— Vamos trabalhar para expressar nossa posição. Não temos o direito de perder, de fracassar em Copenhague.

O tempo trabalha contra nós — afirmou o francês.

Sarkozy disse que o Brasil é a grande nação amazônica e anunciou a intenção de cooperar na proteção da floresta, especialmente na fronteira de 700 quilômetros entre a Guiana Francesa e o Amapá. E afirmou que a cúpula deve estabelecer deveres do Brasil em relação à questão climática, mas também direitos.

Sarkozy defendeu a remodelação dos organismos internacionais e a participação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, que classificou como “uma questão de justiça”.

— Existe injustiça, e o imobilismo é a perpetuação das injustiças. As instituições das Nações Unidas devem ser reformadas, sob risco de perderem legitimidade. Não podemos dizer aos países emergentes que eles contam menos e devem pagar mais — disse, estendendo a crítica ao G-8. — Não podemos mais nos reunir no G-8 e convidar o Brasil para um café da manhã no terceiro dia.

Lula afirmou que França e Brasil estarão na mesma posição na reunião do G-20, em Pittsburgh, nos próximos dias 24 e 25. Segundo o presidente, os dois países vão insistir na proposta de que os financiamentos têm de se direcionar para ações produtivas, e não especulativas. Também vão defender mudanças nas regras dos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Lula disse que o aperto fiscal exigido pelos órgãos impede países da África de fazerem investimentos simples, como a construção de estradas.

— Não cabe ao empregador impor as condições em que vai ser aplicado o dinheiro. Isso tem que mudar.

Vamos à reunião para cobrar que cada país faça sua parte e essa crise não resulte no sofrimento dos mais pobres, que não tiveram nada a ver com ela — disse Lula. (Bernardo Mello Franco e Luiza Damé)

O GLOBO EM SMS As principais notícias do dia e a manchete de amanhã Envie OGLMAN para 88435 (R\$ 0,10 por notícia. Até 6 por dia)

Japão reduzirá 25% de CO2 – O Globo – Capa – 08/09/2009

Anúncio é feito a três meses de reunião do clima O novo primeiro-ministro do Japão, Yukio Hatoyama, anunciou que o país pretende reduzir em 25% as emissões de gases do aquecimento global até 2020. Embora longe dos 40% preconizados por

especialistas, o corte é considerado ambicioso, sobretudo por ser anunciado a três meses da reunião de Copenhague, que definirá o novo acordo climático a substituir Kioto.

Japão reduzirá CO₂ – O Globo – Ciência – 08/09/2009

Novo governo anuncia corte de 25% das emissões de gás-estufa

O novo primeiro ministro japonês, Yukio Hatoyama, anunciou que pretende reduzir em 25% as emissões de gases que causam o efeito estufa até 2020, tomando como base os níveis de 1990. Trata-se de uma das mais ambiciosas metas já anunciadas por uma nação rica — ainda que muito abaixo dos 40% preconizados pelos cientistas. Ele condicionou o plano, porém, à implementação de medidas semelhantes de outros países durante a conferência do clima da ONU, em dezembro, em Copenhague, no qual se espera que o mundo acerte um novo acordo climático para suceder o Protocolo de Kioto, que expira em 2012.

Segunda maior economia do planeta, o Japão é um dos dez maiores poluidores da atualidade, responsável por 3% das emissões globais, e deve ter um papel decisivo nas negociações na Dinamarca. O anúncio se dá poucos dias depois de a Índia, também considerada peça-chave para as negociações pós Kioto, ter assumido que vai triplicar as suas emissões de CO₂.

— Essa era uma de nossas metas anunciadas na campanha eleitoral, — afirmou Hatoyama durante um fórum sobre meio ambiente realizado ontem em Tóquio. — Mas não vamos deter o aquecimento global sozinhos.

Precisamos que todos também façam a sua parte.

Decisão é elogiada pela ONU

Especialistas ressaltaram que os 25% anunciados por Hatoyama são bem mais ambiciosos do que os 8% assumidos como meta para o mesmo período pelo antigo governo, comandado por Taro Aso, conhecido aliado do setor empresarial. Hatoyama disse que o Japão vai adotar medidas rígidas para alcançar o objetivo e espera contar com o apoio de outros países.

— Vamos estabelecer uma estrutura que envolva todos os principais países do mundo — disse Hatoyama, que deverá assumir o cargo no dia 16 de setembro.

— Para isso, precisaremos de apoio financeiro e tecnológico.

A decisão foi elogiada por organizações ambientalistas, que criticavam a posição defensiva do governo japonês, e também pelo secretário-executivo das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, Yvo de Boer, que cobra dos países desenvolvidos metas de redução entre 25% e 40% até 2020 — Com essas metas, o Japão pode assumir um papel de liderança entre as nações desenvolvidas e ajudar a chegar a um novo acordo sobre o clima — afirmou ele.

Sem reservas petrolíferas próprias, o Japão usa a energia nuclear como fonte de boa parte da eletricidade consumida no país. A indústria japonesa é considerada uma das mais eficientes do mundo. Mesmo assim, o governo japonês sempre se mostrou receoso sobre o efeito na economia de maiores cortes nas suas emissões.

— Assim que o novo gabinete for oficializado, vou estudar passos concretos para envolver toda a comunidade internacional — disse Hatoyama.

O premier eleito do Japão deve apresentar mais detalhes do plano, que ele, nada modestamente, batizou de “iniciativa Hatoyama”, num encontro em Nova York, este mês.

Em Bangladesh, 20 milhões ameaçados

Uma nova pesquisa, feita em Bangladesh, confirmou o perigo que a elevação dos oceanos, causada pelo aquecimento global, representa para a população daquele país, localizado pouco acima do nível do mar.

O estudo mostra que a água salgada pode invadir terras produtivas, impedindo o cultivo de arroz, tendo um impacto direto sobre pelo menos 20 milhões de pessoas. O governo de Bangladesh, que já sofre com inundações, ciclones e tufões, pede à comunidade internacional US\$ 5 bilhões para utilizar no combate às mudanças climáticas.

Mudanças no Código Ambiental levam mais de 200 produtores de MT a Brasília – Sítio eletrônico da CNA – 09/09/2009

Mais de 200 produtores rurais de Mato Grosso se na última terça-feira (08/09), em Brasília, com o deputado federal Homero Pereira (PR), para nivelar conhecimento sobre as alterações no Código Ambiental.

Segundo o parlamentar, os agricultores precisam se inteirar, participar e influenciar as discussões sobre a matéria que vem sendo travada no âmbito de Congresso Nacional.

“Nosso objetivo é unificar o conhecimento sobre a legislação ambiental. Os produtores, independente do porte, vêm sofrendo com a insegurança jurídica em seu negócio e restrições ambientais. Eles têm que sair de sua propriedade para participar e influenciar no processo de decisão”, afirmou Homero.

A reunião ocorreu no prédio da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília, onde foi debatida a insegurança jurídica causada ao produtor rural. Em 31 anos, a legislação ambiental sofreu várias mudanças. Somente na Reserva Legal, ocorreram alterações em 1934, 1965, 1989, 1996 e 2000. Em todos esses anos os índices de reservas foram alterados.

Em 1934 exigia-se 25% de cobertura floresta. Em 1965 reduziu o percentual para 20% para o NE, SE, S e sul do CO; e ampliou para 50% no NO e norte do CO. Já em 1989, a determinação foi de 20% para o Cerrado (entre 1979 e 1985 a fronteira foi aberta), 20% nos demais e 50% NO e norte de MT. Em 1996, mais alterações, a exigência ficou em 50% no Cerrado e Norte de MT, 80% para NO e norte de MT e 20% para as demais regiões. Em 2000, novas mudanças, ficaram estabelecidos 35% para o Cerrado; 80%, Amazônia e 20% demais.

As discussões continuaram nesta tarde, na audiência pública, organizada pela Frente Parlamentar da Agricultura e Pecuária (FPA). Com vários parlamentares e produtores de todo o país.

País pode reduzir emissões em 30% - Lisandra Paraguassú e Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Vida & - 09/09/2009

O Brasil está disposto a reduzir as emissões de gases que causam o efeito estufa em cerca de 30% até 2020, tendo como base 1990, desde que os países desenvolvidos elevem suas próprias metas de redução. A proposta, considerada ambiciosa, será uma das cartas do governo brasileiro para tentar forçar um compromisso pelo menos razoável por parte das nações mais ricas na 15ª Conferência das Partes sobre o Clima (COP 15), em Copenhague.

Após três meses de encontro, as negociações apontam, até agora, para propostas tímidas por parte dos países desenvolvidos – o compromisso tem ficado entre 10% e 20%. Anteriormente, o próximo chefe do governo japonês, Yukio Hatoyama, prometeu reduzir as emissões em 25% até 2020, também tendo 1990 como base. A meta, mais ousada que os 15% anunciados pelo governo anterior, gerou temor em algumas das principais companhias do país. Executivos fizeram críticas e disseram que não seria possível cumprir. “Falta dizer que uma meta assim seria difícil de alcançar”, afirmou o presidente da Honda, Takano Ito.

Se o governo americano aprovar, o pacote que ainda precisa ser aprovado pelo Congresso, uma redução de 15%.

Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) afirma que seria necessário reduzir em pelo menos 40% as emissões para que a temperatura aumente apenas 2°C na comparação com o período pré-revolução industrial.

COMPROMISSO

Por ser um país em desenvolvimento, o Brasil não tem metas de redução de emissões. A oferta brasileira seria um compromisso nacional a ser apresentado como uma contrapartida. O acordo que deverá ser firmado na COP pelos mais pobres e deixar de emitir o que for possível, seja por redução de desmatamento – caso brasileiro – seja por melhoria da matriz energética. O relatório do IPCC diz que a prioridade dos mais pobres é reduzir a miséria dentro das suas próprias fronteiras, já que 90% da responsabilidade pelas emissões de carbono até hoje pode ser creditada aos países desenvolvidos.

Vários países membros do G-77, formado pelas nações em desenvolvimento, não pretendem propor freios no crescimento de emissões. E o caso da Índia, que prevê dobrá-las até 2020. No Brasil, a maior fonte de emissões é o desmatamento na Amazônia. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o desmatamento caiu 46% nos últimos 12 meses em relação ao igual período anterior (*mais informações nesta página*).

O governo brasileiro, porém, admite que a definição de metas por parte dos desenvolvidos pode acabar sendo adiada. A negociação está difícil e, se o Congresso americano não aprovar até novembro o pacote apresentado pelo presidente Barack Obama, os EUA (maior poluidor) não terão nada a oferecer.

E a posição americana pode dar o tom das propostas de Canadá, Japão e Austrália. O que o Brasil espera é que se saia da COP 15 pelo menos com uma arquitetura de como devem funcionar os mecanismos de compensação de emissões.

40% de redução das emissões dos gases que causam o efeito estufa é o quanto recomenda o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

25% é a taxa de redução sugerida pelo futuro primeiro-ministro japonês, Yukio Hatoyama

15% é a redução que deve ser proposta pelos EUA se o Congresso aprovar pacote encaminhado por Barack Obama

Meta vai depender do controle do desmatamento

Para conseguir reduzir suas emissões de CO₂, o Brasil precisa prioritariamente diminuir o desmatamento da floresta amazônica, que ainda é a maior fonte no País de gases-estufa. Para isso, o governo criou o Plano Nacional de Mudanças Climáticas. E, se for cumprir a meta de diminuir 40% a média anual de desmate no período 2006-2009, em relação a média dos dez anos anteriores, o desmatamento não poderá ser maior do que 8.250 km².

A redução do desmatamento tem a vantagem de não depender de grandes revoluções tecnológicas. E a boa notícia é que o desmate caiu 46% nos últimos 12 meses em relação ao igual período anterior.

Porém, as informações de junho e julho deste ano preocupam: houve aumento de 18,5% em relação aos mesmos dois meses de 2008. E o desmate está cada vez mais espalhado (não mais concentrado nas bordas da floresta com o cerrado).

OUTROS FATORES

Dados apresentados pelo Ministério do Meio Ambiente no último dia 27 mostraram que os combustíveis e a indústria passaram a ter, em pouco mais de dez anos, uma importância muito maior como poluidores.

Segundo a pasta, as emissões de carbono das indústrias cresceram 77% entre 1994 e 2007. No mesmo período, a emissão por queima de combustíveis fósseis subiu 49%.

O ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) afirmou que a importância desses setores deveria subir de 18% em 1994 para algo entre 25% e 30%. O desmatamento seria responsável por 55% ou 60% das emissões, contra 75% em 1994.

Os dados são uma estimativa feita com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Empresa de Planejamento Energético e da própria indústria. No fim do ano, será divulgado um inventário completo.

No setor energético, o Plano Decenal apresentado contradiz a intenção de reduzir emissões: prevê dobrar o parque termoeletrico.

Acordo deve permitir mudança no Código Florestal – João Domingos e Célia Froufe - Estado de São Paulo – Vida & - 09/09/2009

Stephanes (Agricultura) e Carlos Minc (Meio Ambiente) iniciaram uma tregua que pode render até o fim do mês um acordo para mudar o Código Florestal.

Com isso, produtores rurais que estão na ilegalidade poderão trabalhar de acordo com a lei. Além de Stephanes e Minc, participam do grupo que busca o acordo a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. E consenso entre as partes a permissão do plantio de café, maca, uva e mate nos morros e encostas, a soma das áreas de proteção permanente (margens de rios) para a composição da reserva florestal em propriedades de até 150 hectares, além de compensações ambientais nas matas ciliares e no bioma, o que é uma novidade entre os pontos negociados até agora.

Nessa compensação, um grupo de cinco, dez ou mais fazendeiros poderá comprar uma floresta que some o total da reserva que deveriam ter em

suas propriedades. “É uma mudança significativa porque hoje a compensação só pode ser feita na mesma microbacia”, disse Minc ao **Estado**.

Ele e Stephanes concordam que o uso das áreas de proteção permanente para formar a reserva legal só deve se dar em propriedades de até 150 hectares.

“Isso não ameaça a mata atlântica. Mas numa área de 150 mil hectares aumentará o desmatamento. Isso não será permitido”, afirmou Minc.

“Queremos simplificar, acabar com as exigências burocráticas descabidas”, afirmou.

UMA ÚNICA LEI

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), assinou ontem ato que cria uma comissão especial para unificar um projeto de lei, até 11 de dezembro, todas as propostas de legislação florestal ou ambiental em tramitação. Existem no Congresso 392 projetos sobre o tema. “São dezenas de projetos, que levariam anos para serem apreciados. Precisamos editar normas que pacifiquem de uma vez a questão ambiental”, disse. Ele afirmou que se o governo mandar uma proposta de mudança do Código Ambiental para a Câmara, ela deverá ser analisada pela nova comissão especial. ●

Japão quer cortar 25% do CO2 até 2020 – Folha de São Paulo – Ciência -09/09/2009

Promessa de Yukio Hatoyama, que assumirá cargo de primeiro ministro em setembro, aumenta pressão sobre os EUA

Líder eleito pelo Partido Democrata recebe elogios de ambientalistas, mas enfrenta resistência dentro da indústria japonesa

A promessa do futuro primeiro-ministro do Japão, Yukio Hatoyama, de cortar 25% das emissões de gases-estufa do país até 2020 em relação a 1990 cria um clima de pressão sobre nações ricas nas negociações para o novo tratado do clima. A medida anunciada anteontem, porém, deixou claro que, sem um comprometimento maior dos EUA, o bloco continuará muito aquém da meta apontada por cientistas como ideal. Somadas todas as promessas mais ousadas do grupo de países que mais contribuiu para o agravamento do efeito estufa, apenas 15% dos gases-estufa seriam cortados até 2020. A ciência, porém, afirma que só um corte da ordem de 40% nesse período pode evitar que o planeta não aqueça mais de 2°C até o fim do século. “É claro que o Japão não vai conseguir frear a mudança climática sozinho com sua redução de emissões”, afirmou Hatoyama, líder do Partido Democrata, que venceu as eleições japonesas na semana passada. “A condição para a promessa do Japão à comunidade internacional é que todos os grandes países entrem em acordo para adotar metas ambiciosas.”

O discurso pode ser interpretado como um recado aos EUA, o maior poluidor do mundo. O presidente Barack Obama, por enquanto, acena apenas com um corte de 17% das emissões até 2020. Essa meta devolveria as emissões dos EUA ao nível de 1990, ano de referência do

Protocolo de Kyoto.
O anúncio arrancou elogios de ambientalistas. "É o primeiro sinal de liderança climática vindo de um país desenvolvido em muito tempo", disse Martin Kaiser, do Greenpeace. O secretário-executivo da Convenção do Clima, Yvo de Boer, disse que "o panorama está ficando menos sombrio" para um acordo do clima em Copenhague, em dezembro, após o anúncio japonês.
Menos otimista, o chanceler britânico David Miliband pôs ontem pressão sobre os países em desenvolvimento. Essas nações, como China e Índia, são desobrigadas de metas por Kyoto. "Há um risco real de que as conversas marcadas para dezembro não tenham resultado positivo", declarou Miliband.

Ambição renovada
A promessa de Hatoyama é bem mais ambiciosa do que a do atual governo japonês, que não ultrapassaria um corte de 10% até 2020. Parte do discurso de campanha do democrata consistiu em negar que a economia do país sofrerá muito com os cortes de emissões. "Lidar agressivamente com a mudança climática abrirá uma nova fronteira para a economia japonesa e criará empregos em áreas como carros elétricos e tecnologia para energia limpa."
A ministra do clima e energia da Dinamarca, Connie Hedegaard -anfitriã do encontro em Copenhague- também se disse otimista com a guinada de posição no Japão. "É importante lembrar que o Japão já é um dos países mais eficientes do mundo em produção e consumo de energia", disse. "Ainda assim, isso mostra que é possível adotar uma nova e ambiciosa meta para redução de CO2."
Dentro do país, porém, a proposta de Hatoyama deve enfrentar resistências. A Keidanren, maior federação de indústrias do Japão, defende uma redução máxima de 6%.

Com Reuters e "Independent"

China fará maior usina solar do mundo no deserto mongol – Folha de São Paulo –
Ciência – 09/09/2009

DO "NEW YORK TIMES"

Funcionários do governo chinês assinaram ontem um acordo com uma fábrica de painéis solares norte-americana para construir uma usina de energia fotovoltaica de 2.000 megawatts no deserto da Mongólia. O projeto da First Solar, a ser concluído em 2019, representa a maior planta solar do mundo, parte de um parque energético renovável de 11.950 megawatts a ser construído em Ordos, na Mongólia Interior. Para dar uma ideia do que ele representa, a megausina hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, tem 3.150 megawatts. O memorando de entendimento entre o governo chinês e a First Solar, maior fabricante mundial de células fotovoltaicas, abriria um mercado potencialmente vasto de energia solar na China. Ela se segue a movimentos recentes do país de acelerar o desenvolvimento de energias renováveis.
Quando concluído, o projeto em Ordos poderia gerar energia o bastante para suprir 3

milhões de lares chineses, segundo a First Solar. "Isso tem a escala de uma usina nuclear", disse Mike Ahearn, principal executivo da First Solar. ""Se isso for conectado e for econômico na rede, demonstrará que energia solar em grande escala realmente funciona." O custo da planta é estimado em até US\$ 6 bilhões. As células da First Solar, de telurito de cádmio, são menos eficientes que as de silício produzidas pela chinesa Suntech, a terceira maior empresa do ramo. Mas elas têm a vantagem de serem fabricadas a menor custo. O parque renovável de Ordos inclui 6.950 megawatts de energia eólica, 3.900 de fotovoltaica, 720 megawatts de solar térmica e 310 megawatts de biomassa.

Terra Legal: Relatório parcial fornece mapeamento da Amazônia – Sítio eletrônico do MDA - 14/09/2009

O Programa Terra Legal Amazônia completa, esta semana, três meses de atuação com um panorama inédito da situação fundiária e da ocupação humana nos estados que estão efetuando o cadastramento de posses. Até 2011, a meta do Terra Legal é cadastrar cerca de 300 mil posses de até 15 módulos fiscais em terras da União nos nove estados que compõem a Amazônia Legal.

Até o momento, as ações de cadastramento estão concentradas nos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia, Tocantins e Maranhão. O balanço parcial do Terra Legal refere-se à análise dos dados desde a implementação do programa, no último dia 19 de junho, até a primeira semana de setembro, quando foram contabilizadas 7.733 posses cadastradas.

Rondônia lidera o número de imóveis requeridos para a regularização fundiária (56%), seguido do Pará (36%), Mato Grosso e Tocantins (3% cada) e Maranhão (2%). Juntos, esses cinco estados somam mais de 1,4 milhão de hectares em áreas cadastradas para o recebimento definitivo do título de propriedade. Dos 7.733 cadastros efetuados, 81,6% possuem área entre um e quatro módulos fiscais e ocupam 37,8% da área total requerida.

Em relação aos ocupantes das posses federais passíveis de titulação, o relatório parcial confirma que 44% nasceram na Amazônia. As mulheres representam 25% dos requerentes dos imóveis e quase a metade dos posseiros (46%) possuem até 40 anos de idade. As famílias vivem basicamente da agricultura (46%) e da pecuária (46%).

Estatística

regional

A análise dos relatórios parciais feitos por estado segue perfil similar ao da análise regional do programa. A imensa maioria dos imóveis é de pequenos produtores que vivem em áreas entre um e quatro módulos fiscais.

É o caso de 82,4 % dos cadastros efetuados no Maranhão. Nos quatro municípios maranhenses que já receberam os postos de cadastramento para regularização fundiária, a área total requerida soma 29,1 mil hectares. São eles: Amarante do Maranhão, Buritirana,

João Lisboa e Senador La Rocque.

As mulheres representam 28% dos chefes de família que efetivaram o cadastro. Dos posseiros cadastrados em terras maranhenses, 76% nasceram na Amazônia Legal. O percentual de chefes de família com até 40 anos de idade também é alto: 54% dos requerentes nas 148 posses cadastradas.

Em Mato Grosso, a análise parcial refere-se a cinco municípios com postos de cadastramento: Guarantã do Norte, Matupá, Nova Ubiratã, Peixoto de Azevedo e São Félix do Araguaia. A área total requerida para a regularização fundiária chega a 152,6 mil hectares. Em solo matogrossense, a maioria dos imóveis é de médio porte: 47,1% das terras requeridas possuem entre quatro e 15 módulos fiscais e correspondem a 71,9% da área total cadastrada.

Participação feminina

Quanto à participação feminina no processo de cadastramento, Mato Grosso segue a mesma tendência do restante da Amazônia: 23% dos imóveis são chefiados por mulheres. O estado, no entanto, representa o menor índice de habitantes nascidos na Amazônia, apenas 21% dos requerentes nas 263 posses cadastradas.

Nos nove municípios do Pará que já receberam as equipes de cadastramento do Terra Legal, foram efetuados cadastros para uma área total de 504,6 mil hectares. Das 2.763 posses cadastradas, 82,2% possuem até quatro módulos fiscais e abrangem 39,2% da área total requerida para a legalização. Mais da metade (52%) dos cadastrados nasceram na Amazônia e as mulheres representam 22% dos chefes de família.

A participação dos posseiros no processo de regularização fundiária em solo paraense extrapola as localidades contempladas pelo Mutirão Arco Verde. Os municípios que receberam os postos de cadastramento do Terra Legal são Dom Eliseu, Itupiranga, Marabá, Nova Esperança do Piriá, Novo Repartimento, Pacajá, Paragominas, Rondon do Pará e Ulianópolis. Mas, o registro de posses no estado abrange ocupações localizadas em 34 municípios.

RO: números absolutos

Rondônia é o estado que registra a maior quantidade de posses cadastradas em números absolutos: 4.298. São 666 mil hectares aptos à regularização distribuídos por nove municípios: Candeias do Jamari, Costa Marques, Itapuã do Oeste, Machadinho d'Oeste, Nova Mamoré, Pimenta Bueno, Porto Velho, São Francisco do Guaporé e Seringueiras.

As propriedades com até quatro módulos fiscais ocupam 41,2% da área total requerida e correspondem a 83% do total de posses. As mulheres somam 27% dos requerentes e 38% dos posseiros que buscam a regularização fundiária são nascidos na Amazônia.

Regularizações

em

TO

As ações de regularização fundiária iniciaram no Tocantins pelo município de Guaraí. Porém, as 257 posses cadastradas correspondem a ocupações registradas em outros 12 municípios. Juntas, elas ocupam uma área total de 47,8 mil hectares. As posses com até quatro módulos fiscais correspondem a 83,7% dos imóveis cadastrados e ocupam 51,8% da área já cadastrada.

Mais da metade (53%) dos posseiros no Tocantins nasceu na Amazônia. Assim como o vizinho Maranhão, o Tocantins é o estado que apresenta o maior percentual de mulheres como chefes de família responsáveis pela legalização das propriedades: 28%.

MMA lança plano contra desmatamento no Cerrado – Sítio Eletrônico do MMA – 09/09/2009

Quando: Quinta-feira, 10 de setembro, às 10h30

Onde: Sala Multimídia, 5º andar, Ministério do Meio Ambiente

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, lança o Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento no Bioma Cerrado, o PPCerrado, que vai coordenar, articular e executar iniciativas que visam à redução do desmatamento na região.

O plano faz parte de um conjunto de ações divulgadas esta semana pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em razão do Dia Nacional do Cerrado, comemorado no dia 11 de setembro, e pretende levantar a situação do desmatamento na região, além de constituir ações contra a perda da cobertura vegetal do bioma.

Às 9h, o ministro participa de debate na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 115/95, que considera o Cerrado como patrimônio nacional. A audiência será no auditório Nereu Ramos.

Minc cobra metas de redução de emissões dos países desenvolvidos – Paulenir Constâncio – Sítio eletrônico do MMA – 09/09/2009

O ministro Carlos Minc disse nesta quarta-feira (9/9), em audiência em Brasília com o ministro do Meio Ambiente da Dinamarca, Troel Lund Pouse, que o Brasil levará a Copenhague uma posição clara e espera que os países desenvolvidos avancem em suas metas de redução de emissões. Segundo ele, é preciso superar o clima de desconfiança estabelecido, o que só é possível se todos colocarem suas "cartas na mesa".

A posição dinamarquesa só será definida após reunião da União Européia, prevista para o final do mês, segundo adiantaram seus representantes. O papel e as propostas brasileiras,

que estão sendo articulados pelos ministérios das Relações Exteriores, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente, poderão ser fechados, também, até o final do mês, segundo previsão de Minc.

O ministro brasileiro enumerou as medidas e os resultados que o País vem alcançando, e disse que o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que estabelece 70 por cento de redução do desmatamento, será revisado até julho de 2010 para incorporar metas para os demais biomas brasileiros.

Minc disse, também, acreditar que o Fundo de Mudanças Climáticas, que prevê a destinação de 10% dos lucros do petróleo ao meio ambiente será aprovado pelo Congresso.

Ele garantiu que o Brasil levará números consistentes de redução de emissões à Convenção e pretende fazer a ponte entre o grupo de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Minc explicou que os resultados a serem levados a Copenhague apontam para a maior redução de desmatamento dos últimos 20 anos. Lembrou, ainda, que de acordo com dados recentes, a queda é de 46%, se comparado o período de agosto de 2008 a julho de 2009 com o mesmo período anterior. O número representa 4,8 milhões de toneladas de CO₂ a menos na atmosfera, mais do que o previsto para todos os países ricos no protocolo de Kyoto. Fechar os números, segundo esclareceu, depende apenas do novo inventário de emissões, previsto para sair até o final do ano.

"Estamos fazendo nosso dever de casa, mas queremos metas mais arrojadas dos países ricos", cobrou. Segundo ele, o Brasil apoia as metas previstas pelo IPCC □ Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas □, que prevê reduções entre 20% e 40%, mas vai lutar que sejam as mais próximas possíveis de 40%, consideradas as peculiaridades de cada país. Mesmo elogiando a mudança de posição do governo Barack Obama, dos EUA, em relação a seu antecessor, George Bush, Minc criticou a timidez da proposta em estudo no congresso americano.

O ministro disse ainda que o Brasil quer a adoção de mecanismos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), desde que de forma limitada. Para o ministro, os países desenvolvidos têm de destinar, juntos, pelo menos R\$ 800 bilhões ao ano aos fundos em discussão em Copenhague. Ele lembrou que se trata apenas de uma pequena parte do que foi gasto para salvar o sistema financeiro internacional na atual crise mundial. "Estamos falando de salvar o planeta. Sem planeta não há sistema financeiro", reforçou. Ele disse que vai reforçar o papel do G-77 e está negociando o apoio de pelo menos 20 países para o apoio às posições dos países em desenvolvimento na Convenção do Clima.

Cerrado já emite CO₂ nos mesmos níveis que a Amazônia – Paulenir Constâncio – Sítio Eletrônico do MMA – 10/09/2009

A degradação do bioma Cerrado já é responsável pelo mesmo nível de emissões de CO₂ da Amazônia e pelo dobro do desmatamento da floresta. A constatação é parte de um

estudo do Ministério do Meio Ambiente (MMA) apresentado nesta quinta-feira (10/9) pelo ministro Carlos Minc. Ele anunciou, também, a abertura de consulta pública para o PPCerrado - Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado.

A área técnica do Ministério, com base em levantamentos dos satélites CBERS e Landsat, coletados entre 2002 e 2008, concluiu, no estudo inédito, que o ritmo de desmatamento no Cerrado já corresponde a 21 mil Km² por ano, contra no máximo 10 mil Km² da Amazônia. Estima-se para o período estudado uma redução próxima a 50% nas taxas de desmatamento na floresta amazônica, enquanto o Cerrado vem mantendo taxas de desmatamento idênticas, em torno de 1,04% de sua cobertura ao ano.

A pecuária extensiva e o plantio da soja para exportação são apontados como os vilões da degradação do Cerrado. No período estudado houve crescimento de 6,3% na área desmatada, que pulou de 41,9% para 48,2%, quase a metade da área do Bioma de 2 milhões de Km². O estudo não identifica se o desmatamento é legal ou ilegal. Para Minc, isso é importante do ponto de vista das medidas de repressão, mas para o meio ambiente "é desmatamento e contribui para as emissões". Na parte do Cerrado que integra a Amazônia Legal, o Código Florestal obriga a preservação de 35% das propriedades e fora dela a reserva legal é de 20%.

Além da perda de uma biodiversidade riquíssima, algo em torno de 12 mil espécies, a perda da cobertura vegetal original afeta o ciclo hídrico nas principais bacias brasileiras. O centro-oeste brasileiro, que abriga 50 por cento da área do Cerrado, é considerado o berço das águas, já que é onde nascem as principais bacias hidrográficas do País.

O alerta aponta para problemas graves na agricultura e também na produção de energia. Maria Cecília Wey, secretária de Biodiversidade e Florestas, lembra que "a proteção que a vegetação típica do Cerrado dá às bacias é fundamental". Segundo ela, já se conhece amplamente o efeito nocivo da substituição de espécies nativas da flora do Cerrado por cultivo agrícola. O maior problema, explica, será a diminuição da oferta de água em todas as bacias. O impacto na produção de energia limpa hidrelétrica, também será sentido. Cerca de 50% por cento da geração nos níveis atuais depende do ciclo das águas em bacias do Cerrado.

O PPCerrado, segundo o ministro, pretende estender ao bioma o mesmo tratamento dada à Amazônia. A ampliação do número de unidades de conservação, que atualmente tem apenas 7,5 % do seu território protegido, é fundamental para o MMA conter o desmatamento do Cerrado. Além dessa medida, o ministro afirmou que já está em entendimentos com o Instituto de Pesquisas Especiais (Inpe) no sentido de implementar o monitoramento do bioma por um sistema nos moldes do Deter, que identifica por satélite as novas áreas de desmatamento em tempo real. O programa já conta com R\$400 milhões até 2011.

Minc disse que espera resistências dos setores do agronegócio. Mas afirmou que para ocupar a posição, em defesa de todos os biomas brasileiro, tem de estar pronto para esses desafios. "Ou enfrenta ou muda de ocupação", salientou. O ministro declarou que vai buscar o apoio da Embrapa e de outros órgãos governamentais para implementar políticas de sustentabilidade na região.

PEC 115 - Minc compareceu, pela manhã, à audiência na Câmara dos Deputados em defesa da aprovação da proposta de emenda constitucional que transforma o bioma

Cerrado em patrimônio nacional, a exemplo do que já ocorre com a Mata Atlântica, o Pantanal, a Amazônia, a Serra do Mar e a Zona Costeira.

"Temos de dar ao Cerrado importância semelhante à da Amazônia na preservação do meio ambiente", declarou o ministro a um auditório lotado por participantes do Encontro dos Povos do Cerrado, que começou nesta quinta-feira (10/9) em Brasília.

Produtores rurais colaboram para a preservação ambiental, aponta pesquisa – Sítio Eletrônico da CNA – 11/09/2009

Pesquisa apresentada no 2º Congresso Mundial Agroflorestal - realizado em agosto, em Nairobi, no Quênia apontou através de imagens por satélite que há uma grande cobertura de árvores em quase metade das áreas de cultivo do mundo; dados revelam que maiores coberturas se concentram na América Central, no sudeste da Ásia e na América do Sul.

Confirmando esta informação, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de MS – FAMASUL, Ademar Silva Junior, diz que 88% do Pantanal está preservado pelo produtor rural, o que comprova a preocupação do setor com o meio ambiente.

“Esse é o tema do futuro, necessitamos da natureza preservada para a manutenção da vida e produção de alimentos. O produtor tem a responsabilidade de continuar produzindo, sem deixar de cuidar de suas águas e reservas, matas ciliares e até mesmo o ar”, ressalta Ademar.

Muitas leis são criadas para incentivar os produtores no plantio e reflorestamento de árvores. E em setembro de 1965, foi criado o Código Florestal Brasileiro, que não atende as necessidades de preservação. Junto a ambientalistas, eles lutam para que uma reformulação seja feita.

“O produtor rural tem dificuldade para entender a legislação ambiental, não por incapacidade, mas porque precisaria compreender mais de 16 mil normas para desenvolver sua atividade legalmente”, explica a assessora de meio ambiente e recursos hídricos da FAMASUL, Janaína Pickler. Ainda afirma que, é do interesse deles que o meio ambiente esteja preservado e que não seriam necessárias tantas leis, pois o produtor e o agricultor querem preservar espontaneamente as florestas, mas as regras têm dificultado em muitos casos.

Pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa mostra que se o País levasse à risca sua legislação, não existiria terra suficiente para produzir e que, as áreas protegidas somam 71% do território brasileiro, o que resulta em 6.059.526 km².

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA propõe cinco pontos para o código em vigor: pagamento por serviços ambientais, respeito a áreas consolidadas com produção de alimentos, desmatamento zero e quantificação de áreas de preservação permanente orientadas por informações da ciência.

O papel das florestas no desenvolvimento da agricultura foi um dos temas discutidos no congresso. “O Brasil mudou muito, hoje é a maior potência da América do Sul e uma das maiores do mundo em muitos segmentos nos quais atua. Isso tem feito com que o setor agropecuário, que é a mola propulsora da nossa economia e o principal gerador de empregos, necessitasse conscientizar o produtor rural para o empreendedorismo e responsabilidade social”, explica o presidente da FAMASUL.

O “verde” conquistou status de importância nas pautas de todo o mundo, predominando em discussões e decisões de todos os setores. É uma busca incessante de resultados e promessas, e os trabalhadores rurais têm servido de ferramenta essencial na preservação desta cor.

Emissão de CO2 do cerrado equivale à da Amazônia - Lígia Formenti – Estado de São Paulo- Vida & - 11/09/2009

O desmatamento no cerrado é responsável atualmente pelo mesmo volume de CO2 emitido na Amazônia. Dados divulgados ontem pelo Ministério do Meio Ambiente mostram que, com a devastação do cerrado, a emissão média anual foi de 350 milhões de toneladas do gás, um dos principais causadores do efeito estufa.

Entre 2002 e 2008, a taxa média de desmatamento anual no bioma foi de 21.260 km² – uma área duas vezes maior do que os 10 mil km² estimados de devastação na Amazônia para 2009. O dado da floresta amazônica não foi fechado e pode ser maior. Até ao ano passado, o cerrado perdeu 48,2% de sua cobertura original – quase metade dos 2 milhões de km² do bioma.

Em 2002, o total devastado era de 41,9% da área original – um aumento de 6,3% no período. Para fazer o cálculo das emissões, leva-se em conta o desmatamento e a biomassa existente.

Por isso, a Amazônia aparece com uma área desmatada menor, mas apresentando o mesmo nível de emissão do cerrado.

“A Amazônia tem maior volume de madeira e outros componentes de vegetação do que o cerrado”, explica Bráulio Dias, diretor do Departamento de Conservação da Biodiversidade do ministério. “Houve todo um esforço para reduzir o desmatamento na Amazônia e o mesmo não ocorreu no cerrado.

É o momento de reconhecer que o cerrado hoje é tão importante quanto a Amazônia para o combate às mudanças climáticas no País”, afirma Dias.

O novo dado deve alterar as estratégias do País nas questões de clima – sempre se fala que a destruição da floresta tropical é a principal fonte de emissões do Brasil, quadro que muda com os dados apresentados ontem. “Na revisão do Plano Nacional de Mudanças Climáticas serão incluídas metas de redução de desmate também para o cerrado”, completa o diretor.

Para o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, os números são “acachapantes”. Ontem, ele lançou um conjunto de medidas para tentar interromper a devastação no cerrado, que é o segundo maior bioma da América do Sul, depois da Amazônia, e a savana de maior biodiversidade do mundo. Batizado de Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas, o projeto traça estratégias para serem executadas entre 2009 e 2011.

Entre elas ampliar áreas sob proteção. “Atualmente no papel 7,5% do território do cerrado está protegido”, disse o ministro.

A ideia é ampliar para cerca de 10%. Para alcançar esse índice, seria preciso criar, em dois anos, 600 mil hectares de áreas novas de proteção. O plano inicial é que três unidades sejam criadas, cada uma com 200 mil hectares (*mais informações na pág. A18*).

O estudo sobre o ritmo de desmatamento no cerrado é fruto de uma análise dos satélites CBERS e Landsat. O novo plano prevê um acompanhamento anual das atividades de desmatamento, a exemplo do que é feito na Amazônia.

O novo sistema deverá ser desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). De acordo com Dias, o novo método deverá demorar um pouco para entrar em funcionamento.

“É preciso fazer adaptações.”

Um dos desafios, contou Dias, está relacionado com o longo período de seca, em que vegetação perde boa parte das folhas. “Isso torna um pouco mais difícil diferenciar o que é seca, o que é devastação.” Uma das maiores preocupações dos integrantes do ministério está relacionada com a devastação em áreas de bacia. “A proteção exercida pela vegetação é fundamental para o ciclo hídrico”, afirma a secretária de Biodiversidade e Florestas, Maria Cecília Weyde Brito. Sem tal proteção, fica ameaçada metade do potencial elétrico a ser explorado no País. “Sem essas bacias, vai faltar água para irrigação e hidrelétrica. O desenvolvimento do Brasil ficará ameaçado”, disse Minc. O estudo mostra que 60 cidades são responsáveis por um terço de todo desmatamento do cerrado. Os Estados onde há maior desmatamento, em números absolutos, são Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Bahia. A maior parte da devastação ocorreu a partir da década de 70. Hoje, os maiores vetores de desmatamento no bioma são cana-deaçúcar, carvão vegetal, soja, pecuária e queimadas.

Depois virá a caatinga, diz Minc

Ao anunciar os números relativos ao cerrado, o ministro do Meio Ambiente sentenciou: “Não vai ser mais samba de uma nota só”. A crítica de Carlos Minc mirava a estratégia de priorizar a Amazônia, principalmente durante a gestão de Marina Silva. Em menos de um mês, é a segunda vez que Minc se refere à antecessora.

“Vou cuidar de outras áreas. Agora, é a vez do cerrado.

Depois, virá a caatinga.” O plano de prevenção e controle de desmatamento no cerrado foi lançado ontem em consulta pública. Em 30 dias, os setores interessados poderão mandar sugestões para mudanças. Ontem, Minc admitiu que a estratégia a ser adotada será muito diferente da empregada para a Amazônia.

Em primeiro lugar, porque boa parte do desmatamento no cerrado é feita de modo legal. “Não temos ainda essa conta.

Mas parte da devastação está dentro da lei”, disse.

O Código Florestal determina que 35% das propriedades devem ser preservadas. Fora dessa região, o percentual é de 20%.

Para tentar reduzir a devastação, Minc terá de contar com estratégias de convencimento e de oferta de tecnologias que reduzam o impacto da produção. “Vamos ter de criar unidades de conservação, ofertar tecnologia para garantir maior produtividade, recuperar solo, intensificar o uso em áreas que já foram abertas.” • L.

Dados põem bioma Na agenda do clima – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 11/09/2009

●●● Já era hora de o governo prestar atenção – de verdade – no desmatamento do cerrado. Os dados de emissão de carbono divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) colocam o bioma de braços dados com a Amazônia na lista de prioridades da agenda climática brasileira.

Quando chega à atmosfera, 1 tonelada de carbono é 1 tonelada de carbono. Seu efeito de aquecimento é o mesmo, não importa se ela foi emitida pela queima de uma árvore de 20 metros na Amazônia ou de uma de 5 metros no cerrado. Até agora, porém, as únicas emissões por desmatamento que eram levadas em conta nas discussões sobre mudanças climáticas eram as da floresta tropical.

O cerrado, valorizado muito mais como uma fronteira agrícola a ser explorada do que como um tesouro biológico a ser preservado, nunca foi prioridade nas políticas públicas de pesquisa e conservação. Consequentemente, faltam dados científicos básicos sobre o bioma, necessários para entender sua biologia, seu clima e seus serviços ambientais – que incluem, entre muitas outras coisas, a estocagem e reciclagem de carbono.

Os novos dados do MMA começam a preencher essa lacuna, mostrando que o desmatamento do cerrado pode ser tão prejudicial para o clima quanto o da Amazônia. Portanto, precisa ser combatido com o mesmo empenho.

Não há dúvida de que as medições do ministério serão revisadas e refeitas por acadêmicos muitas vezes nos próximos anos. É possível que mudem bastante nesse processo. Calcular as emissões de carbono do cerrado é ainda mais complicado do que na Amazônia, porque sua cobertura vegetal varia imensamente no tempo e no espaço.

E, mesmo na Amazônia, os números são difíceis.

Seja como for, o MMA dá um passo importante ao colocar o cerrado no mapa das mudanças climáticas. O Ministério da Ciência e Tecnologia também faz suas contas para incluir o bioma no novo inventário de emissões do País, que deverá ser concluído até o fim do ano. Agora, quando o Brasil falar de sua contribuição para o aquecimento global, não poderá mais falar só da Amazônia. Terá de falar do cerrado também. O mesmo vale para o setor produtivo, que hoje concorda em não comprar soja nem carne produzida em áreas desmatadas da Amazônia, mas não quer nem ouvir falar de restrições à produção no cerrado.

Terá de ouvir, agora.

Ritmo de desmate do cerrado é maior que o da Amazônia – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 11/09/2009

Medido em emissões de CO₂, o impacto da destruição do bioma supera o da indústria brasileira e o do setor de transportes juntos

Estudo do Meio Ambiente mostra que o cerrado perdeu 48,2% de sua vegetação; pasta diz que vai monitorar desmate como na Amazônia

Enquanto as atenções do governo estavam voltadas a combater o desmatamento na Amazônia, o cerrado perdeu nos últimos anos uma área de vegetação nativa ainda maior: a diferença registrada pelos satélites entre 2002 e 2008 é proporcional a 12 vezes a cidade de São Paulo, mostra levantamento divulgado ontem pelo Ministério do Meio Ambiente.

Por ano, o cerrado perdeu, em média, 21.260 quilômetros quadrados de vegetação original, abrindo mais espaço para a plantação de grãos ou servindo à produção de carvão. O ritmo do desmatamento equivale a mais que o dobro da previsão de abate de árvores na Amazônia em 2009. Medido em emissões de gás carbônico -o vilão do aquecimento global-, o impacto do desmatamento do cerrado é equivalente ao da devastação na floresta e supera as emissões da indústria brasileira e de todo o setor de transportes juntos: 350 milhões de toneladas de carbono por ano, em média, segundo o ministério. "Nós não estamos preocupados só com os bichinhos", disse o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente). "Se as bacias continuarem sendo desmatadas nesse ritmo, vai faltar água para a agricultura e a produção de energia", completou. O cerrado abriga metade

do potencial hidrelétrico do país. Minc anunciou que o desmatamento no cerrado será monitorado como na Amazônia. Ontem, o ministério lançou à consulta pública proposta de plano de prevenção e controle do desmatamento no bioma, que tem cerca de metade da extensão do bioma amazônico.

De acordo com o levantamento, o cerrado já perdeu quase metade (48,2%) da sua vegetação original. A maior parte da devastação ocorreu entre as décadas de 70 e 90, quando o bioma era visto como principal fronteira agrícola do país, e sua ocupação foi estimulada pelo governo. Mas o ritmo continua acelerado e, em apenas seis anos, o cerrado perdeu o equivalente a metade do Estado de São Paulo de sua vegetação nativa. O Maranhão liderou o ranking dos Estados que mais desmataram entre 2002 e 2008. Foi seguido por Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Bahia. Segundo Minc, o combate ao desmatamento no bioma enfrentará uma dificuldade extra. A legislação só exige dos proprietários de terras do bioma a preservação de 20% da vegetação nativa. A área de cerrado localizada nos limites da Amazônia Legal tem um percentual de preservação maior exigido em lei, de 35%. Ou seja, a maior parte do desmatamento observou os limites da lei e não poderá ser punido. A solução proposta pelo Ministério do Meio Ambiente é aumentar as áreas de proteção integral ou de uso sustentável, nas quais o desmatamento é proibido, dos atuais 7,5% para 10% do bioma.

França terá imposto sobre CO2 em 2010 – Folha de São Paulo – Ciência – 11/09/2009

Presidente Nicolas Sarkozy diz que taxa será de 17 por tonelada de gás carbônico emitido; 75% dos franceses se opõem

Governante também acena com medidas protecionistas sobre produtos de nações que não cortarem emissões de gases de efeito estufa

A França deve se tornar a partir do ano que vem a primeira grande economia do mundo a taxar emissões de gás carbônico, o principal gás de efeito estufa. Ontem, o presidente Nicolas Sarkozy anunciou que o imposto será "progressivo" e terá seu valor fixado inicialmente em 17 por tonelada. O imposto, ao qual três quartos dos franceses se opõem, se aplicará ao consumo de combustíveis fósseis por indivíduos e empresas. A gasolina deverá ficar 4 centavos de euro mais cara na bomba, e o gás para aquecer as casas também terá aumento. O preço da luz não muda, porque a França gera 80% de sua eletricidade por usinas nucleares, que não emitem gás carbônico. Os grandes emissores industriais estarão isentos do imposto, porque já fazem parte do esquema europeu de comércio de emissões, adotado no âmbito do Protocolo de Kyoto. O objetivo da medida é pôr a França no rumo de cumprir a meta de redução de emissões de 80% até 2050. Sarkozy também quer liderar as negociações do novo tratado de proteção ao clima, a ser fechado em dezembro em Copenhague. Discursando ontem em Culoz (centro-leste), Sarkozy declarou que o novo imposto terá seu valor restituído ao contribuinte por meio da redução do imposto de renda. Para as famílias isentas, o presidente afirmou que o governo francês dará "cheques verdes".

Mas disse também que "é normal que a taxa fique mais cara daqui a alguns anos, quando os comportamentos já tiverem mudado". A proposta inicial era que o imposto tivesse um valor de 32 por tonelada, o que foi descartado devido à crise econômica. "Nosso mundo chegou à hora da verdade. É preciso decidir hoje se nós queremos criar um mundo diferente daquele de antes da crise", discursou. "Da crise econômica que nós conhecemos, deverá nascer um mundo novo. Não se trata de construir uma sociedade de retração, que dá as costas ao progresso, de escolher entre a economia e a ecologia (...) mas de encontrar os caminhos que conduzirão a um crescimento mais justo", prosseguiu. Sarkozy também acenou com medidas protecionistas, dizendo que não aceitaria que a Europa importasse produtos de países que não respeitassem as regras de emissões francesas. Citou a taxa de fronteira de carbono prevista na lei americana de mudança climática, em tramitação no Senado. "Não vejo por que a Europa não poderia fazer o mesmo."

O imposto sobre o carbono era uma promessa de campanha de Sarkozy. Na eleição de 2007, o ambientalista mais famoso da França, Nicolas Hulot, fez todos os principais candidatos prometerem que introduziriam a proposta. Hoje, impostos do tipo só existem na Suécia, na Dinamarca, na Finlândia e na Eslovênia. Sem hostilizar o presidente, ambientalistas disseram que a proposta "passa ao largo" do objetivo principal -combater a mudança climática. Para eles, uma taxa de 17 é pequena demais para ter um efeito nas emissões. "[São] belas palavras, que não estão à altura das questões", disse Cécile Duflot, secretária do Partido Verde. Sobre a rejeição à taxa, Sarkozy disse que outras grandes reformas também foram originalmente impopulares na França -como a descolonização e o fim da pena de morte.

Com "Le Monde" e agências internacionais

Desmatamento avança mais rápido no cerrado - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 11/09/2009

Até 2008, estado que mais desflorestou o bioma foi Mato Grosso; Carlos Minc anuncia plano de proteção

BRASÍLIA. O ritmo de destruição do cerrado é duas vezes maior do que a que vem ocorrendo na Amazônia. Enquanto a faixa anual de desmatamento na Amazônia gira em torno de 10 mil km² por ano, no cerrado 21.260 km², em média, vêm sendo derrubados todos os anos.

Isso quer dizer que, anualmente, o bioma perde 1,04% de sua cobertura florestal. Mato Grosso foi o estado que mais desmatou o cerrado até 2008. Ao todo, o estado derrubou 175.163 km², 6% dos quais entre 2002 e 2008. O dado foi divulgado ontem pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Levando em conta o desmatamento apenas de 2002 até o ano passado, o Maranhão aparece em primeiro lugar, com 23.144 km² desmatados em apenas seis anos. A destruição é mais rápida em Mato Grosso do Sul: dos 105.446 km² ali desmatados, 18% (11.663 km²) foram derrubados nesse período.

O "Arco do desmatamento do cerrado" se encontra na divisa entre Bahia e Goiás. São baianas as quatro cidades que mais desmatam. Nessa região, o principal vetor da destruição é a soja.

Para Minc, haverá resistências a medidas Como O GLOBO antecipou domingo, quase metade do cerrado já foi desmatado. Segundo o Ibama e o Ministério do Meio

Ambiente, 48,2% dos 2.039.386 km² de todo o cerrado já viraram plantações de grãos, cana, carvão ou pasto. Minc anunciou ontem o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no cerrado, semelhante ao implementado na Amazônia.

— Talvez a gente tenha demorado para despertar para o drama dos outros biomas. Com certeza isso deveria ter sido feito mais cedo — admitiu.

Com investimentos previstos de R\$ 400 milhões até 2011, o plano entra em consulta pública até 10 de outubro. Em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) será criado o Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real) do cerrado. Haverá ações específicas para os 60 municípios que concentram 33% do desmate. Há promessa de ampliar as áreas protegidas. Hoje, 7,5% do cerrado estão em Unidades de Conservação.

A meta é chegar a 10% até o final de 2010.

— A resistência a essas medidas vai ser maior do que na Amazônia porque no Cerrado está concentrado grande parte do agronegócio — previu Minc.

Um dos principais argumentos do ministério para tentar salvar o que resta do cerrado é o potencial energético da região.

As três principais bacias hidrográficas brotam no local e outras sete passam por ali. Segundo o diretor de Conservação da Biodiversidade do órgão, Braulio Dias, metade do potencial hidrelétrico do país está no bioma.

Segundo o governo, as emissões de CO₂ com a queima do bioma já equivalem às geradas pela destruição da Amazônia.

Entre 2002 e 2008, a derrubada do cerrado emitiu 350 milhões de toneladas de CO₂

Ambientalistas defendem lei de preservação para o cerrado – Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 12/09/2009

A criação de unidades de conservação no cerrado pode ser insuficiente para conter o desmatamento caso não haja uma lei federal específica de proteção do bioma, como já existe para a mata atlântica. A opinião é de ambientalistas ouvidos ontem pelo Estado para comentar as medidas previstas no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas.

O plano é parte das ações anunciadas anteontem pelo Ministério do Meio Ambiente para tentar conter a devastação no cerrado, que perdeu 48,2% de sua cobertura original, ou seja, quase metade dos 2 milhões de km² do bioma. Em 2002, o total desmatado era de 41,9% da área original.

Para ambientalistas, a criação de unidades de conservação (parques e reservas) no cerrado, como prevê o governo no plano, não será suficiente para garantir a proteção da vegetação remanescente. No caso da mata atlântica, por exemplo, a lei, aprovada em 2006, determina que o corte de vegetação primária e secundária só pode ocorrer em casos excepcionais, como para realizar projetos de utilidade pública.

Além das 16 unidades de conservação integral, o plano sugere a criação de áreas de uso sustentável e de florestas públicas.

No total, a previsão é investir R\$ 440,9 milhões no conjunto de ações, dos quais R\$ 401 milhões virão dos cofres do Ministério do Meio Ambiente.

O diretor de Políticas Públicas do Greenpeace, Sérgio Leitão, diz que o governo também deveria se empenhar na aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC)

115/95, que inclui cerrado e caatinga como patrimônio nacional. “É preciso dar ao cerrado o mesmo tratamento dado para a Amazônia e a mata atlântica”, afirma Leitão.

A professora do Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília (UnB) Mercedes Bustamante diz que, para avançar, o plano precisa do apoio de vários setores. Ela lembra que, em 2005, foi criada uma comissão nacional do cerrado, com representantes dos ministérios, de indígenas e cientistas, entre outros. “Em 2006, a comissão foi convocada algumas vezes pelo Ministério do Meio Ambiente, mas depois nunca mais. Isso já é um indicativo da prioridade do bioma para o governo.”

E ela acredita que, isolado, o programa de controle “resolverá pouco”. “É preciso criar estratégias de geração de renda para as pessoas que vivem nas áreas preservadas”, afirma. Para o gerente do programa Cerrado – Pantanal da Conservação Internacional, Mario Barroso, os Estados também precisam se engajar no debate. “São os Estados em geral que fazem os licenciamentos para empreendimentos, por exemplo”, diz. Mas ele é favorável à intenção do governo de criar mais áreas de proteção no bioma. “A última unidade de conservação de proteção integral foi criada em 2006, o Parque Nacional Chapadas das Mesas (MA).”

CANA

O presidente da Sociedade Ambientalista Brasileira no Cerrado (SABC), Harley Anderson de Souza, considera que a cana-de-açúcar é atualmente a principal ameaça ao bioma. Na opinião de Souza, que é também professor de área de gestão ambiental na Universidade Católica de Goiás (UCG), o governo não deveria permitir o plantio da cultura em áreas que ainda não sofreram degradação no cerrado.

“Abrir novas frentes na agricultura é muito prejudicial.

Precisamos tentar salvar o que ficou porque recompor o que foi destruído é impossível”, afirma o presidente da SABC.

O CERRADO

- É o segundo maior bioma da América Latina, ficando atrás apenas da Amazônia
- Cobre uma área de 2,1 milhões de km² e abrange 11 Estados
- É a savana de maior biodiversidade do mundo
- Destaca-se pela diversidade da flora, com quase 12 mil espécies descritas de plantas
- A pecuária extensiva e o plantio de soja para exportação são apontados como os vilões da degradação do bioma
- A perda da cobertura vegetal original do cerrado afeta o ciclo hídrico das principais bacias brasileiras.

Operação destrói 40 fornos em carvoaria ilegal

●●● Cerca de 40 fornos de carvoarias ilegais foram destruídos ontem na região de Niquelândia (GO) durante a operação Assentamentos Sustentáveis do Cerrado.

A blitz visa à redução do desmatamento ilegal nos projetos de assentamento do Incra em Goiás. Na operação, os agentes também apreenderam madeira.

As carvoarias utilizavam a madeira nativa do cerrado para abastecer siderúrgicas da Região Sudeste. Participaram da ação o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o superintendente regional do Incra, Rogério Arantes, e agentes do Ibama.

Ibama flagra desmate em assentamentos de GO – Catarina Alencastro – O Globo – O País – 12/09/2009

Fornos de carvão em área de cerrado são destruídos, e responsáveis, multados, podem perder terra de reforma agrária

BRASÍLIA. Na primeira operação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PP-Cerrado), lançado anteontem, o Ibama identificou crime ambiental em áreas de assentamentos da reforma agrária em Goiás, terceiro estado que mais destruiu o bioma.

Na presença do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, os fiscais demoliram seis fornos de carvão no assentamento Aranha, em Niquelândia.

Outros 17 fornos foram destruídos numa propriedade particular próxima. Eles eram abastecidos por madeira retirada pelos assentados. As carvoarias não tinham licença para operar e não tinham como provar a natureza legal da madeira nativa.

A operação marcou um novo estilo de tratar os desmatamentos em áreas de reforma agrária.

Depois da briga entre Minc e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, no ano passado, quando o Incra figurou como o maior desmatador da Amazônia, o Ibama, agora, atua junto com o órgão.

Os agentes ambientais não vão mais punir os assentamentos ou o próprio Incra. As multas vão direto para os assentados. Em caso de flagrante, correm o risco de exclusão definitiva dos programas de reforma agrária.

— Acabou a história de o Ibama autuar o Incra. Agora vamos autuar quem cometeu o crime, e o INCRA abre processo para que o criminoso perca sua parcela de terra — explicou Luciano Evaristo, diretor de Proteção Ambiental do Ibama.

Desde que resolveu se aliar à agricultura familiar contra os grandes agropecuaristas na guerra contra mudanças no Código Florestal, Minc mudou o tom em relação aos assentamentos.

Ele alega que os novos projetos do Incra são mais ecológicos.

A principal crítica do ministro à velha fórmula é que, quando o assentado cumpria a legislação e preservava uma percentagem de sua terra, essa reserva legal não se comunicava com a mantida pelo assentado vizinho.

Assim, formavam-se os chamados tabuleiros de xadrez, com pequenas áreas de vegetação nativa em meio à devastação.

— Os antigos assentamentos eram detonadores do meio ambiente.

Então, fizemos um acordo com o Incra para recuperar, na forma de corredor contínuo, áreas que foram destruídas no passado — disse Minc.

Na operação de ontem, além da derrubada dos fornos, o Ibama apreendeu um trator. Cerca de 58 mil metros lineares (enfileirados) de madeira nativa do cerrado foram doados para que o Incra delimite as reservas legais de 16 assentamentos nos arredores de Goiânia. O carvão era vendido para carvoarias legais

que vendem o produto ilegal para siderúrgicas do CentroOeste. O Ibama esperava destruir 300 fornos na região.

Joaquim Pereira, que ganhava em torno de R\$ 1.000 com a atividade, disse que o governo está certo, mas que não há outro trabalho para fazer ali, onde as fazendas são, em sua maioria, de gado de corte. Ele e Francisco Botelho arrendaram parte de uma fazenda e montaram quase duas dezenas de fornos. O primeiro foi multado em R\$ 4.500 e o segundo, em R\$ 4.000. Caso deixem de quitar a dívida, não conseguirão financiamentos.

— O governo devia trocar a derrubada do carvão por um emprego. Antes de derrubar deviam dar uma solução pra gente — reclamou Joaquim.

Carvoeiros alegam que não sabiam da possibilidade de receber R\$ 200 por mês para plantar mudas de árvores nativas para a recuperação de áreas degradadas, como anunciava Minc aos jornalistas durante a operação.

O programa, intitulado Bolsa Floresta, ainda não chegou no interior de Goiás.

— Nunca vieram me instruir.

Com o pobre acontece de tudo.

Seja o que Deus quiser — disse o assentado Joverson Souza

Governo amplia restrição a estrangeiros na Amazônia – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 15/09/2009

Pelo projeto, não brasileiros só poderão ter até 10% das terras das cidades da região

Texto, que visa fechar cerco à invasão estrangeira na área, tem de ser enviado para o Congresso e não altera limite de 25% para o resto do país. A soma de terras nas mãos de estrangeiros não poderá ultrapassar 10% das superfícies dos municípios da Amazônia Legal, segundo projeto de lei finalizado pelo governo e no aguardo do presidente Lula para ser enviado ao Congresso. Hoje o limite é de 25% em todo o país, inclusive na região amazônica. O novo limite valerá para a compra, por estrangeiros, de áreas rurais nos Estados do Norte, em Mato Grosso e em parte do Maranhão, que integram a Amazônia Legal. A proposta mantém para o restante do país os 25%. Por exemplo: num município paraense com área de 50 mil hectares, as propriedades de estrangeiros, somadas, não poderiam ultrapassar os 5.000 hectares (10%). Já num município paulista com a mesma dimensão, seria mantido o limite atual de 12.500 hectares (25%).

As restrições, listadas na minuta do projeto de lei obtida pela Folha, valem para três categorias: estrangeiro que vive no Brasil, pessoa jurídica estrangeira residente no país e pessoa jurídica brasileira controlada por capital estrangeiro. As limitações são a solução jurídica para, no papel, fechar o cerco à invasão estrangeira na Amazônia e, no discurso, falar em soberania nacional.

A ideia do governo era ter encaminhado o projeto ao Congresso no final do ano passado. Mas, conforme a Folha antecipou em novembro, a chegada da crise econômica fez o presidente adiar o envio do texto, com receio de que a medida pudesse frear os investimentos estrangeiros no país.

O petista quer encaminhá-lo ao Congresso ainda em seu governo. A restrição avança também nos investimentos individuais (pessoas físicas ou jurídicas) de estrangeiros. O limite de propriedade individual a um estrangeiro na região cairia dos atuais 5.000 hectares (terras contínuas e não contínuas) para 1.500 hectares (contínua) e 3.000 hectares (não contínua).

Segundo a atual legislação (lei de 1971), a terra do estrangeiro não pode ultrapassar 50 MEIs (Módulos de Exploração Indefinida), tanto em área contínua como não contínua. Cada MEI varia de 5 a 100 hectares, o que dá hoje ao estrangeiro um limite de 5.000 hectares.

Segundo o projeto de lei, no caso das contínuas o tamanho máximo permitido será de 15

módulos fiscais -unidade semelhante ao MEI e que varia de 5 a 110 hectares, de acordo com o desenvolvimento e a produtividade de cada município. Exemplo: um imóvel rural comprado por estrangeiro no Acre teria, em média, 1.420 hectares, contra 290 hectares no Rio Grande do Sul. No caso das não contínuas, o limite seria de 30 módulos. Terras de estrangeiros acima desse volume, apenas com autorização do Congresso. Nas faixas de fronteiras (com 150 km de extensão), a aquisição se daria só sob o crivo do Conselho de Defesa Nacional, órgão consultivo do presidente, integrado, entre outros, pelos ministros da Defesa e da Justiça, comandantes das Forças Armadas e presidentes de Câmara e Senado. Esse item não integra o projeto, já que uma PEC (proposta de emenda à Constituição) sobre o tema está em discussão no Congresso. Hoje, no cadastro do Incra, os estrangeiros aparecem com um total de 3,6 milhões de hectares, distribuídos em 34.082 imóveis rurais. No governo, imagina-se que esse número esteja subestimado, por conta da prática do uso de laranjas. Outra medida incluída no texto é a criação de um conselho nacional de notários e registradores -forma de controlar os cartórios e forçá-los a relatar as compras por estrangeiros à União, prática fora de uso. Sem acordo entre ministérios, dois pontos ficaram fora do texto e terão de ser discutidos no Congresso: compra por cônjuge brasileiro casado com estrangeiro e autorização do Conselho de Defesa Nacional das compras na Amazônia.

Aquecimento desproporcional - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Ciência – 16/09/2009

Mudanças climáticas podem reduzir PIB dos países pobres em até 5%, alerta Bird

O aquecimento global é um sério entrave ao desenvolvimento dos países mais pobres e pode custar até 5% do PIB dessas nações, segundo relatório do Banco Mundial divulgado ontem.

Mesmo um aumento de 2 graus Celsius (considerável já inevitável) afetaria o PIB. O documento aconselha esses países a conciliar estratégias de desenvolvimento econômico e combate à pobreza a políticas de redução de emissões de gases do efeito estufa.

Mas alerta que eles precisam de apoio — e financiamentos — para transferência de tecnologias limpas das nações mais ricas.

Chamado “Mudando o clima para o desenvolvimento”, o estudo é divulgado três meses antes das reuniões sobre mudanças climáticas das Nações Unidas, em Copenhague, que irá definir um novo acordo para substituir o Protocolo de Kyoto, que expira em 2012.

— Os países precisam agir agora, agir em conjunto e agir de forma diferenciada em matéria de mudança climática — afirmou Robert B. Zoellick, presidente do Banco Mundial. — Os países em desenvolvimento são afetados desproporcionalmente pelas mudanças climáticas, uma crise que não é de sua autoria e para a qual estão menos preparados. Um acordo equitativo em Copenhague é vital.

Sem desculpas para os mais ricos

O estudo não dá espaço para desculpas, nem mesmo a da crise financeira mundial. O documento não apenas cobra dos países ricos a redução de suas emissões de

gases estufa — porque, afinal, com um sexto da população mundial, eles são responsáveis por dois terços das emissões anuais —, como também lembra eles têm condições financeiras e tecnológicas (além de éticas e morais) para ajudar as nações mais pobres a crescer e, ainda assim, emitir menos.

O documento aponta que investimentos em infraestrutura, habitação e saneamento são capazes de elevar o padrão de vida e combater o aquecimento se forem baseados em tecnologias limpas. Para tanto, contabiliza, seriam necessários investimentos em pesquisa e desenvolvimento da ordem de US\$ 100 bilhões a US\$ 700 bilhões, anualmente.

Trata-se de um valor alto, admitem os economistas, mas nada impossível.

Afinal, lembram, os subsídios públicos dados ao setor petrolífero somam US\$ 150 bilhões ao ano, enquanto a pesquisa de novas fontes de energia não passa de US\$ 10 bilhões há décadas.

O setor privado investe mais, mas ainda assim de forma insuficiente: de US\$ 40 a US\$ 60 bilhões por ano.

— Existem tecnologias de estocagem de carbono, que usam vento e sol como fonte renovável, e até nuclear que podem ser repassadas a países de renda média e baixa que precisam se desenvolver sem usar tecnologias poluentes, que são mais baratas — disse Ricardo Fuentes, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

O descompasso entre ricos e pobres é grande e tende a ficar maior com o aquecimento. Para mostrar isso, o Bird diz que levar rede elétrica para 1,6 bilhão de pessoas nos países pobres que hoje não possuem eletricidade significaria um aumento na emissão anual de CO₂ de 160 milhões de toneladas. Mas se os EUA realizassem a troca de sua frota de 40 milhões de carros utilitários, a economia em emissões de dióxido de carbono seria de 142 milhões de toneladas por ano.

Segundo Ricardo Fuentes, o Brasil é um dos emergentes em melhor posição em termos de uso de fontes renováveis de energia e na transferência da tecnologia de biocombustíveis.

Mas seus problemas mais dramáticos — o desmatamento na Amazônia e a desertificação de áreas no Nordeste — continuam deixando o país em situação de vulnerabilidade.

— As áreas secas do sertão nordestino e regiões da Amazônia, especialmente as fronteiras com Peru e Bolívia, são áreas onde a pobreza mais cresce no Brasil, e este fenômeno está inegavelmente ligado ao clima — diz Fuentes.

Bird quer pacote de US\$ 475 bi para clima – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 16/09/2009

Dinheiro deve ser suprido pelos países desenvolvidos para corte de emissões e adaptação nas nações pobres até 2020

Relatório do Banco Mundial afirma que aquecimento global drena recursos do desenvolvimento e pede fim de tarifa ao álcool do Brasil

O combate e a adaptação às mudanças climáticas se tornaram parte obrigatória de qualquer plano de desenvolvimento. E custarão, no Terceiro Mundo, US\$ 475 bilhões por ano nos próximos 20 anos, segundo um relatório do Banco Mundial divulgado ontem.

É a primeira vez que o tema do aquecimento global aparece como assunto principal do "World Development Report", uma espécie de guia anual publicado pelo Bird desde 1978.

O relatório vem num momento estratégico, a três meses da conferência da ONU em Copenhague, que forjará o novo acordo de proteção ao clima, e a oito dias do encontro do G20 que debaterá o assunto. Segundo o documento, os efeitos da mudança climática -mais tempestades, secas e ondas de calor-, que já acontecem e tendem a se agravar, tornam mais difícil a tarefa de aliviar a pobreza, pois "drenam recursos do desenvolvimento" e aumentam o preço da comida.

"Países em desenvolvimento são afetados desproporcionalmente pela mudança climática -uma crise que eles não produziram e para a qual não estão preparados", disse o presidente do banco, Robert Zoellick. É nesses países, como o Brasil, que está o potencial de corte de emissões com menor custo.

Mas esse corte terá de ser financiado pelos países ricos, diz o banco. E aqui há uma lacuna: hoje, ações de adaptação e de mitigação (redução de emissões) no Terceiro Mundo têm US\$ 10 bilhões por ano. Mas o relatório estima que serão necessários US\$ 400 bilhões por ano para a mitigação e US\$ 75 bilhões para a adaptação. Para comparação, a crise econômica mundial já trago US\$ 3 trilhões em um ano. O relatório aponta problemas nos atuais mecanismos de financiamento de ações antiaquecimento. Um exemplo é o MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), criado pelo Protocolo de Kyoto, de 1997. Através dele, ações de redução em países pobres poderiam valer créditos de carbono, a serem abatidos das metas de corte de emissões dos países ricos. Mas o MDL, avalia o banco, rendeu poucos recursos (serão no máximo US\$ 18 bilhões em 11 anos) e fracassou em seu objetivo: "Ele não levou os países em desenvolvimento para trajetórias de baixo carbono". O relatório propõe novos mecanismos de financiamento, como impostos "fiscalmente neutros" sobre as emissões de carbono -ou seja, que fossem restituídos com redução de outros impostos- até uma taxa sobre o transporte internacional, ecoando uma proposta feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva dois anos atrás.

Álcool brasileiro
Outra lacuna apontada é a do desenvolvimento de tecnologias de energia limpa. Elas são vistas como a principal arma para impedir que o aquecimento global fique muito acima de 2C até 2100. "Os subsídios globais ao petróleo e derivados são de US\$ 150 bilhões por ano, mas o gasto público em desenvolvimento e emprego de tecnologias de energia é de cerca de US\$ 10 bilhões há décadas", diz o banco. Aqui, mais uma vez, a responsabilidade é dos países ricos, não só de investir em tecnologia e na sua transferência às nações pobres, mas também de derrubar tarifas a essas tecnologias quando desenvolvidas a baixo custo no Terceiro Mundo. O álcool brasileiro é citado.

"Os subsídios dos países da OCDE [desenvolvidos] a seus biocombustíveis foram de US\$ 11 bilhões em 2006. Como resultado, não se fazem investimentos nos países onde a tecnologia tem uma melhor relação custo/benefício. O Brasil, o produtor de etanol a custo mais baixo, viu um crescimento modesto de 6% na sua produção de etanol entre

2004 e 2005, enquanto os EUA e a Alemanha tiveram crescimentos de 20% e 50% (...)", conclui o Bird, pedindo menos tarifas.

Em clima de urgência – Ronaldo Seroa da Motta e Carolina Bubeux - O Globo –
Opinião – 17/09/2009

A atual concentração de gases de efeito estufa já preocupa os cientistas, que preveem uma elevação da temperatura, com aumento, ainda antes de 2050, da intensidade e da frequência de eventos extremos com altos custos sociais.

A Convenção do Clima, que coordena as ações para mitigar esses impactos, adotou o princípio da Responsabilidade Comum Porém Diferenciada, segundo o qual a responsabilidade é de todos, mas se diferencia pela contribuição das emissões passadas para o problema climático. Com base nesse princípio, foi assinado em 1997 o Protocolo de Quioto, em que os países desenvolvidos se comprometeram com metas de redução a serem alcançadas por esforços domésticos ou em outros países, em ambos os casos com o auxílio de mercados de carbono, de forma a aproveitar as opções de baixo custo.

Mantido o padrão de crescimento das suas emissões, países como China, Índia e Brasil terão que assumir compromissos voluntários para possibilitar uma ação global rápida e eficaz.

É com essa urgência que os países signatários da Convenção do Clima se reunirão no início de dezembro, em Copenhague, na 15ª Conferência das Partes (COP 15). A expectativa é que os países desenvolvidos, além de assumirem metas ambiciosas de redução de emissões, ofereçam mecanismos que viabilizem contribuições voluntárias dos países em desenvolvimento.

Um novo acordo global terá também que neutralizar as iniciativas da Comunidade Europeia e dos EUA em aplicar sanções comerciais de cunho climático.

A COP 15 é uma oportunidade para iniciarmos uma transição suave para uma economia de baixo carbono. Primeiro, porque o Plano Nacional de Mudanças Climáticas já propõe, entre outros, objetivos ambiciosos de redução do desmatamento. Assumir compromissos voluntários com base nesse plano possibilita o reconhecimento indiscutível das nossas ações de mitigação e garante ao país um lugar de destaque no cenário global.

Segundo, porque nosso esforço pode se valer de estratégias de baixo custo.

Estima-se que pagamentos em torno de US\$ 5 por tonelada de carbono cubram os ganhos das atividades agropecuárias em grande parte da Amazônia, um custo muito menor que a maioria das ações de mitigação em outros setores da economia. Logo, um programa de pagamentos focalizado nos proprietários rurais, a fim de que não convertam suas florestas para fins agropecuários — conhecido como “redução de emissões do desflorestamento e degradação” ou REDD —, geraria uma redução significativa de emissões.

Essa é a oportunidade. Temos que aproveitar essas opções de baixo custo dentro do país em articulação com instrumentos que incentivem a eficiência econômica, como, por exemplo, um mercado nacional de carbono.

Outros países já estão percorrendo uma trajetória de menor intensidade de carbono com mecanismos de mercado que valorizam suas vantagens competitivas. Agora, é a vez de o Brasil traçar a própria trajetória.

RONALDO SEROA DA MOTTA é pesquisador do Ipea. **CAROLINA DUBEUX** é pesquisadora do Centro Clima/Coppe .

RECORDO-ME de ter conhecido nos anos 1980 o grande cientista político Raymond Aron. Ele me falou do perigo que existe na política da "negligência benigna" -de as boas intenções serem invalidadas pela ausência de foco. É esse o perigo que enfrentamos hoje no que diz respeito às mudanças climáticas. Na cúpula da ONU em Copenhague serão tomadas decisões que vão determinar o futuro do planeta. Mas a possibilidade de chegar a um acordo corre perigo -e o maior perigo de todos é o de, em meio a tantas prioridades que competem por nossa atenção, não nos darmos conta do problema antes que seja tarde demais. Para fazer a balança pender no sentido contrário, o Reino Unido lançou na semana passada nova iniciativa diplomática com colegas europeus. Trabalhamos em quatro frentes. Para começar, as mudanças climáticas precisam ser tiradas da caixa intitulada "meio ambiente". Um pacto para enfrentar as mudanças climáticas é não só desejável mas também imperativo para garantir a segurança nacional e a recuperação econômica sustentada no médio prazo. Os altos preços do petróleo e dos alimentos foram um dos gatilhos da crise econômica atual, incrementando os desequilíbrios financeiros globais e provocando a elevação das taxas de juros. O arrocho dos recursos é o segundo pai da crise, lado a lado com o arrocho do crédito. As mudanças climáticas resultarão em migrações em massa, secas e falta de água, provocando tensões e conflitos nacionais e internacionais. O aquecimento global hoje não está na agenda do Conselho de Segurança da ONU, mas estará no futuro se não aprendermos a viver sem carbono. Em segundo lugar, precisamos de um pacto que seja condizente com a vida em um mundo no qual as temperaturas não terão subido mais de dois graus. Negociações diplomáticas envolvem concessões, mas não devemos fazer concessões quanto ao que ambicionamos para o planeta. Cientistas avisam que os efeitos de uma elevação de temperatura de mais de dois graus sobre o planeta seriam catastróficos. Em terceiro lugar, o maior empecilho a um pacto diz respeito a encontrar uma distribuição justa da responsabilidade entre os países desenvolvidos e os que estão em desenvolvimento. O mundo rico carrega a responsabilidade histórica pelo problema, e suas emissões per capita atuais são muito maiores. Mas o mundo em desenvolvimento será responsável pela maior parte do aumento das emissões no futuro e carregará os custos maiores das mudanças climáticas. O mundo desenvolvido precisa promover reduções ambiciosas em suas emissões, da ordem de 25% a 40% até 2020. E precisa fornecer recursos financeiros e tecnológicos. Em troca, não se pode esperar que, em seus níveis atuais de desenvolvimento, os países pobres reduzam seus níveis globais de emissões, mas eles devem assumir compromissos no sentido de efetuar modificações verificáveis em seu perfil de emissões, em relação ao crescimento usual com alto índice de emissões de carbono. Em quarto lugar, precisamos de uma mudança de tática. Se esperarmos até Copenhague para revelar como pretendemos agir, para arrancar as maiores concessões possíveis dos outros países, o pacto não será selado ou não será suficientemente ambicioso. Se os países pobres souberem que os países ricos estão preparados para assumir suas responsabilidades, acredito que elevarão sua contribuição. Precisamos gerar confiança e impulso nesta fase de preparação. O Reino Unido está

determinado a demonstrar liderança nessa questão. Somos o primeiro país a fixar uma meta legalmente obrigatória de reduzir nossas emissões até 2020 em 34% em relação aos níveis de 1990, visando chegar a uma redução de 80% até 2050. Mas o Reino Unido poderá exercer mais impacto como parte de uma mobilização da União Europeia. A UE tem o primeiro mercado de carbono do mundo, que transfere recursos a países mais pobres onde as reduções de emissões têm relação custo/benefício melhor. A UE é a segunda maior doadora de ajuda no mundo. Com um pacote de financiamento climático, poderá alavancar ações de países em desenvolvimento. E a UE tem seis cúpulas importantes programadas até dezembro. É preciso que as mudanças climáticas sejam o tópico central dessas cúpulas. E a UE é beneficiada pelos grandes projetos: a paz e a reconciliação após a Segunda Guerra Mundial, o mercado único, o euro e a ampliação. Seu próximo grande projeto será o de ser o catalisador de um mundo que ultrapasse o carbono.

DAVID MILIBAND, 44, é o ministro das Relações Exteriores do Reino Unido. É graduado em política, filosofia e economia pela Universidade de Oxford e mestre em ciência política pelo Massachusetts Institute of Technology. Tradução de **Clara Allain**.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Acordo de Copenhague não fará diferença em emissão – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 21/09/2009

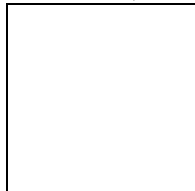
Para professor da Universidade da Califórnia em San Diego, próximo tratado do clima corre o risco de cometer os mesmos erros do Protocolo de Kyoto

NUM MOMENTO em que o mundo pede pressa na negociação de um novo acordo do clima, a posição do cientista político americano David Victor parece bizarra: ele quer que os governos parem um pouco para conversar. Uns dois anos. Não é que Victor seja contra um acordo forte contra os gases-estufa. Ao contrário: o que ele quer, diz, é evitar que os diplomatas reunidos em Copenhague em dezembro produzam um acordo cheio de promessas impossíveis de cumprir.

DA REDAÇÃO

Victor diz temer um tratado que, no final das contas, não leve a uma redução significativa de emissões e ainda provoque desistências de alguns países no caminho. Um acordo assim já existe: o Protocolo de Kyoto, que tem metas pífias de redução para países desenvolvidos e que foi abandonado pelo maior poluidor do planeta, os EUA. "Estamos cometendo quase os mesmos erros que cometemos com Kyoto", afirma Victor, professor de Relações Internacionais da Universidade da Califórnia em San Diego e um dos mais célebres críticos do acordo no mundo acadêmico. Segundo o pesquisador, autor do livro "The Collapse of the Kyoto Protocol" ("O Colapso do Protocolo de Kyoto"), de 2001, a falta de negociações sérias no ano passado, a extrema complexidade do tema e o número alto de países na mesa (190) têm tudo para produzir em Copenhague um repeteco de Kyoto. "Não há chance nenhuma de que Copenhague sozinha vá produzir um acordo que fará diferença nas emissões", afirmou. "É inevitável

que o mundo terá um aquecimento muito grande, mesmo que os governos resolvam levar o problema a sério." Na semana passada, em artigo na revista científica "Nature", Victor propôs que Copenhague produza um acordo provisório e que os principais países poluidores, entre os quais o Brasil, comecem a sério a discutir políticas de redução. Em entrevista à Folha, ele explica sua ideia. (CLAUDIO ANGELO)



FOLHA - Há um grau de interesse público enorme na conferência de Copenhague.

Por quê?

DAVID G. VICTOR - Eu acho que virou um grande assunto porque é o próximo grande marco na discussão de clima. O último grande marco foi Kyoto, e Copenhague é a extensão lógica de Kyoto, porque é a data-limite para o tratado substituto. Então é por isso que muitas pessoas começaram a acompanhar o assunto. E muitas empresas também, porque isto se tornou uma grande questão para a maneira como elas operam.

FOLHA - Será que, por causa desse interesse das empresas, o combate à mudança climática não aconteceria mesmo sem um acordo?

VICTOR - O que acontece agora é que o que a maioria dos países está fazendo é o que eles fariam mesmo na ausência de um tratado. Os europeus estão muito preocupados com a mudança climática e estão correndo para fazer o que têm feito, os EUA estão fazendo um um pouquinho, o Brasil está um pouco envolvido. O desafio para os diplomatas é produzir um acordo que faça os países fazerem mais do que fariam sozinhos.

FOLHA - Quais são as chances de que Copenhague vá produzir um acordo significativo para o clima?

VICTOR - Não há chance nenhuma de que Copenhague sozinha vá produzir um acordo que fará diferença nas emissões, porque os processos industriais e de agricultura que causam emissões mudam muito lentamente. O máximo que podemos esperar de Copenhague é mais um passo num longo processo de botar pressão nas atividades que causam emissões.

FOLHA - O sr. publicou em 2001 um livro chamado "O Colapso do Protocolo de Kyoto", no qual explicava por que o acordo havia falhado. Nesta semana, escreveu um artigo para a revista "Nature" dizendo que o acordo de Copenhague também ruma para o fracasso. Quais são os problemas de um e de outro?

VICTOR - O principal é que as pessoas não tratam esse assunto como o problema econômico sério que ele é. Elas ainda o tratam como um problema ambiental. Quando você pensa isso como um problema ambiental, você tem um conjunto de ferramentas no kit dos diplomatas: você fixa metas progressivas, dá só um par de anos para a negociação, as pessoas que negociam são ministros de Ambiente. Essas ferramentas funcionam muito bem para problemas ambientais, mas o aquecimento global é um tipo de problema totalmente diferente. Estamos hoje, em pleno processo rumo a Copenhague, cometendo quase os mesmos erros que fizemos com Kyoto.

FOLHA - Que foram...

VICTOR - Que foram: quase nenhuma negociação séria sobre compromissos aconteceu no ano que antecedeu a assinatura de Kyoto. O mesmo está acontecendo agora. O

número de assuntos na mesa é imenso. O número de países é maciço. Parece que não aprendemos nada com a experiência de Kyoto, porque estamos repetindo-a. É por isso que eu fui tão pessimista no artigo da "Nature". Parte disso é porque o problema da mudança climática é muito, muito difícil de resolver. Parte disso é porque os instrumentos desenhados -os tratados, as organizações- não estão à altura da tarefa. E o que me preocupa é que nós vamos perder mais dez anos patinando, fingindo que estamos atacando o problema com organizações que não têm capacidade para isso. E o que eu acho que isso significa é que é inevitável que o mundo terá um aquecimento muito grande, mesmo que os governos resolvam levar o problema a sério. Eu não falo muito disso no artigo da "Nature", mas a consequência disso é que os governos terão de gastar muito mais tempo pensando em adaptação, em geoengenharia e em coisas que são preocupações quando você vê um futuro que terá um bocado de aquecimento global.

FOLHA - O Banco Mundial soltou um relatório nesta semana reconhecendo que será quase impossível não ultrapassarmos as 450 partes por milhão de CO2 na atmosfera, o nível considerado seguro. Qual o sr. acha que será a concentração final antes de estabilizarmos o clima?

VICTOR - A meta de 450 partes por milhão só existe enquanto ninguém realmente tentar cumpri-la. Quando tentarem, verão que vamos passar longe dela. A meta de 2C que a União Europeia pôs na sua lei e que o G8 pôs no seu comunicado vai ser estourada.

FOLHA - O acordo não está certo e os instrumentos não estão à altura da tarefa, na sua opinião. Qual seriam o acordo certo e os instrumentos certos então?

VICTOR - O que eu acho que precisa ser feito é separar as questões sobre as quais os governos já concordam com as questões sobre as quais é impossível haver acordo nos próximos dois anos. Na primeira categoria, o que você faz é um acordo provisório, que garanta os compromissos que os governos já se dispuseram a adotar. E aqui houve um enorme progresso: o Japão fez uma promessa neste ano, a União Europeia fez no ano passado, neste semestre, espero, os EUA farão uma promessa, a Índia e a China estão se preparando. Algo que possa cimentar essas propostas, para que os governos não fiquem chateados com a falta de progresso. A segunda coisa que você precisa fazer é iniciar um processo pelo qual os compromissos que os governos adotam um em relação ao outro possam ser mais orientados pelas coisas que eles podem de fato cumprir. Um dos problemas de Kyoto é que as pessoas chegaram lá fazendo promessas de corte de emissões que não podiam honrar. Precisamos de um processo que se concentre num punhado de governos: Brasil, Indonésia, EUA, UE, Japão, China. Esses governos podem se juntar e fazer promessas uns aos outros, e essas promessas não seriam só o que eles podem fazer já, mas também o que eles se dispõem a fazer caso outros governos façam mais.

FOLHA - Mas como esses compromissos condicionados seriam diferentes de metas voluntárias que não resolvem o problema?

VICTOR - O melhor exemplo é o que a UE está fazendo agora. Eles têm uma meta, que é voluntária, e dizem: se vocês, nos outros países, fizerem coisas parecidas, nós aumentaremos para tanto. E não é esse o diálogo que estamos tendo. O único estilo de negociações que temos no momento é todo mundo falando o que vai fazer voluntariamente, e outros estão até mesmo dizendo que, se os outros não fizerem, eles não vão fazer nada.

FOLHA - O sr. também critica a pressa nas negociações. Mas nós não temos muito tempo, certo? Não podemos gastar mais dois anos falando sobre o assunto.

VICTOR - Eu acho que esta é a realidade (risos). Temos dois caminhos a seguir: um,

estamos numa crise e precisamos andar mais rápido e ter tudo finalizado em Copenhague. E o resultado desse caminho será outro Kyoto, onde os grandes países aderem ao acordo e outros não, onde as metas são aguadas e as pessoas ficam pensando que se fez algo a respeito, quando na verdade não há nenhuma estratégia séria. O segundo caminho, o que eu defendo, é que você precisa de mais tempo para que a negociação possa refletir o que os governos podem de fato fazer. E isso, infelizmente, é um processo lento. De uma maneira ou de outra, estaremos comprometidos com uma quantidade grande de aquecimento global.

FOLHA - Muita gente acha que o custo da mitigação vai se tornar proibitivo se demormos mais para fazer a emissões começarem a declinar. Além disso, há o temor de um colapso no mercado de carbono, que ficaria sem regra nenhuma depois de 2012, quando Kyoto expira.

VICTOR - A questão mais importante agora é a dos mercados de carbono. Ele precisa de um sinal muito claro de Copenhague de que os governos não vão deixar essas regulações desaparecerem. É por isso que você precisa de um acordo provisório.

FOLHA - Que elementos deveriam constar desse acordo "redux" de Copenhague que o sr. propõe?

VICTOR - Os tópicos centrais são metas e prazos que todos poderão adotar e extensão do MDL [Mecanismo de Desenvolvimento Limpo de Kyoto, que prevê venda de créditos de países pobres para países ricos]. Um problema central é que há um grande número de créditos que não são créditos.

FOLHA - Ele não teve eficácia nenhuma, é isso?

VICTOR - Eu não diria que não teve eficácia nenhuma, porque, se você procurar bem, vai encontrar um bom projeto. Mas, no geral, o MDL tem sido um desastre. Você olha para as curvas de emissões e para os projetos individuais, as pessoas estão recebendo investimentos novos para coisas que seriam feitas de qualquer maneira.

FOLHA - Os países em desenvolvimento devem adotar metas obrigatórias como as de Kyoto?

VICTOR - Eu sempre fui cético quanto a metas tipo Kyoto, porque os governos não controlam emissões: os governos controlam a política e a economia, e é a economia que produz emissões. Nos países em desenvolvimento, em especial, há uma relação muito fraca entre a política dos governos e as metas de emissão que eles podem adotar. Eles não sabem qual será seu nível de emissão no futuro. Então eles fariam como a Rússia, que é oferecer metas de redução muito mais altas que suas emissões. E nós não queremos que isso aconteça.

FOLHA - O sr. está para ser pai pela primeira vez. Como é ter um filho quando o sr. acredita que o cenário para o futuro dele será tão turvo?

VICTOR - Toda geração tem algum problema que a deixa muito deprimida. A última geração teve as armas nucleares. A anterior teve a depressão econômica, a outra teve a guerra na Europa. Eu acho que, no longo prazo, nós vamos resolver o aquecimento global, com tecnologias radicalmente novas. Mas vai levar muito tempo. Daqui até lá, teremos algum aquecimento aqui, e parte dessas mudanças climáticas pode ser muito catastrófica.

"As pessoas não tratam esse assunto como o problema econômico sério que ele é. Elas ainda o tratam como um problema ambiental"

"É inevitável que o mundo terá um aquecimento muito grande, mesmo que os governos resolvam levar o problema a sério"

Recessão provoca maior queda de emissões de gases em 40 anos - Fiona Harvey – Valor Econômico – Internacional - 21/09/2009

A recessão mundial provocou uma queda sem paralelo nas emissões de gases de efeito estufa, abrindo uma "oportunidade única" para que o mundo reduza sua dependência do modelo de crescimento baseado em carbono.

A avaliação faz parte de um estudo da Agência Internacional de Energia, o primeiro sobre o impacto da crise sobre as emissões de gases responsáveis pelo aquecimento global.

Segundo a agência, o CO2 emitido pela queima de combustíveis fósseis teve uma "redução significativa" este ano - a maior em 40 anos. A queda será ainda maior que a registrada durante a recessão de 1981, que veio após a crise do petróleo.

A diminuição da produção industrial é a maior responsável pela redução das emissões, mas outros fatores também foram importantes, entre eles a suspensão de planos de obras de muitas usinas termelétricas a carvão devido à retração da demanda e falta de crédito.

Pela primeira vez, políticas governamentais também tiveram um impacto importante no corte de emissões. A AIE estima que cerca de 25% da redução se deveu a regulamentações - uma proporção "sem precedentes", diz o estudo. Três iniciativas deram mais resultado: a meta adotada pela União Europeia de reduzir as emissões em 20% até 2020; os padrões americanos para emissões de carros; e as medidas de maior eficiência energética da China.

O economista-chefe da AIE, Fatih Birol, diz que a redução das emissões foi "surpreendente" e que pode fazer com que as reduções de emissões defendidas pelos cientistas para deter o aquecimento fiquem "muito menos difícil".

"Temos uma nova situação, com as mudanças na demanda por energia e o adiamento de muitos investimentos em energia", disse Birol. "Mas isso só tem efeito se conseguirmos fazer uso dessa janela de oportunidade. [Ou seja,] um acordo em Copenhague.

O estudo da AIE que fala da redução das emissões é parte do relatório anual sobre energia no mundo, que será publicado em novembro. O trecho será divulgado no início de outubro - em tempo de municiar líderes políticos e negociadores que participarão das últimas sessões de debates que antecedem a conferência climática de Copenhague.

Brasil fica sem proposta para clima - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política - 21/09/2009

O governo brasileiro corre sérios riscos de chegar de "mãos abanando", sem instrumentos nem propostas concretas, à cúpula sobre mudanças climáticas, em Copenhague, na Dinamarca.

O projeto de lei enviado pelo governo ao Congresso Nacional, em junho do ano passado, ainda aguarda a instalação de uma comissão especial na Câmara. Os parlamentares admitem que não haverá tempo hábil para aprovar uma proposta de consenso antes da chamada "CoP-15", marcada para dezembro. E o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, já antecipa o "mico" que resultará das discussões sobre a Política Nacional de Mudanças Climáticas.

"O momento é esse. Se não aprovamos, vai ser um mico", lamentou, em entrevista ao Valor. "É ruim para nossa posição em Copenhague, mas é pior ainda para nós aqui. Se o clima já é dramático hoje, imagina em 30 anos quando a temperatura aumentar". Nem mesmo as restrições ao plantio da cana-de-açúcar no Brasil será capaz de amenizar a falta de uma proposta abrangente sobre o clima pelo Brasil.

Aprovada na Comissão de Meio Ambiente, a proposta original do governo (PL nº 3535) acabou anexada a outras iniciativas de legislação. "Não dará tempo para aprovar. O Brasil está muito atrasado, está perdendo uma oportunidade histórica porque aceitou ir a reboque nessas discussões", avalia o líder do PV na Câmara, Sarney Filho (MA). "Mas a culpa não é do Congresso. É do governo, que não decidiu o que quer". Os parlamentares acusam o governo de resistir em adotar metas claras de redução das emissões de gases causadores do efeito estufa. "O governo não quer constranger a Índia e China", analisa Sarney Filho. O Itamaraty faz, segundo ele, "contorcionismos" para evitar o termo "meta". Mas, segundo o deputado, os diplomatas prometem apresentar "números para baixar a curva das emissões" por meio de médias aritméticas históricas.

O ministro Minc rejeita a culpa pelo atraso na aprovação da política. "Não podem dizer que o governo mandou na véspera porque foi no ano passado, junto com o plano. Estou me mexendo, jogando pesado para aprovar logo", rebate. E insiste no apelo aos líderes do Congresso. "Temos que chegar a Copenhague com um trunfo porque, aí, poderemos cobrar mais, fazer o dever de casa para cobrar dos países ricos". O ministro diz que já teve reuniões com vários parlamentares, sobretudo do Nordeste - onde o drama do clima será mais severo - e que fará um novo apelo ao líder do PMDB, deputado Henrique Eduardo Alves (RN), na tentativa de acelerar a votação na comissão especial da Câmara. "O Nordeste vai sofrer mais com as mudanças no clima e a bancada parece que está mobilizada".

Em defesa do projeto original do governo, o ministro Minc afirma que, para além das metas de redução das emissões, será fundamental a criação de um fundo com recursos do lucro da exploração do petróleo. Minc defende o fundo composto por 6% dessa receita no combate aos efeitos das mudanças climáticas. "Teremos ao menos R\$ 1 bilhão anuais. E metade disso iria para o Nordeste", diz. "Seremos o primeiro país a ter esse fundo". Se aprovar a iniciativa, o Brasil poderia "falar grosso" nas negociações sobre o clima em Copenhague. "Não é um imposto novo. Bolei a partir de Lei do Petróleo, que dá 10% do lucro para mitigar problemas ambientais. Podemos usar 60% disso no fundo", argumenta. E lamenta a não utilização desses recursos atualmente:

"Como não se usa, vai para o caixa único, para o superávit fiscal. Temos que transformar isso em superávit ambiental".

Minc conta ter remanejado o que estava previsto na Lei do Petróleo. "Era para prevenção e mitigação. Mas já que atinge ar, e o clima por tabela, vai para o clima". O tema parece ter virado obsessão para o ministro. "Estou em cima. A ideia foi minha. É uma coisa firme porque varia em relação ao lucro do petróleo. E já deve estar acima de R\$ 1 bilhão", afirma Minc.

Mesmo diante do entusiasmo do ministro, a oposição reclama da confusão gerada ao longo da tramitação do PL do Executivo. Autor de um projeto de lei anterior ao enviado à Câmara pelo governo, o deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) acusa uma má vontade nas tratativas sobre o tema. "Meu projeto já era para ter sido aprovado. Nunca vi isso", diz. O relator do projeto, deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), teria embaralhado o jogo ao sugerir novos termos em vez de apresentar um substitutivo normal. "Ele apresentou um relatório alternativo só com as ideias dele. E está caminhando em separado. É estranho. Imaginei que ele ia unir os dois projetos, meu e do governo", reclama Thame, um especialista no tema. "Não faço ideia do porquê disso. Na verdade, o governo não quer aprovar nada".

Conciliação de opiniões é indispensável para avançar no debate ambiental, aponta Capobianco – Sítio Eletrônico da CNA – 22/09/2009

Está na hora de fazer uma nova 'revolução verde' no Brasil, agregando ao produtor rural a importância devida à sua atividade. A ideia foi defendida pelo ambientalista e ex-secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA) João Paulo Capobianco, durante sua participação no **I Seminário CNA Discute o Brasil**, realizado na tarde desta terça-feira (22/09). O evento promoveu o debate do tema *Meio Ambiente e Produção de Alimentos*. A proposta de Capobianco é estabelecer uma agenda progressista de conciliação de visões, agregando sob um só ponto a defesa ambiental e a produção de alimentos.

Segundo o ex-secretário executivo do MMA, é necessário promover uma discussão franca, técnica e objetiva sobre os critérios de preservação, considerando que no atual momento está sendo discutido o aperfeiçoamento do Código Florestal brasileiro. Destacou que, na elaboração de um novo marco ambiental para o País, será necessário considerar peculiaridades de cada região.

"O Estado de São Paulo, por exemplo, não tem mais 30% da mata original preservada. Não é mais o Estado projetado pelo Código Florestal de 1945, de 1965 e atualizado.", ressaltou Capobianco, alertando que em relação a determinadas regiões será necessário fazer ajustes quanto às exigências ambientais. O ex-secretário executivo do MMA alertou, entretanto, que mesmo que haja regras específicas para locais onde a produção agropecuária já é consolidada, não será possível descuidar com áreas sensíveis e críticas, nas quais desajustes ambientais podem provocar potenciais perdas na produção de uma região maior.

Segundo o ambientalista, o debate sobre o ajuste das normas sobre meio ambiente e capacidade de produção precisa ser constante. "Esse processo de aprimoração do marco legal precisa ser permanente, compatibilizando produção agropecuária e preservação ambiental. A maioria dos ambientalistas reconhece que é

preciso um acordo.”, disse Capobianco, alertando, entretanto, que há expectativa pela fixação de meta de desmatamento zero em “prazo razoável”.

Capobianco destacou a importância das ações realizadas pela Embrapa, que buscam promover o desenvolvimento rural e obter o aumento da produtividade, mas respeitando o meio ambiente. “A Embrapa não produz de forma bitolada, defendendo a produção a qualquer preço. A agenda ambiental faz parte da agenda da Embrapa.”, destacou o ambientalista.

O ex-secretário executivo do MMA criticou que ainda seja aplicados rótulos distinguindo dois públicos: os ambientalistas e os produtores rurais. Segundo Capobianco, tal separação só gera prejuízos ao debate sobre proteção ao meio ambiente e produção de alimentos. “Esse tipo de generalização não leva a muita coisa, só atrapalha o debate”, defendeu o ambientalista.

O I Seminário CNA Discute o Brasil contou com a presença de quatro debatedores: o deputado federal Fernando Gabeira; o ex-ministro da Agricultura Alysson Paulinelli; a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu; e o ambientalista e ex-secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente João Paulo Capobianco. A proposta foi justamente a de promover um debate pluralizado, contando com autoridades que tem opiniões diversas sobre o tema que foi colocado em discussão. Capobianco fez a segunda apresentação no evento, logo depois de Paulinelli.

ONU quer pressão sobre líderes na reunião do clima – Estado de São Paulo – Vida & - 22/09/2009

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, pediu ontem à sociedade civil internacional que aumente a pressão sobre os líderes políticos que se reunirão amanhã em Nova York para dar um novo impulso à luta contra as mudanças climáticas.

Ban fez essa convocação acompanhado do ex-primeiro-ministro do Reino Unido Tony Blair e do ator australiano Hugh Jackman, na cerimônia de abertura da Semana da Mudança Climática em Nova York.

“Quero que a pressão sentida nesta sala seja transferida aos líderes que se reunirão aqui amanhã”, disse o secretário-geral das Nações Unidas aos executivos de empresas e ativistas de organizações não-governamentais presentes no ato, realizado na Biblioteca Pública.

O evento serviu como prévia da cúpula que a partir de hoje reunirá, na sede da ONU, mais de cem chefes de Estado e de governo, convocados pelo secretário-geral para impulsionar as negociações de um novo acordo mundial para combater o aquecimento global.

Ban solicitou aos presentes que transmitam aos seus países a necessidade de alcançar um acordo para reduzir emissões de gases poluentes na conferência sobre mudança climática de dezembro, em Copenhague. “É um imperativo moral e político que selemos um acordo em Copenhague”, insistiu Ban, que assinalou que o objetivo da cúpula de amanhã é “acelerar a passagem das negociações”.

Ban pediu aos líderes mundiais que não atuem “apenas de acordo com seus interesses nacionais, mas como líderes mundiais que devem resolver um problema que afeta a todos”.

Já Blair ressaltou que o importante nas negociações prévias à reunião de dezembro na capital dinamarquesa não é se concentrar em porcentagens concretas de

redução de emissões, mas em “encaminhar o mundo para um menor consumo de dióxido de carbono”.

PREVISÕES

“Hoje, se somos honestos, temos que reconhecer que o ritmo das negociações não é tão rápido como desejaríamos”, apontou o enviado especial dos EUA para a mudança climática, Todd Stern.

Osucessor de Blair e primeiro-ministro britânico Gordon Brown anunciou ontem que pretende participar do encontro em Copenhague, caso sua presença colabore para a assinatura de acordo na conferência.

Em artigo para a revista *Newsweek* ele pede que outros líderes sigam o exemplo

Mundo acorda para o clima – Mariela Martins – O Globo – Ciência - 22/09/2009

Reunião na ONU com mais de 100 líderes mundiais discute aquecimento global

A presença do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e do primeiro ministro chinês, Hu Jintao, hoje na abertura do encontro da ONU sobre clima que reunirá mais de cem líderes mundiais pode trazer novidades nos debates em busca de um acordo global para substituir o Protocolo de Kioto, no encontro de Copenhague, no final do ano. China e EUA são hoje responsáveis por mais de 40% das emissões de gases poluentes na atmosfera e o discurso dos dois chefes de Estado é considerado decisivo para um acordo.

— China e EUA são os países-chave neste encontro sobre clima e suas posições podem ter grande impacto nas negociações para um acordo global — disse o secretário-geral da ONU, Ban Ki Moon, que convocou o encontro com o objetivo de construir um momento político em torno de um novo acordo.

Cientistas de todo o mundo fizeram apelos para que metas ambiciosas de redução dos gases do efeito estufa sejam estabelecidas no protocolo que substituirá Kioto para evitar as catástrofes naturais que se prenunciam com o aumento das temperaturas.

Mas com o tempo se esgotando para a reunião da Dinamarca, o medo generalizado é de que não haja um progresso suficiente nas negociações para que se alcance um acordo significativo. Um movimento da China hoje pode ser o pontapé que faltava para deslanchar as negociações.

O governo chinês antecipou que pretende anunciar na ONU um plano para reduzir as emissões tóxicas de veículos automotores, de fábricas e usinas de carvão chinesas.

A China também propõe que os países desenvolvidos contribuam para um fundo internacional que subsidie nações menos desenvolvidas na redução de suas emissões de gases poluentes.

Obama chega ao encontro da ONU tendo na bagagem a notícia de que as emissões de gases tóxicos começaram a declinar nos EUA — em grande parte por conta da recessão.

Em 2008, o consumo de gasolina caiu 5% e o, de carvão, 3%. As projeções para 2009 são de declínio de mais 5% do consumo de gasolina e mais 10% de energia à base de carvão, o que poderia sustentar metas mais ambiciosas de redução de emissões de gases estufa.

O presidente americano já enviou ao Congresso um projeto de redução de emissões e de adaptação da economia americana a padrões mais ecológicos. Obama

gostaria de ver o texto aprovado até o fim do ano, a tempo do encontro em Copenhague. Ainda assim, corre o risco de assumir metas bem inferiores às já anunciadas pelo novo primeiro ministro japonês Yukio Hatoyama, que pretende reduzir as emissões de seu país em 25% até 2020.

Gordon Brown pede ação mais incisiva

A União Europeia já anunciou também a meta de reduzir em 20% o volume de emissões até 2020. A proposta americana mais agressiva em debate hoje no Congresso fala em cortes de 4%.

— As negociações da ONU se encontram perigosamente num impasse — afirmou o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, desafiando os países em desenvolvimento a se comprometerem mais, como forma de assegurar o apoio financeiro das nações mais ricas. — Não se trata de uma discussão que podemos retomar no próximo ano. Isso poderia resultar num terrível colapso, num atraso de anos para que as ações contra as mudanças climáticas comecem a ser adotadas.

O primeiro ministro do Reino Unido, Gordon Brown, propôs, num artigo na “Newsweek” que a reunião de ministros de meio ambiente de Copenhague seja transformada num encontro de cúpula de líderes mundiais.

“Se isso for necessário para fechar um acordo, eu irei pessoalmente a Copenhague — e vou pedir a meus colegas que façam o mesmo”, escreveu Brown. “Se perdermos esta oportunidade, não haverá uma segunda chance, nenhuma maneira tardia de desfazer o catastrófico dano ambiental causado.”

Brasil debate o valor da floresta em pé – Catarina Alencastro – O Globo – Ciência – 22/09/2009

País não fechou proposta climática, mas estuda formas de medir preservação

BRASÍLIA. O governo brasileiro ainda não fechou propostas climáticas para apresentar hoje na reunião de clima da ONU, mas negocia, internamente, uma forma de incluir o REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) no mercado de carbono. Duas ideias estão em fase de elaboração e deverão ser divulgadas no dia 14 de outubro, quando o governo anunciará a proposta a ser levada a Copenhague, segundo o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Na primeira, o país apresentaria a queda na elevação das emissões de CO₂ e demonstraria que uma redução ainda maior poderia ser alcançada se os ricos ajudassem. A “ajuda” seria na forma de financiamentos de projetos de redução do desmatamento, manejo florestal e de conservação da floresta em pé.

O segundo modelo é sugerir aos ricos que apresentem metas adicionais de redução de CO₂ a serem atingidas a partir do mecanismo de REDD. Por exemplo: o Japão anunciou recentemente que cortará 25% de suas emissões até 2020.

Em cima disso, o Brasil proporia que o país reduzisse 30%, sendo que esses 5% adicionais seriam obtidos com créditos gerados por projetos de REDD.

— A ideia é que o REDD entre para aumentar a ambição dos países desenvolvidos — resumiu Branca Americana, diretora do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente.

Mas outros setores do governo que participam da negociação do clima não concordaram com a proposta do Ministério do Meio Ambiente.

A introdução do mecanismo de REDD no mercado compensatório é problemática, segundo negociadores, porque o Brasil não estaria preparado para garantir que uma quantidade determinada de CO₂ está sendo reduzida. Um dos gargalos é justamente o monitoramento do desmatamento.

Até hoje, somente o desmatamento da Amazônia é medido regularmente, através de imagens de satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os demais biomas, embora também sofram perdas florestais significativas, não contam com um sistema que apure com precisão o montante que vira fumaça e dióxido de carbono. O Cerrado, por exemplo, já teve 48% de sua vegetação suprimida.

A Caatinga é outro bioma que tem sido rapidamente convertido em carvão vegetal.

Um estudo recente do Ibama revelou que entre 2002 e 2008 a derrubada do Cerrado causou a emissão de 350 milhões de toneladas de CO₂, montante equivalente ao emitido pela queima da Amazônia no mesmo período. Para que o Brasil consiga emitir certificados de redução de emissões, precisaria assegurar que não há vazamento de emissões por desmatamento em todo o território nacional, algo que hoje não tem condições de fazer.

China e EUA falam em esforço para reduzir emissões de CO₂ – Estado de São Paulo – Vida& - 23/09/2009

Ontem, dia em que a Organização das Nações Unidas sediou em Nova York uma reunião sobre o combate às mudanças climáticas com representantes de mais de cem países, os presidentes da China e dos Estados Unidos, que respondem por 40% das emissões de CO₂, afirmaram que farão esforços para reduzi-las, mas sem estabelecerem metas concretas.

Hu Jintao, o mandatário chinês, comprometeu-se a reduzir as emissões de gases-estufa em seu país até 2020 em uma quantidade não determinada, mas “importante”, tendo como referência os níveis de 2005 – outros países, como o Japão, são mais ambiciosos e usam como referência o ano de 1990.

Jintao afirmou que vai desenvolver as energias renováveis e nuclear e que pretende aumentar sua participação no país para cerca de 15% até 2020. Ele também anunciou que quer aumentar a cobertura florestal do país em 40 milhões de hectares antes de 2020. Disse ainda que os países ricos devem fazer esforços de redução de emissões e “apoiar os países em desenvolvimento”.

Ele para os países pobres “a prioridade é o crescimento econômico, a erradicação da pobreza e a melhora da qualidade de vida”. Comentando a fala de Jintao, o enviado dos EUA para o clima, Todd Stern, afirmou que “tudo depende do número”, ou seja, da meta de redução de emissões.

O presidente americano, Barack Obama, afirmou na reunião da ONU que seu país está “determinado a agir”. “A jornada é árdua e não temos muito tempo para realizá-la”, disse. Ele procurou mostrar comprometimento com o tema antes da reunião crucial sobre o clima a ser realizada em dezembro, em Copenhague, na qual as nações tentarão alcançar um novo tratado para combater o aquecimento global, mas não falou em metas concretas.

Obama está sendo pressionado para aprovar uma lei interna que reduza as emissões de gases-estufa e estimule as energias limpas.

Um projeto que propõe o corte de 17% para o ano de 2020, também com base nas emissões de 2005, foi aprovado na Câmara, mas dificilmente uma versão revisada pelo Senado será fechada neste ano.

O presidente americano conclamou todos os outros países – ricos e pobres – a enfrentar o problema. Ele afirmou que isso tem de ser feito, apesar da dificuldade de investir em energias renováveis enquanto o mundo tenta se recuperar de uma recessão econômica. “Todos nós enfrentaremos dúvidas e dificuldades em nossas capitais ao tentarmos alcançar uma solução duradoura para a mudança climática. Mas a dificuldade não é desculpa para a complacência.”

Obama insistiu na responsabilidade de todas as nações.

Afirmou que países desenvolvidos como os EUA têm “a responsabilidade de liderar” o processo, mas as nações que se desenvolvem rapidamente devem fazer a sua parte.

O Tesouro americano anunciou ontem que destinou US\$ 1 bilhão (R\$ 1,8 bilhão) do plano de reativação econômica de US\$ 787 bilhões (R\$ 1,4 trilhão) aprovado em fevereiro para projetos de energia limpa.

● O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou ontem de um jantar em Nova York, nos Estados Unidos, com chefes de Estado e de governo.

Lula preparou um texto que seria entregue ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, em que fala que o combate às mudanças climáticas é responsabilidade de todos e que o Brasil fará a sua parte.

Lula diz que o Brasil e outros países em desenvolvimento propõem que as nações ricas reduzam suas emissões em, no mínimo, 40% até 2020, tendo como base os valores de 1990. “É inaceitável esperar que os países em desenvolvimento arquem na prática com a maioria das reduções”, diz Lula, que defende apoio financeiro para projetos de tecnologia limpa.

China supera EUA em cúpula climática - Sérgio Dávila – folha de São Paulo – Ciência – 23/09/2009

Numa reunião inédita, mas que acabou sem efeitos práticos, o presidente chinês, Hu Jintao, ofuscou a estrela do evento, o americano Barack Obama, ao anunciar quatro medidas que seu país tomará para combater o aquecimento global. Já o americano repetiu promessas de campanha, mas está amarrado pelo Congresso, que ainda debate sua proposta energética-ambiental. Os dois líderes se reuniram na manhã de ontem com colegas de cerca de 100 países na ONU (Organização das Nações Unidas), numa cúpula organizada pelo secretário-geral da entidade, Ban Ki-moon, como preparativo para a reunião de Copenhague, em dezembro. A ideia era ganhar impulso político para o novo acordo de proteção ao clima, a ser assinado lá. Pouco foi alcançado, embora progressos tenham sido feitos. O premiê japonês, Yukio Hatoyama, reafirmou sua intenção de cortar 25% das emissões até 2020 em relação a 1990. O presidente francês, Nicolas Sarkozy, sugeriu uma nova cúpula do clima para novembro.

Líder do 5º maior emissor mundial, Luiz Inácio Lula da Silva não compareceu ao encontro. À noite, porém, no seu jantar de encerramento, prometeu que o Brasil

apresentará um número de redução de emissões. Hu e Obama se comprometeram com medidas antiaquecimento global, o que marca uma dupla ruptura: do primeiro com a recusa da China em discutir limites; do segundo com o governo do antecessor, George W. Bush, que nem sequer reconhecia o fenômeno climático.

A China tomará quatro decisões, disse Hu: cortar a emissão de gases-estufa por uma "margem notável" até 2020, em relação aos níveis de 2005, embora ele tenha se recusado a dar números e tenha condicionado tal corte a um aumento do PIB; aumentar o uso de combustíveis "limpos" para 15% do total em 2020; aumentar o ritmo de reflorestamento de seu país; e desenvolver a "economia verde". Nada disso, avisou, será realizado se o custo for uma queda no desenvolvimento social: "Devido ao baixo nível de desenvolvimento e à escassez de capital e tecnologia, países em desenvolvimento têm capacidade e meios limitados para lidar com mudança climática".

Já Obama disse que seu país fez mais nesse setor no seu governo do que "em qualquer outra época". Citou como exemplo a primeira proposta nacional de um limite de consumo por litro da frota americana. Mas admitiu que mais avanços dependem da agenda doméstica, e essa está encalacrada por conta da polêmica da reforma do sistema de saúde pública. Obama conseguiu aprovar na Câmara dos Representantes (deputados) um projeto de lei que limita as emissões, mas a discussão no Senado deve ficar para o ano que vem, ou mesmo nem ser aprovada nesta legislatura, que se encerra em 2010. Ainda assim, o democrata prometeu trabalhar com seus colegas de G20, grupo das economias mais ricas do mundo, que se reúne no fim da semana, para diminuir os subsídios a combustíveis fósseis. E cutucou o colega chinês -China e EUA respondem por 40% do total mundial de emissão de gases-estufa. "Dificuldade não é desculpa para complacência."

"Desconforto não é desculpa para inação e nós não podemos permitir que o perfeito seja inimigo do progresso", continuou. "Cada um de nós tem de fazer o que puder para fazer crescer nossas economias sem colocar em risco nosso planeta, e devemos fazer isso tudo juntos."

Em jantar, Lula diz que Brasil terá meta de corte – Janaina Lage – Folha de São Paulo – Ciência – 23/09/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem em discurso no jantar de encerramento da reunião do clima que o Brasil está preparado para apresentar na conferência de Copenhague um número de redução de emissões. Até agora, o país ainda não se comprometeu com um percentual de corte. Em discurso, o presidente diz que o número demonstrará a determinação do país de adotar ações efetivas para o esforço global e que representem um "desvio significativo" da trajetória normal de emissões. O número ainda está sendo calculado, e há uma disputa interna no governo sobre qual seria o tamanho desse desvio. "Esperamos que todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, apresentem o mesmo nível de ambição em suas posições para a conferência", disse Lula, que não compareceu à cúpula de ontem. Segundo Lula, a principal contribuição do país no futuro imediato será o combate ao

desmatamento. O próprio secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, já havia feito críticas ao nível de desmatamento no país. Lula lembrou os dados do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que prevê uma redução até 2017 de 70% em desmatamento. Até 2020, a redução alcançaria 80%. "O combate ao desmatamento não é, como se pensa muitas vezes, ação de fácil execução", disse.

O presidente voltou a citar a criação do Fundo Amazônia, que até agora só recebeu contribuição da Noruega. Lula convidou os demais países a doarem para o fundo. Lula destacou que, para que a Copenhague tenha êxito, não basta que os países em desenvolvimento se comprometam com reduções nas emissões. Voltou a cobrar um compromisso maior dos países ricos. O presidente citou o IPCC (o painel do clima da ONU), que sugere que os desenvolvidos diminuam suas emissões entre 25% e 40% até 2020, com base nas emissões de 1990. A proposta do Brasil é que os países ricos reduzam em, no mínimo, 40%. "Os números apresentados pelos países desenvolvidos até o momento geram, na melhor das hipóteses, redução coletiva de 11%", disse. No discurso, Lula voltou a fazer campanha pelos biocombustíveis. Disse estar convencido de que não será possível enfrentar a mudança do clima sem aumento expressivo no uso internacional de fontes renováveis. "É inaceitável esperar que os países em desenvolvimento arquem na prática com a maioria das reduções."

Clima ainda sem metas – O Globo – Ciência – 23/09/2009

Obama e Hu Jintao não mostram números de redução de CO2

Os discursos foram bonitos, mas o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e o presidente da China, Hu Jintao, frustraram as expectativas e não estabeleceram metas concretas para a redução de gases do efeito estufa durante o encontro sobre o clima realizado ontem na sede da ONU, em Nova York. A menos de três meses da reunião de cúpula de Copenhague, esperava-se que os dois, em vez de retórica, apresentassem números capazes de impulsionar, de fato, as negociações em torno do sucessor do Protocolo de Kioto, que expira em 2012.

Maiores poluidores do planeta, China e EUA respondem por 40% do CO2 lançado. A China ainda se comprometeu a reduzir “por uma margem notável” as emissões, a ter 15% de sua energia limpa até 2020, a plantar mais árvores e a trabalhar para ter uma economia verde — metas parcialmente já anunciadas e não muito concretas.

Os EUA, nem isso. Em crítica indireta aos dois, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, afirmou que os debates em torno do acordo progridem em ritmo muito lento.

— As grandes geleiras do mundo desaparecem mais rapidamente do que avançam os progressos humanos para protegê-las — disse Ban, usando um tom mais duro que o habitual.

Obama reconhece emergência global

Em seu pronunciamento, Obama reconheceu, mais uma vez, a emergência da situação; destacou as medidas de seu governo para combater as mudanças climáticas nos últimos oito meses; assegurou que vai fazer grandes investimentos em fontes de energia renováveis, mas não apresentou qualquer proposta concreta para sinalizar um avanço nas negociações.

— A resposta da nossa geração a esse desafio será julgada pela História. Se falharmos, corremos o risco de deixar para as gerações futuras uma catástrofe irreversível — afirmou Obama.

O presidente americano reconheceu que a superação da crise econômica será um duro obstáculo no caminho de um acordo geral na Dinamarca.

— Nós buscamos mudanças profundas mas necessárias em meio à recessão global, em que a prioridade imediata de cada país é reavivar a sua economia e fazer com que sua população retorne ao trabalho — discursou. — Mas dificuldade não é desculpa para a complacência.

Obama admitiu que os países ricos devem ajudar os emergentes a combater os efeitos do aquecimento, mas estes também precisam assumir um papel expressivo no processo.

— As nações desenvolvidas causaram muita destruição no clima ao longo do século passado. E ainda temos a responsabilidade de liderar esse processo — afirmou. — Mas os países emergentes, que vão produzir quase a metade de todas as emissões de gases poluentes nas próximas décadas, precisam também fazer sua parte.

Falando em seguida, o presidente da China, Hu Jintao voltou a cobrar dos países desenvolvidos mais ação no combate ao aquecimento global porque, historicamente, são responsáveis pelo problema desde a Revolução Industrial. De acordo com os cientistas, o CO2 permanece ativo por cerca de 40 anos na atmosfera.

— Os países desenvolvidos devem cumprir a tarefa de redução de emissões prevista no Protocolo de Kioto e continuar a adotar metas quantificadas de redução, além de apoiar o combate às mudanças climáticas nos países em desenvolvimento — disse o líder chinês.

Jintao prometeu reduzir significativamente as emissões dos gases causadores do efeito estufa até 2020; aumentar o uso de energia nuclear e não oriunda de combustível fóssil em 15% até 2020, e plantar mais árvores.

Fazenda fortalece visão verde – Catarina Alencastro – O Globo – Ciência - 23/09/2009

Relatório mostra que Brasil lucra se combater desmatamento

BRASÍLIA. Um relatório do Ministério da Fazenda estima que o Brasil tem muito a perder com as mudanças climáticas.

Porém, pode lucrar se combater o desmatamento. O estudo prevê que a produção de soja no Brasil pode cair 22% se não forem tomadas medidas para conter o aquecimento global. O arroz também perderia 9%; o feijão, 4,3%; o milho, 12%; o café, 8,12% e o girassol, 14%.

As perdas na produção agrícola são previstas em um cenário para 2020, quando o país vivenciaria atraso no início da estação chuvosa, alagamento de regiões litorâneas, entre outras consequências desastrosas para a produção de alimentos. Dependente do sistema hídrico, a produção de energia sofreria com um aumento na evaporação da água dos rios e represas que abastecem as usinas.

Em documento enviado ao Ministério do Meio Ambiente, a área econômica calcula que o Brasil está deixando de ganhar C 5 bilhões por ano em créditos de carbono. A conta é feita em cima dos dados do Plano Nacional de Mudanças

Climáticas, que prevê a redução anual de 400 milhões de toneladas de carbono com a redução do desmatamento.

Entre as propostas apresentadas, a área econômica sugere que a comercialização de créditos florestais gerados com a redução do desmatamento seja irrestrita.

Guido Mantega deve integrar negociação climática A posição fortalece a visão do Ministério do Meio Ambiente, que deseja ver o REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) criado e alavancando grandes somas de recursos para o Brasil.

— Eu estou em estado de graça porque a Fazenda é um ministério importantíssimo e que está com a bola cheia porque o Brasil saiu bem da crise financeira. Esse apoio talvez seja o mais importante para as políticas ambientais de governo nos últimos anos — disse o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Outra proposta do Ministério da Fazenda é que, a exemplo do que já é feito na Amazônia, todos os produtores rurais que desmatam ilegalmente os demais biomas brasileiros percam o acesso a créditos e financiamentos.

O ministro do Meio Ambiente considera que, com essa iniciativa proativa da Fazenda, Mantega passe a integrar a cúpula ministerial que elabora os termos da negociação climática no governo brasileiro formada pelos ministérios do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia e pelo Itamaraty. Apelidado internamente como G-3, o grupo pode acabar virando um G-4.

— Esse namoro com a Fazenda começou há mais de um ano. Logo que entrei no governo percebi que se a gente não incluísse a questão tributária e financeira no clima estaríamos perdidos — disse Minc.

Para ele, o colega da Fazenda demonstrou estar disposto a contribuir com políticas voltadas para uma economia de baixo carbono quando aceitou reduzir o IPI para tecnologias de energia solar e eólica, previsto na recém-lançada Carta dos Ventos.

EUA testam tecnologia que enterra CO2 emitido por usina a carvão – Matthew L. Wald - O Globo – Ciência – 23/09/2009

Térmica começa a usar método esta semana. Ambientalistas criticam Do New York Times

NOVA YORK. Construída em 1980, bem antes de o aquecimento global se tornar uma preocupação geral, a termelétrica de Mountaineer, em New Haven, nos Estados Unidos, está prestes a se tornar a primeira usina a carvão do mundo a capturar e enterrar parte do CO2 que emite. A esperança é que, em vez de ser liberado rumo à atmosfera, agravando ainda mais o efeito estufa, o gás fique debaixo da terra por milênios.

O projeto deve entrar em funcionamento nos próximos dias e já desperta a atenção de autoridades de China e Índia, que lutam contra a dependência desse tipo de geração de energia, considerada suja.

Como eles, os EUA ainda são dependentes das térmicas a carvão para suprir suas necessidades energéticas.

Para especialistas, essa estratégia pode se revelar mais eficiente do que a construção de novas e mais modernas usinas.

Mesmo assim, a viabilidade econômica da tecnologia de captura de CO2 permanece cercada de incertezas.

Certamente, o método vai sugar uma substancial quantidade de energia da usina — previsões mais otimistas dizem que será algo em torno de 15%; as mais pessimistas, em torno de 30%. Alguns argumentam que essa tecnologia pode se tornar mais cara do que a solar e a nuclear. E como toda novidade, mesmo os engenheiros ligados à iniciativa, não sabem se o método vai funcionar corretamente e se o dióxido de carbono vai, realmente, ficar bem estocado.

O projeto prevê que 100 mil toneladas de CO₂ sejam enterradas anualmente, durante dois ou até cinco anos. O valor, dizem os responsáveis, representa 1,5% das emissões anuais da usina.

Ambientalistas, contrários às usinas a carvão, estão preocupados com a medida, acreditando que vai ser como trocar um problema, o aquecimento global, por outro, a possível poluição dos reservatórios de água da região.

Índia sugere que pode adotar 'metas implícitas' – Amy Kazmin – Valor econômico – Internacional – 23/09/2009

A Índia diz que poderá aceitar metas "implícitas" para emissões de carbono, como parte do esforço de combate às mudanças climáticas. A decisão representa uma guinada na posição do governo indiano e foi interpretada como um sinal de que o país estará mais flexível na conferência climática de Copenhague em dezembro.

Em entrevista ao "Financial Times", o ministro do Meio Ambiente da Índia, Jairam Ramesh, disse que o país continua rejeitando qualquer acordo internacional que imponha tetos às emissões.

Mas Ramesh afirmou que o governo poderá aprovar leis que tratem, por exemplo, de consumo mais eficiente de combustível, de padrões de construção e do uso de energias renováveis, que resultariam em "metas implícitas" para as emissões de carbono que não comprometam o crescimento econômico.

Para Ramesh, qualquer discussão sobre um tratado internacional tem de começar com um compromisso dos países desenvolvidos em cortar suas emissões e de ajudar os países mais pobres e combater as mudanças climáticas. Segundo ele, o governo só aceita assumir responsabilidades sobre emissões após os ricos reduzirem seus níveis de poluição e fornecerem tecnologias aos demais países.

China e EUA prometem esforços sobre clima, mas não dão detalhes – Valor Econômico – Internacional – 23/09/2009

Os presidentes de China e EUA falaram ontem sobre os esforços dos dois países para conter as emissões de poluentes que causam o aquecimento global, mas ressaltaram os obstáculos às negociações, num possível mau presságio para a conferência climática da ONU em dezembro.

O presidente chinês, Hu Jintao, apresentou na reunião sobre clima em Nova York um plano para reduzir o ritmo das emissões de poluentes das fábricas e usinas do país e ampliar o uso de energia nuclear e de outras fontes renováveis.

Mas as promessas ficaram aquém do esperado, porque Hu não falou de nenhuma meta específica para as emissões do país.

O presidente americano, Barack Obama, tampouco empolgou ao falar a mais de 100 governantes na última reunião de cúpula antes da conferência de dezembro, em Copenhague, onde os países tentarão assinar um tratado climático para substituir o atual acordo de Kyoto. Obama citou as iniciativas em seus oito meses de governo na área climática, mas não anunciou novas propostas. EUA e China são os maiores poluidores do mundo.

Hu Jintao - que teria uma reunião reservada com Obama à noite - disse que a China vai crescer a um ritmo menor no futuro e que vai depender mais de fontes de energia renováveis. "Vamos nos empenhar para cortar emissões de dióxido de carbono por unidade de PIB em uma proporção notável até 2020 em relação aos níveis de 2005", disse o líder chinês.

O compromisso de Hu - feito sem dar números nem metas - foi recebido mais como uma tentativa de acalmar críticos, principalmente em Washington, que dizem que Pequim está fazendo pouco no combate ao aquecimento global. O temor da China é que parceiros comerciais venham a impor algum tipo de taxa de carbono sobre produtos chineses.

Obama disse que está acabando o tempo para o mundo reverter um caminho de catástrofes climáticas e que a geração atual será julgada por suas ações nesse área. Mas, ao mesmo tempo, pareceu jogar água fria nas expectativas sobre a conferência de Copenhague. Disse que os governos devem encarar a conferência como "um significativo passo adiante no combate global contra a mudança climática". Segundo ele, todos os governos estão enfrentando problemas para assumir compromissos com agenda climática quando "a prioridade mais imediata" é fazer suas economias saírem da crise.

Ao abrir a minicúpula de um dia em Nova York, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, procurou palavras duras. "Não obter um acordo amplo em Copenhague será moralmente imperdoável, economicamente míope, e algo pouco inteligente do ponto de vista político."

Tanto Hu Jintao quanto Barack Obama causaram frustração entre ambientalistas. Knut Alfsen, diretor de pesquisas do Centro de Pesquisas Internacionais sobre Clima e Energia, de Oslo, disse que "foi um pouco decepcionante o fato de que a China não de um número para a intensidade dos gases de efeito estufa. Eu esperava que isso fosse apresentado agora". Mas ele disse que, mesmo assim, houve um avanço. "Há cinco anos, o clima era um não-problema para a China." Agora, segundo ele, a situação é outra. "Eles estão dizendo: 'nós vamos fazer alguma coisa agora'. Essa é uma tremenda mudança".

A reação ao primeiro pronunciamento de Obama na ONU foi menos amistosa. "Estamos realmente muito, muito decepcionados com que Obama disse", afirmou Thomas Henningsen, coordenador da área climática do Greenpeace. "É, na verdade, mais um revés do que um passo adiante", disse ele, observando que o presidente americano não prometeu nada de concreto.

Armistício entre ruralistas e ambientalistas – Mauro Zanatta – Valor econômico – Agronegócios – 23/09/2009

Em clima de hostilidade desde o início do governo Lula, dirigentes ambientalistas e ruralistas esboçaram ontem uma aproximação política que pode resultar em uma proposta consensual de alteração do Código Florestal Brasileiro, em vigor desde 1965.

Exponentes das partes em litígio "fumaram o cachimbo da paz", como definiu o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), durante seminário promovido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) sobre meio ambiente e produção de alimentos.

A presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), lançou a proposta de revisão do Código Florestal por meio de um "pacto nacional com sanção social", baseado em conhecimento científico e dados econômicos e sociais. "Cometemos erros, mas não intencionais. O Brasil tem 56% de cobertura vegetal nativa original e o debate chegou a tempo de salvar o ambiente", afirmou.

O acordo proposto pela CNA deveria conter um compromisso de "desmatamento zero" da floresta Amazônica, da Mata Atlântica, do Pantanal, das áreas de preservação permanente (APPs) e regiões "sensíveis" de topos de morro. Além disso, deve incluir o pagamento por serviços ambientais por "450 milhões de hectares preservados", a legalização das áreas de agropecuária consolidadas e a descentralização da legislação ambiental da União para os Estados.

À vontade diante da plateia de estudantes e dirigentes rurais, Gabeira acenou com a abertura de um diálogo mais concreto com a bancada ruralista. "Aceitamos a ciência para mediar, porque [fixar] 80% como reserva legal na Amazônia é metafísica. Mas o debate sobre rastreamento do gado e uso da água são fundamentais (...) Se não der, vamos para a luta política".

Braço direito da ex-ministra Marina Silva, o ambientalista João Paulo Capobianco defendeu um amplo consenso sobre o tema. "Os ambientalistas sabem que é preciso um acordo. Ninguém quer acabar com a agricultura. Temos que eliminar o desmatamento e recuperar o que for possível". Capobianco concebeu o pacote de arrocho ambiental ao setor rural, que culminou com a publicação de um decreto de crimes ambientais pelo atual ministro Carlos Minc, no fim de 2008. "É ridícula essa separação entre ambientalistas e ruralistas. O acordo não saiu porque algumas lideranças do agronegócio acharam pouco. E esse Código não é fruto do movimento ambientalista".

Mesmo em clima amistoso, Kátia Abreu aproveitou o seminário para rebater ao que considera ataques de ONGs ambientalistas. "Estou cansada de 'prêmio motosserra', cansada de deboches. Acusações recíprocas não são boas. Temos que agir sem violência, raiva nem rancor", afirmou, em clara referência ao Greenpeace. "Os produtores reagem porque foram provocados por ONGs que os colocam no canto do ringue". Produtor e consultor, o ex-ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, disse que a tensão entre os dois lados tem levado experiências importantes, como a integração lavoura-pecuária-florestas, a ficar "no pelourinho". Para o mediador dos debates, o ex-ministro Roberto Brant, a CNA tem dificuldades para dialogar com todos os segmentos do setor, mas apelou por uma "conservação compatível" com a produção agropecuária.

Kátia Abreu: normas ambientais precisam considerar critérios da ciência e a economia do País – Sítio Eletrônico da CNA – 22/09/2009

É impossível colocar em discussão mudanças na legislação brasileira sobre meio ambiente sem levar em consideração três pontos básicos: o fato de que o ser humano não vive sem equilíbrio ambiental mas também não vive sem alimento; a história do desenvolvimento brasileiro, com a utilização de áreas para garantir o abastecimento da população; e também a importância da agropecuária para a economia do Brasil. O alerta foi realizado pela presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, durante sua exposição no I **Seminário CNA Discute o Brasil**, realizado na tarde desta terça-feira (22/09) que discutiu o tema *Meio Ambiente e Produção de Alimentos*. "Quem faz o meio ambiente somos todos nós, disse a senadora, destacando que o assunto é importante indistintamente para toda a sociedade.

"Não se pode esquecer que o Brasil substituiu cobertura original por arroz, feijão, soja, PIB, emprego e balança comercial", advertiu Kátia Abreu. A senadora destacou que o Brasil registra atualmente 56% de preservação da cobertura vegetal original, índice muito superior a da maior parte dos países. "Na Europa, a preservação é de só 0,1% da área original", destacou. Kátia Abreu disse, entretanto, que as preocupações sobre a preservação original são recentes e que, por isso, novas regras precisam ser elaboradas com base em informações da ciência, comprovando até que ponto é necessário preservar e até onde é possível produzir, sem prejudicar o equilíbrio entre meio ambiente e produção agropecuária. "Queremos construir um consenso, mas de acordo com a ciência, com a pesquisa", disse.

Kátia Abreu destacou que é necessário considerar que a agropecuária é responsável por um terço do Produto Interno Bruto (PIB), um terço dos empregos e pelo saldo positivo da balança comercial e que esses fatores, âncoras da estabilidade econômica, não podem ser descartados no momento das discussões sobre regras ambientais. A presidente da CNA alertou que as alterações anteriores feitas no Código Ambiental desconsideraram os fatores produtivos, econômicos e de garantia de abastecimento à população.

Kátia Abreu ressaltou que a partir de 11 de dezembro há o risco de que inúmeras áreas produtivas do País passem a ser 'criminalizadas', por conta do fim prazo para averbação de áreas de reserva legal. Por isso, defendeu rápida solução para o impasse. "Senão vamos criminalizar o arroz nas várzeas do Rio Grande, as maçãs de Santa Catarina, o café do sul de Minas Gerais, a cana-de-açúcar no Nordeste", destacou a senadora, lembrando ainda que nas margens dos rios Araguaia e Tocantins há assentamentos que também se tornarão irregulares caso não haja aperfeiçoamento da legislação.

Segundo a presidente da CNA, é possível aumentar a produção agropecuária brasileira sem avançar sobre qualquer área de floresta. “Hoje temos participação em 20% no comércio de produtos agrícolas mundial. Em 20 anos vamos ter 50%. E faremos isso sem avanço no desmatamento”, afirmou Kátia Abreu. Os itens propostos pela CNA no aprimoramento das normas ambientais estabelecem, inclusive, o critério de desmatamento zero, com preservação total de áreas com cobertura original nos biomas da Floresta Atlântica, da Amazônia e Pantanal. Outros pontos defendidos são a legalização ambiental das áreas produtivas, aprimoramento do marco legal sobre meio ambiente com base em critérios científicos e compensação por serviços ambientais.

No aprimoramento da legislação, Kátia Abreu destacou que é preciso respeitar o pacto federativo, levando aos Estados a responsabilidade por administrar suas próprias normas ambientais. Somente assim, disse a senadora, será possível respeitar as peculiaridades regionais, promovendo o efetivo equilíbrio entre defesa do meio ambiente e produção agropecuária.

O I Seminário CNA Discute o Brasil contou com a presença de quatro debatedores: o deputado federal Fernando Gabeira; o ex-ministro da Agricultura Alysson Paulinelli; a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu; e o ambientalista e ex-secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente João Paulo Capobianco. A proposta foi justamente a de promover um debate pluralizado, contando com autoridades que tem opiniões diversas sobre o tema que foi colocado em discussão. Kátia Abreu fez a terceira apresentação no evento, logo depois de Capobianco.

Desmate atinge 498 km² em agosto - Eugênia Lopes – Estado de São Paulo – Vida & - 24/09/2009

O índice de desmatamento de 2009 deve ser o menor dos últimos 20 anos no Brasil, de acordo com avaliação do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Ontem, ele anunciou uma queda de 34% do desflorestamento na região amazônica, comparando os dados de agosto deste ano com o mesmo mês de 2008.

Com base nesses números, Minc disse que o desmatamento no País deve ficar abaixo dos 9 mil quilômetros quadrados até o fim do ano.

Ao comemorar, ele aproveitou para criticar a política anterior do ministério, comandado então pela senadora Marina Silva (AC), hoje no PV e pré-candidata à Presidência em 2010.

“Estava muito fácil, muito mole. O crime agora está deixando de compensar. O desmatamento está caindo porque estamos indo com tudo para cima. Até um ano, dois anos atrás, não havia Operação Boi Pirata, não havia apreensão de tratores”, afirmou Minc. Para o ministro, os índices de desmatamento caíram porque o governo está fechando ou destruindo instalações irregulares, com o recolhimento de equipamento como carros e guindastes. “Estamos asfixiando os desmatadores”, disse.

“Neste ano estamos tendo o menor desmatamento dos últimos 20 anos. Em 1991, foram 11,1 mil km² de desmatamento. Agora, vamos ficar abaixo dos 9 mil km²”, afirmou. “Só que o nosso desmatamento é ainda muito grande.” Segundo os dados divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente, o índice de devastação na região amazônica atingiu, em agosto, 498 km² de floresta – em agosto de 2008 foram 756 km².

Em relação a julho também houve queda de 40% do desflorestamento na região.

CAMPEÕES DE DESMATE

O Estado do Pará é o líder em desmatamento: foram 301,18 km², de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). “Mais de 60% do desmatamento está no Pará”, disse Minc. Na comparação com julho, o desmatamento nesse Estado teve redução de 48%, quando foram identificados 577,06 km² de área devastada.

Depois do Pará, os Estados de Mato Grosso, Rondônia e Maranhão são os maiores desmatadores da região amazônica.

Juntos, os três somaram mais de 160 km² de florestamento.

A maior redução foi no Maranhão: 88% a menos em relação ao desmatamento de julho, passando de 37,6 km² para 4,6 km².

Já o Estado de Rondônia sofreu aumento de 48%, enquanto em Mato Grosso houve queda de 15% na destruição florestal.

Entre janeiro e agosto deste ano houve uma queda de 57% no desmatamento da Amazônia, comparado com o mesmo período em 2008. De janeiro até o início deste mês, as multas aplicadas pelo Ibama somaram R\$ 1,166 bilhão. “Os desmatamentos são cada vez menores, ficando difícil combater. Não adianta a gente embargar a área e não ter gente no local para ver se estão respeitando o embargo”, observou o ministro, ao fazer um apelo para que o Congresso aprove rapidamente o projeto de lei que cria mil novos cargos para o Meio Ambiente.

Mudança do clima: o engajamento da indústria – Armando Monteiro Neto – Folha de São Paulo – Opinião – 24/09/2009

A CONCENTRAÇÃO de gases de efeito estufa na atmosfera é preocupante. É um fenômeno global que requer ações de todos. As ações de mitigação de emissões terão repercussões decisivas sobre o nosso modelo industrial e potencial de crescimento. É isso que explica a mobilização empresarial em torno do tema. As atenções estão concentradas, no curto prazo, na preparação das posições que o governo brasileiro deverá levar à 15ª Conferência das Partes da Convenção do Clima da ONU, em Copenhague, marcada para dezembro, quando deverão ser definidos novos compromissos de redução de emissões e mecanismos de financiamento. No médio prazo, temos que refletir sobre os impactos na nossa estratégia industrial. Para debater as estratégias nacionais e formular as posições do setor empresarial nas negociações internacionais sobre o clima, a CNI criou um fórum de consulta e articulação com os vários setores e federações estaduais da indústria. No momento, o grupo está dedicado a elaborar um documento de posição da indústria para a conferência das partes.

A agenda da indústria sobre mudanças climáticas vai além de Copenhague e nos remete à necessidade de discutir novas políticas públicas domésticas e estratégias empresariais adequadas para lidar com os desafios da transição para uma economia de baixo carbono. Entramos nesse processo com vantagens importantes. O Brasil se diferencia, dada sua matriz energética, dos demais que compõem os Brics. Só 8,8% das nossas emissões de gases de efeito estufa são provenientes das atividades industriais. A participação de energias renováveis na matriz energética brasileira é de 45%, enquanto a média mundial é de apenas 14%. A meta da União Europeia é atingir 20% de fontes renováveis em 2020.

O Brasil é uma potência energética e ambiental. Essas características fazem com que o

país tenha condições de implementar iniciativas de redução de mitigação de baixo custo, particularmente em atividades de redução do desmatamento e de recuperação de áreas degradadas.

Por outro lado, mesmo quando comparado com outras economias emergentes, nosso país apresenta baixo consumo per capita de energia e de produtos industrializados. Assim, é importante evitar que as negociações em Copenhague resultem em compromissos de redução de emissões que limitem o acesso da população brasileira a bens e serviços.

Um dos requisitos necessários para evitar que o esforço de combate ao aquecimento global aprofunde as desigualdades econômicas e sociais é a criação de mecanismos de cooperação e transferência de tecnologias.

A ampliação dos atuais mecanismos de financiamento, públicos e privados, para ações de mitigação de emissões é prioridade para viabilizar compromissos voluntários por parte dos países em desenvolvimento.

Para vencer o desafio da mudança do clima, o Brasil precisa de sólida política de apoio à pesquisa e inovação em produção limpa. Isso passa por redução dos custos dos financiamentos, desoneração dos investimentos e estímulos à inovação. É preciso também contar com um ambiente regulatório e institucional previsível e estável e com o aumento da cooperação entre os setores público e privado.

A CNI, em parceria com a Eletrobrás e o Procel, desenvolve um amplo trabalho voltado para o aumento da eficiência energética de setores industriais brasileiros. Essa iniciativa envolve a formação de núcleos de eficiência energética em federações de indústria, benchmarking de processos e produtos e proposições de aperfeiçoamentos no marco legal.

Sem ações articuladas entre governos e setor produtivo, dificilmente conseguiremos mobilizar os recursos, o conhecimento e a criatividade necessários para quebrarmos paradigmas e fazermos a transição inadiável para a economia de baixo carbono.

ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO, 57, empresário, é presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e deputado federal pelo PTB-PE.

Mau ensaio – O Globo – Opinião – 24/09/2009

A menos de dois meses e meio para a conferência de Copenhague, quando o mundo terá a grave responsabilidade de definir metas de redução de emissões que aceleram mudanças climáticas, mais de cem líderes aproveitaram a presença em Nova York, para a assembleia anual da ONU, e, na terça-feira, realizaram amplo encontro com vistas à reunião na capital da Dinamarca.

Não foi um bom ensaio.

Do encontro entre os representantes dos maiores poluidores do planeta, Barack Obama, pelos Estados Unidos, e Hu Jintao, pela China, pouco de concreto foi dito, embora respondam por 40% das emissões mundiais. Entende-se a posição de Obama. Ele depende do Congresso para aprovar um plano de corte de emissões, já avalizado pela Câmara dos Representantes e agora inscrito na agenda do Senado, mas onde todo o esforço de negociações tem sido despendido na tentativa de formulação de uma reforma politicamente palatável do sistema de saúde americano.

Mas a China, uma ditadura socialista de “mercado”, poderia ter sido mais objetiva. O país, reconheçase, dá demonstrações de ter acordado para o sério problema ambiental criado para os próprios chineses pelo longo período de crescimento econômico acelerado sem qualquer preocupação com a qualidade do ar, da água e do solo.

A China passou a fazer investimentos para limpar a matriz energética — por sinal, das mais sujas, pois se baseia fortemente em termelétricas a carvão. O presidente Jintao, entretanto, apenas prometeu reduzir emissões “por uma margem razoável”.

Que seja mesmo, pois o desafio para Copenhague é chegar-se a um acordo pelo qual a temperatura média mundial não ultrapasse o patamar de dois graus centígrados acima dos níveis pré-revolução industrial. E para isso, calculam cientistas, pelo menos as economias industrializadas terão de, até meados do século, diminuir em 80% as emissões.

Quanto aos Estados Unidos, as esperanças estão depositadas nas promessas de Obama de um grande salto tecnológico na busca de fontes energéticas limpas.

Brasil, China e Índia, por sua vez, já perceberam que o discurso de que corta mais quem poluiu mais — para jogar o maior peso das responsabilidades sobre os países industrializados — caiu em desuso.

Afinal, tornaram-se, também, grandes emissores — no caso do Brasil, muito por causa de queimadas e desmatamentos.

A tepidez da reunião de terça-feira não poderá se repetir na estratégica conferência de dezembro na Dinamarca.

Agrotóxicos no seu estômago – João Pedro Stédile – O Globo – Opinião – 24/09/2009

Os porta-vozes da grande propriedade e das empresas transnacionais são muito bem pagos para todos os dias defender, falar e escrever de que no Brasil não há mais problema agrário. Afinal, a grande propriedade está produzindo muito mais e tendo muito lucro. Portanto, o latifúndio não é mais problema para a sociedade brasileira. Será? Nem vou abordar a injustiça social da concentração da propriedade da terra, que faz com que apenas 2%, ou seja, 50 mil fazendeiros, sejam donos de metade de toda nossa natureza, enquanto temos 4 milhões de famílias sem direito a ela.

Vou falar das consequências para você que mora na cidade, da adoção do modelo agrícola do agronegócio.

O agronegócio é a produção de larga escala, em monocultivo, empregando muito agrotóxicos e máquinas.

Usam venenos para eliminar as outras plantas e não contratar mão de obra. Com isso, destroem a biodiversidade, alteram o clima e expulsam cada vez mais famílias de trabalhadores do interior.

Na safra passada, as empresas transnacionais, e são poucas (BASF, Bayer, Monsanto, Du Pont, Syngenta, Bungue, Shell química...), comemoraram que o Brasil se transformou no maior consumidor mundial de venenos agrícolas. Foram despejados 713 milhões de toneladas! Média de 3.700 quilos por pessoa. Esses venenos são de origem química e permanecem na natureza. Degradam o solo. Contaminam a água. E, sobretudo, se acumulam nos alimentos.

As lavouras que mais usam venenos são: cana, soja, arroz, milho, fumo, tomate, batata, uva, moranguinho e hortaliças. Tudo isso deixará resíduos para seu estômago.

E no seu organismo afetam as células e algum dia podem se transformar em câncer.

Perguntem aos cientistas aí do Instituto Nacional do Câncer, referência de pesquisa nacional, qual é a principal origem do câncer, depois do tabaco? A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) denunciou que existem no mercado mais de vinte produtos agrícolas não recomendáveis para a saúde humana. Mas ninguém avisa no rótulo, nem retira da prateleira. Antigamente, era permitido ter na soja e no óleo de soja apenas 0,2 mg/kg de resíduo do veneno glifosato, para não afetar a saúde. De repente, a Anvisa autorizou os produtos derivados de soja terem até 10,0 mg/kg de glifosato, 50 vezes mais. Isso aconteceu certamente por pressão da Monsanto, pois o resíduo de glifosato aumentou com a soja transgênica, de sua propriedade.

Esse mesmo movimento estão fazendo agora com os derivados do milho.

Depois que foi aprovado o milho transgênico, que aumenta o uso de veneno, querem aumentar a possibilidade de resíduos de 0,1 mg/kg permitido para 1,0 mg/kg.

Há muitos outros exemplos de suas consequências. O doutor Vanderley Pignati, pesquisador da UFMT, revelou em suas pesquisas que nos municípios que têm grande produção de soja e uso intensivo de venenos os índices de abortos e má formação de fetos são quatro vezes maiores do que a média do estado.

Nós temos defendido que é preciso valorizar a agricultura familiar, camponesa, que é a única que pode produzir sem venenos e de maneira diversificada. O agronegócio, para ter escala e grandes lucros, só consegue produzir com venenos e expulsando os trabalhadores para a cidade.

E você paga a conta, com o aumento do êxodo rural, das favelas e com o aumento da incidência de venenos em seu alimento.

Por isso, defender a agricultura familiar e a reforma agrária, que é uma forma de produzir alimentos saudáveis, é uma questão nacional, de toda sociedade.

Não é mais um problema apenas dos sem-terra. E é por isso que cada vez que o MST e a Via Campesina se mobilizam contra o agronegócio, as empresas transnacionais, seus veículos de comunicação e seus parlamentares, nos atacam tanto.

Porque estão em disputa dois modelos de produção. Está em disputa a que interesses deve atender a produção agrícola: apenas o lucro ou a saúde e o bem-estar da população? Os ricos sabem disso e tratam de consumir apenas produtos orgânicos.

E você precisa se decidir. De que lado você está?

JOÃO PEDRO STÉDILE é economista e integrante da coordenação nacional do Movimento dos Sem Terra (MST).

Pesadelo gelado – O Globo – Ciência – 24/09/2009

Satélites revelam que perda de grandes geleiras polares é muito maior que a prevista

Nos confins da Terra estão em curso mudanças climáticas mais dramáticas do que aquelas previstas por cientistas.

Grandes geleiras polares, na Groenlândia e na Antártica, derretem a uma velocidade surpreendente, revelaram medições de satélites. Enquanto líderes mundiais não se entendem sobre um acordo contra o aquecimento global, as informações coletadas por satélites da Nasa, divulgadas ontem, revelam que o gelo da Groenlândia e da Antártica derrete de forma acelerada.

As grandes geleiras polares são canários da mina climática. Altamente vulneráveis, elas sinalizam alterações no equilíbrio do clima planetário. Por estarem

situadas em terra firme, seu derretimento tem impacto na elevação do nível do mar, embora ainda não seja possível estimar com precisão as dimensões das alterações observadas pelos satélites.

Pesquisadores do Grupo Britânico de Pesquisas Antárticas (BAS, na sigla em inglês) e da Universidade de Bristol analisaram milhões de imagens a laser de satélites da Nasa, cobrindo o período entre 2003 a 2007. O estudo, publicado na revista “Nature”, revela que a maior perda de gelo foi causada pela aceleração do fluxo das geleiras em direção ao mar.

Na Antártica, a perda de gelo está acontecendo a um ritmo de nove metros por ano. Na Groenlândia, 81 das 111 geleiras com degelo rápido têm encolhido a uma velocidade duas vezes maior do que a média mundial.

Os cientistas descobriram que a perda de gelo em muitas geleiras da Antártica e da Groenlândia é maior do que o ritmo de queda de neve no interior dos territórios. Na região antártica, as geleiras que afinam mais rapidamente são a da Ilha Pine, a Smith e a Thwaites.

— Estamos surpresos em ver um padrão tão forte de diminuição ou afinamento de espessura das placas de gelo por áreas tão grandes.

É um fenômeno amplo e, em alguns casos, essa diluição é disseminada, se estendendo por centenas de quilômetros em terra — disse o pesquisador Hamish Pritchard, do BAS, que liderou o estudo.

Segundo ele, as correntes oceânicas aquecidas que atingem a costa e derretem o gelo são a causa mais provável da aceleração do derretimento das geleiras.

— Esse tipo de derretimento do gelo é tão pouco compreendido que continua sendo a parte mais imprevisível do aumento futuro do nível do mar — disse ele, ressaltando que este foi o panorama mais amplo até hoje do derretimento do gelo nessas regiões.

No estudo, os cientistas afirmam que ainda é cedo para determinar se esse afinamento é um sinal de que a média atual de elevação do nível do mar, em torno de três milímetros por ano, pode aumentar.

— Descobrir isso é a nossa próxima tarefa — garante o glaciologista David Vaughan, do BAS. — Em algumas áreas, o afinamento pode ser causado por variações nas precipitações de neve, por exemplo, e não pelo deslizamento do gelo em direção ao oceano.

Países insulares como as Maldivas, no Oceano Índico, e Tuvalu, no Pacífico Sul, poderão simplesmente desaparecer do mapa até 2100, caso se confirmem as mais recentes projeções sobre a elevação do nível do mar. Os dados mais recentes, anunciados durante uma conferência sobre o clima, realizada em março, na Dinamarca, preveem uma elevação média em torno de um metro, quase o dobro do que fora previsto anteriormente pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) em 2007.

Desmatamento na Amazônia em agosto cai 34% - Maiesse Gramacho – Sítio eletrônico do MMA – 24/09/2009

O desmatamento da Amazônia, em agosto de 2009, diminuiu 34% em relação ao mesmo mês de 2008. A área desmatada no mês passado, apontada pelo Deter, foi de 498,1 km². E o estado que registrou maior índice de destruição da floresta foi o Pará, com 301,18 km², seguido do Mato Grosso (105,24 km²) e Rondônia (50,93 km²). Os

dados foram divulgados na tarde desta quinta-feira (24/9) pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e comentado pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, em coletiva à imprensa.

De acordo com o ministro, a pouca incidência de nuvens na área monitorada pelo Deter em agosto "faz com que os dados coletados sejam muito próximos da realidade". Se considerado o período de janeiro a agosto, 2009 registrou uma queda de 57% em relação ao mesmo período de 2008. E quando comparado ao desmatamento do último mês de julho, a queda foi de 40%.

Segundo o ministro, em 2009 será registrado o menor desmatamento dos últimos vinte anos. "Pela primeira vez em vinte anos, [*o desmatamento*] será abaixo de 9 mil km²." Minc disse que o menor nível registrado foi em 1991, com, segundo ele, 11.100 km² (de agosto a julho).

Apesar dos índices registrados pelo sistema de monitoramento, o ministro disse que ainda não está satisfeito. "Eu não comemoro, sempre acho que a queda no desmatamento não é satisfatória. Eu quero desmatamento zero."

Mesmo assim, o ministro ressaltou que a queda é "importante". "A diminuição mostra que estamos suando a camisa, combatendo o crime, a impunidade, 'asfixiando' os predadores e criando alternativas, que serão a solução para um futuro mais sustentável", disse. "Mas ainda precisamos trabalhar muito", completou.

AÇÕES CONJUNTAS - Ao comentar os dados do Deter, Carlos Minc chamou a atenção para a queda no desmatamento em áreas onde o MMA, o Ibama e a Polícia Federal têm realizado operações conjuntas de combate a crimes ambientais. "O Ibama, por exemplo, mobilizou servidores de outros lugares, para atuar na região", contou.

Carlos Minc também destacou a Operação Arco de Fogo, da Polícia Federal. O coordenador da iniciativa, delegado Alcir Teixeira, participou da coletiva e apresentou os resultados da iniciativa, desde março de 2008, quando começou a funcionar.

Segundo ele, nesse período, 214 inquéritos policiais foram instaurados, 198 prisões efetuadas e mais de 93 mil m³ de madeira apreendidos. "Se considerarmos que um caminhão comporta 20 m³, podemos ter uma noção do que esse número significa", disse.

NOVAS FRENTES - Minc aproveitou a coletiva para anunciar que ações semelhantes às realizadas na Amazônia já começaram a ser feitas no Cerrado e, em breve, também ocorrerão na Caatinga. "Tudo o que estamos fazendo na Amazônia, vamos fazer no Cerrado e na Caatinga."

Para isso, no entanto, Minc espera que seja aprovada pelo Congresso lei que cria mil novos cargos para o Ibama e para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (ICMBio). "Serão 450 [*cargos*] para o ICMBio e 550 para o Ibama, necessários porque já abrimos a frente do Cerrado e em novembro teremos a Caatinga para monitorar e impedir que vire deserto."

O sistema DETER é um levantamento mensal feito pelo Inpe desde maio de 2004. O sistema monitora, por satélite, o desmatamento na Floresta Amazônica.

Lula pede a emergentes ação contra aquecimento – Ricardo Balthazar - Valor Econômico – Internacional – 24/09/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou ontem que o Brasil está disposto a se comprometer com medidas de combate ao aquecimento global nas negociações do novo

tratado internacional sobre mudanças climáticas, que a Organização das Nações Unidas (ONU) espera concluir em dezembro, numa reunião em Copenhague, na Dinamarca.

Em discurso na abertura da 64ª Assembleia Geral da ONU, Lula foi vago ao descrever a natureza desses compromissos e não apontou as condições em que o país aceitaria incorporá-los ao tratado, num reflexo das divisões que o assunto ainda provoca no próprio governo. Mas o presidente adotou um tom diferente de seus pronunciamentos anteriores sobre o tema.

"Vamos chegar a Copenhague com alternativas e compromissos precisos", disse Lula, citando como principal contribuição do país para o combate ao aquecimento global o plano lançado pelo governo há um ano para conter o desmatamento na Amazônia. A meta do programa é reduzir em 80% o desmatamento na região nas próximas duas décadas.

Lula voltou a cobrar empenho dos países ricos, mas deixou claro que países em desenvolvimento como o Brasil também precisarão agir. "Todos os países devem empenhar-se em realizar ações para reverter o aquecimento global."

Num jantar que reuniu líderes mundiais na ONU na terça-feira, Lula disse que todos deveriam apresentar em Copenhague "o mesmo nível de ambição" e prometeu que a proposta do Brasil representará um "desvio significativo de nossa trajetória normal de emissões", de acordo com as notas preparadas para orientar o discurso que ele pretendia fazer no evento, e que não foi divulgado depois.

O Brasil e outros países emergentes sempre resistiram a aceitar limites para suas emissões de gases-estufa, por temer que restrições desse tipo travem seu desenvolvimento e por achar que o esforço maior para conter o aquecimento global deve ser feito pelos países mais avançados, os principais responsáveis pelo agravamento do problema no passado.

Na última vez em que falou sobre o tema na ONU, em 2007, Lula disse que os países mais avançados deveriam "dar o exemplo" e que países como o Brasil só deveriam prestar contas de suas ações "diante de suas próprias populações", sem se comprometer com obrigações impostas por tratados internacionais, como o que será discutido em Copenhague.

Nos últimos dias, a China e a Índia também indicaram que estão se preparando para adotar posições mais flexíveis nas negociações climáticas, aceitando algum tipo de compromisso com os países avançados. A China e a Índia dependem muito de carvão e outras fontes de energia poluentes e nos últimos anos se tornaram grandes emissores de gases-estufa.

Em seu discurso na ONU, logo depois do de Lula, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, disse reconhecer "a necessidade de respostas diferenciadas", de acordo com o estágio de desenvolvimento de cada país, mas afirmou que os países emergentes que se tornaram grandes poluidores "podem fazer mais para reduzir emissões sem inibir o seu crescimento".

Lula afirmou que a exploração das grandes reservas de petróleo encontradas na camada pré-sal na Bacia de Santos levará o Brasil à "vanguarda da produção de combustíveis fósseis", mas acrescentou que o país "não renunciará à agenda ambiental para ser apenas um gigante do petróleo".

Copenhague ainda é uma incógnita – Fiona Harvey – Valor Econômico –
Internacional – 24/09/2009

A esperança de que a conferência sobre mudanças climáticas em Copenhague em dezembro produzisse um novo tratado nos moldes do Protocolo de Kyoto, de 1997, já se dissipou, mesmo entre seus mais vigorosos defensores.

Na ausência de um tratado integral, a questão agora é o que constituiria um desfecho bem-sucedido para a conferência? E, como as perspectivas de um bom acordo são tão diminutas, deveriam as partes se resignar a prosseguir as negociações no ano que vem?

Para a ONU, quatro componentes-chave precisam ser incluídos: metas de médio e longo prazos para cortes de emissões; o compromisso dos países em desenvolvimento, que terão metas intermediárias de corte de emissões, com determinadas iniciativas para conter o crescimento de suas emissões; financiamento de países desenvolvidos a nações em desenvolvimento para ajudá-las a reduzir emissões e a adaptar-se a mudanças climáticas; e mecanismos para garantir esse fluxo financeiro, como um sistema de comercialização de direitos de emissão.

A menos de 80 dias da cúpula de Copenhague, não há acordo em torno de nenhum desses temas.

No topo da lista de requisitos para o sucesso está a fixação de metas para redução das emissões até 2020 e até 2050. A orientação da comunidade científica é que os países ricos reduzam suas emissões em 25% a 40%, em relação aos níveis de 1990. Europa e Japão concordam com cortes dessa ordem de grandeza. A União Europeia (UE) aceitou ampliar seu prometido corte de 20% para 30%, se outros países a acompanharem.

Mas os EUA não querem. Suas emissões cresceram cerca de 16% de 1990 a 2005, e o máximo que a Casa Branca acredita factível é um corte de 17% nos níveis atuais.

Embora possa parecer muito pouco em relação ao compromisso da UE de cortar 20%, na verdade o esforço necessário para atingir essa meta é aproximadamente igual ao exigido da UE a partir dos níveis atuais de emissões.

A ONU também quer que todos os países fixem uma meta mundial de redução de 50% das emissões até 2050. Os países em desenvolvimento não serão instados a fazer cortes absolutos, mas a assegurar que suas emissões cresçam mais lentamente - para "não permanecerem de braços cruzados", como se não houvesse problemas.

Mas isso se revelou mais polêmico do que a ONU esperava. China e Índia relutam em aceitar uma meta global, porque temem que seja usada, mais tarde, para forçá-los a aceitar cortes absolutos.

Os países ricos também gostariam de ver as economias emergentes estabelecerem um prazo para o pico de suas emissões. Novamente, China e Índia opuseram-se fortemente a isso.

O financiamento do mundo rico ao mundo pobre será de espinhosa solução. Países em desenvolvimento e organizações não governamentais (ONGs) disseram que os fluxos financeiros precisam chegar a US\$ 150 bilhões por ano. Os países ricos não aceitarão tais valores.

A UE foi a primeira a dizer presente, com uma promessa de financiamento de € 2 bilhões de euros a € 15 bilhões de euros por ano. Os EUA indicaram que o projeto de lei de comercialização de créditos de carbono, a ser enviado em breve ao Senado, deverá assegurar um montante similar de fundos mediante a compra compensatória de carbono de países em desenvolvimento.

A maioria dos países reconhece a necessidade de um mecanismo de financiamento - com o sistema de comercialização de créditos de carbono - pois a maior parte do dinheiro deverá vir do setor privado.

Mesmo em questões menores, prosseguem intensas as discussões. Em reflorestamento, a incômoda questão de como indenizar países em desenvolvimento, como o Brasil e a Indonésia, por manter suas florestas intactas ainda não foi solucionada.

Mas a ONU e importantes governos insistem em que um acordo firme em Copenhague ainda é possível. Yvo de Boer, diretor da agência da ONU dedicada a mudanças climáticas, citou nesta semana progressos em iniciativas da China e da Índia. "Agora que estamos muito perto de um acordo não podemos admitir um tropeço no último obstáculo", disse.

Mas importantes países da UE começaram a falar em "declaração política", em vez de pleno acordo que resultaria em um tratado.

Connie Hedegaard, ministra dinamarquesa do Ambiente e anfitriã da conferência, disse ao "Financial Times": "Em Copenhague devemos definir o que queremos como políticas, e depois alguns especialistas precisarão decidir exatamente como isso será implementado".

Jennifer Morgan, diretor de clima no World Resources Institute, adverte para o "cenário de enganações": "eles montam um pacote com as coisas que já estão fazendo, amarram com um lacinho e dizem: sucesso!"

Nicholas Stern, ex-economista-chefe do Banco Mundial, adverte contra firmar um acordo com metas fracas demais, que "mais tarde serão difíceis de reverter".

Quer Copenhague seja um sucesso, um fracasso ou uma mistura indefinida, certamente não será a derradeira palavra sobre mudanças climáticas.

G-20 vai debater corte de subsídio a combustíveis – Valor Econômico – Internacional – 24/09/2009

Os países do G-20 vão discutir amanhã um acordo para reduzir gradualmente os subsídios aos combustíveis fósseis.

Segundo o principal negociador do governo dos EUA no G-20, Michael Froman, a diminuição paulatina dos subsídios provocará um corte de até 12% dos gases de efeito estufa em 2050. A estimativa, disse o americano, é da OCDE e da Agência Internacional de Energia. Juntas, as maiores economias em desenvolvimento gastam por ano US\$ 310 bilhões nesse tipo incentivo, segundo a agência de energia.

Irã, Rússia, China, África do Sul e Índia são os campeões em subsídios - mas muitos países desenvolvidos também oferecem estímulos encobertos.

"Estamos trabalhando com o resto do G-20 para ver se conseguimos chegar a um acordo que dê uma contribuição significativa nesse campo", disse Froman, que se recusou a dar detalhes sobre a proposta dos EUA - como o prazo para a redução e quais países seriam alvo das restrições.

Mas no começo do mês, uma fonte que conhece a proposta disse que a ideia americana é que os subsídios sejam eliminados em cinco anos. Segundo a fonte, pela proposta, os países de fora do G-20 teriam de eliminar a ajuda até 2020.

Não é a primeira vez que a ideia de cortar subsídios a combustíveis vem à tona. Mas nas outras ocasiões em que a discussão foi ensaiada, enfrentou resistência de governos que alegaram que a ajuda era necessária para manter os preços baixos para a população mais pobre e também para empresas, disse Fatih Birol, economista-chefe da agência de energia.

Alguns estudos, no entanto, contestam essa avaliação e apontam que é a faixa de população de mais alta renda que mais se beneficia com os subsídios e que o mecanismo tira recursos dos governos para outros serviços.

O presidente dos EUA, Barack Obama, pediu ao presidente da Indonésia Susilo Bambang Yudhoyono, faça a abertura das discussões na reunião do G-20 em Pittsburgh (entre hoje e amanhã). A Indonésia é vista como uma caso de sucesso em matéria de redução de subsídios aos combustíveis. A China também tem tido sucesso na redução dos subsídios.

Alguns dos reflexos que o fim dos subsídios devem provocar é uma melhor eficiência energética e a redução dos níveis de poluição. Froman, o negociador

americano, disse que Washington está estimulando outros países a adotar subsídios e esquemas de estímulo ao uso de energia renovável. (Com Financial Times)

Um valor para a conservação - Andrea Vialli e Afra Balazina – Estado de São Paulo – Caderno Especial Vida e Sustentabilidade – 25/09/2009

Os projetos de pagamento por serviços ambientais (PSA), que remuneram agricultores e proprietários de terras pela conservação de água e florestas, são vistos por especialistas como a grande promessa para a preservação de ecossistemas.

A expectativa é de que a reunião do clima em Copenhague, em dezembro, avance na definição de um marco regulatório global para o mecanismo. Enquanto isso, no Brasil surgem projetos de lei para amparar a questão.

“O conceito de pagamento por serviços ambientais é inovador porque mostra que há benefícios econômicos diretos na preservação”, explica Fernando Veiga, gerente de serviços ambientais da ONG The Nature Conservancy (TNC). Em vários pontos do País, iniciativas apresentam resultados, ainda que incipientes – a maioria delas provê pagamentos a produtores rurais que conservam mananciais.

Há também os primeiros projetos de sequestro de carbono, para recompensar agricultores que mantêm matas em suas propriedades.

O município de Extrema (MG), na divisa com São Paulo, é um dos que mais têm avançado na questão. Desde 2007, a cidade abraça o programa Produtor de Água, projeto da Agência Nacional de Águas (ANA) em parceria com várias instituições, como o Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), a TNC e o município. A água produzida nas bacias hidrográficas de Extrema compõe o sistema Cantareira, responsável por grande parte do abastecimento da capital paulista.

A prefeitura também aprovou lei municipal que remunera os agricultores com recursos do próprio caixa da cidade. Hoje 49 proprietários de terra no município recebem uma quantia que varia de R\$ 75 a R\$ 169 por hectare/ano por práticas de conservação do solo e manutenção de matas.

“A experiência de Extrema ajudou a criar um novo caminho, o do orçamento específico para PSA”, diz Veiga. Agora, a prefeitura quer expandir o projeto um passo adiante, remunerando também os donos de terras por sequestro de carbono.

Veiga prevê que o projeto deverá abranger 10 mil hectares e retirar 3,3 milhões de toneladas de CO₂ da atmosfera, o que corresponde a 8,6% das emissões das indústrias do Estado de São Paulo em 2006. Os recursos obtidos com a venda de créditos de carbono no mercado voluntário devem ser destinados a um fundo municipal para garantir a remuneração dos produtores rurais a longo prazo.

LEI EM GESTAÇÃO

O governo federal também está atento à questão e enviou para o Congresso, em junho, projeto de lei que cria o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais. A lei institui o Fundo Federal de Pagamento por Serviços Ambientais, com a finalidade de financiar as ações do programa. Além das doações, o fundo receberá recursos da participação especial sobre os lucros do petróleo.

Os Estados também se movimentam.

Minas Gerais teve o projeto de lei nº 952/07, batizado de Bolsa Verde, aprovado em 2008 pela Assembleia Legislativa e que aguarda regulamentação. São Paulo tem pronta

uma minuta de projeto sobre o PSA e o governo espera aprová-la na Assembleia até o início de 2010. A lei apresenta dois programas:

o protetor das águas e o do verde (para conservar a diversidade biológica, proteger a paisagem e mitigar efeitos das mudanças climáticas com a recuperação e conservação florestal e o sequestro de carbono).

Para Tasso Azevedo, ex-diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro e consultor do Ministério do Meio Ambiente, o PSA será “opulodogato”. “Assim como se faz programa de transferência de renda para tirar a população da pobreza, tem de fazer um para manter a floresta em pé.”

Para ele, “será um investimento em nós mesmos”, já que a água garante segurança alimentar e produção de energia, enquanto as florestas ajudam a manter o fornecimento da água. “O cerrado é a nossa caixa d’água e a Amazônia, o chuveiro”, compara.

O que são serviços ambientais?

São atividades, produtos e processos da natureza que mantêm as condições de vida.

Exemplos: produção de oxigênio, sequestro de carbono, conservação da biodiversidade e estabilidade de condições climáticas

• Por que é importante pagar pela manutenção dos serviços ambientais?

Para incentivar a preservação e recuperação de áreas que contribuem para a qualidade de vida da população

• Quais países já pagam a quem conserva o ambiente?

Na Costa Rica, o governo criou um mecanismo de financiamento baseado em um fundo – o Fonafifo – alimentado por uma taxa sobre combustíveis fósseis.

São remunerados os proprietários rurais que conservam e restauram as florestas nativas. O México utiliza a venda de créditos de carbono a título voluntário de Chicago para financiar esforços agroflorestais que reduzem as emissões de gases-estufa

Cuidar das nascentes Garante a qualidade – Estado de São Paulo – Caderno Especial Vida e Sustentabilidade – 25/09/2009

Um dos exemplos mais bem-sucedidos de pagamento por serviços ambientais (PSA) vem de uma grande metrópole. Há 20 anos, o abastecimento de água de Nova York é garantido por produtores rurais que possuem propriedades a um raio de até 200 quilômetros de distância da cidade.

“Nova York é um grande exemplo. Para garantir o abastecimento humano, o governo fez acordos com os produtores rurais e passou a pagá-los para que adotassem práticas menos intensivas, reflorestassem a área ou construíssem sistemas para armazenar estrume para não contaminar a água”, conta Raul Telles do Valle, do Instituto Socioambiental (ISA). Segundo ele, os casos mais clássicos de PSA são justamente os de produção de água.

Valle defende o pagamento por serviços ambientais principalmente para que os produtores que, sem ajuda, não conseguiriam manter os serviços ambientais em suas terras.

Assim como em Nova York, a maior parte dos projetos de PSA que estão saindo do papel no Brasil é de conservação de água. No Espírito Santo foi criado o projeto Produtores de Água. O pagamento é feito com recursos de um fundo que inclui 3% dos royalties do petróleo e gás natural, 100% da compensação financeira do setor hidrelétrico destinado ao Estado e uma complementação do governo estadual.

PRAZO

O contrato com os produtores tem duração de três anos. O pagamento é feito a cada ano. Pedro Paulo Vilela, de 59 anos, tem uma das maiores áreas beneficiadas em Alfredo Chaves (ES) – um total de 44,6 hectares – e acaba de ser beneficiado com R\$ 7.236. “Sempre preservei, dá pena derrubar. Já vi até onça ali.” Sua propriedade tem, além de mata, café, banana, aipim e eucalipto. O dinheiro vai ajudar bastante, segundo ele.

“Estou fazendo umas reformas e vou preservar ainda mais. Tomara que continuem como projeto por mais do que três anos.”

Já Aloisio Sgulmaro, de 53 anos, foi um dos primeiros a se cadastrar no programa. Em março deste ano, ele recebeu R\$ 3.995, referente a uma área de 22,26 hectares. “Meu terreno é cercado de água, tem nascentes e passa um rio. E 60% do total é mata”, afirma Sgulmaro.

Ele afirma que usará o dinheiro recebido para tentar aumentar sua produtividade.

Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama), o valor do pagamento por hectare depende da declividade do terreno e também do estágio de conservação da floresta, mas pode chegar a até R\$ 930.

Na primeira bacia reconhecida pelo projeto, a do Rio Benevente, 13 proprietários de Alfredo Chaves estão recebendo pagamento anual de R\$ 36.966,10 para uma área de 272,21 hectares – o que dá um valor médio de R\$ 139,79 por hectare. Ao final do contrato de três anos, serão R\$ 110.898,30 investidos em recuperação da floresta nativa. E outras 40 propriedades da região já foram visitadas e estão em análise para o cálculo do pagamento. A intenção do governo é expandir o projeto para o Estado todo.

INICIATIVA PAULISTA

Em São Paulo também começam a aparecer os programas de PSA. “Quando começamos o projeto de recuperação das matas ciliares no Estado verificamos que as ações de comando e controle não são suficientes. Podemos até multar, mas se o produtor tem retorno negativo, não vai fazer a recuperação da área”, diz Helena Carrascosa, coordenadora de biodiversidade e recursos naturais da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA).

Ela conta que um projeto-piloto está em andamento em Nazaré Paulista e Joanópolis, na bacia do Rio Piracicaba. Os produtores estão em fase de assinatura de contrato e o monitoramento será feito pela Agência Nacional de Águas (ANA). Na primeira chamada houve 12 inscrições e sete propostas foram aprovadas.

As demais não atenderam aos critérios exigidos. A segunda chamada receberá propostas até 4 de novembro. Os recursos para o pagamento virão do comitê de bacia da região.

Carrascosa esclarece que o produtor receberá para executar ações em três linhas. Na primeira, a área já possui floresta e ele vai monitorá-la e conservá-la (proteger de incêndios, por exemplo). Na segunda, vai restaurar florestas em matas ciliares que foram degradadas. E na terceira vai conservar o solo – por exemplo, ao fazer barragens para segurar a água da chuva.

O valor pago por hectare será de no máximo R\$ 125 ao ano para as duas primeiras ações.

A última terá valor máximo de R\$ 75 por hectare ao ano. “Talvez o valor seja baixo. Mas podemos rever e aumentar ao longo do projeto”, afirma ela.

ADICIONAL

André Lima, coordenador de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), ressalta que o PSA precisa vir associado a um programa para melhorar a produção do agricultor e torná-la mais intensiva e sustentável.

O objetivo é que, em 10 ou 20 anos, ele não dependa mais do pagamento.

“OPSA, se for bem-sucedido, é um programa com fim. Por isso, ele deve ser o complemento, não o principal. É um adicional que deve funcionar como um vetor de incentivo para melhorar a produção em áreas já desmatadas”, afirma.

Lima também adverte que os programas de PSA só vão funcionar se houver “governança”, com sistemas de monitoramento para verificar se os serviços ambientais estão sendo prestados.

“É preciso ter transparência e controle.”

No Amazonas, ‘bolsa’ Complementa a renda – Estado de São Paulo- Caderno Especial Vida e Sustentabilidade – 25/09/2009

Nomeio da floresta amazônica, o pagamento por serviços ambientais gera renda para famílias que se comprometem a não desmatar.

No Amazonas, o exemplo mais concreto é a Bolsa Floresta.

O projeto paga famílias e comunidades extrativistas que habitam 14 das 41 unidades de conservação (UC) localizadas no Estado. Os recursos são pagos pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), uma parceria entre o governo do Estado e empresas privadas, como Bradesco, Coca-Cola e Marriot, e que tem à frente o ex-governador Virgílio Viana.

“O desafio é histórico – valorizar os serviços ambientais providos pelas florestas amazônicas. Esse desafio alcança uma nova contemporaneidade por causa das mudanças climáticas”, diz Viana, que ressalta o fato de o projeto ser o primeiro no País a obter a certificação CCBA (Climate, Community and Biodiversity Alliance), de desmatamento evitado na Amazônia, conferido pela certificadora alemã TÜV-SÜD. Na ponta do lápis, 6.144 famílias, cerca de 27,6 mil pessoas, recebem uma complementação de renda mensal de R\$50. Além disso, as associações comunitárias das UCs incluídas no programa recebem por mês R\$ 2,4 mil para fortalecer suas atividades.

O exemplo amazonense inspirou o governo federal, que estuda criar um tipo de Bolsa Floresta para beneficiar famílias, cooperativas e grupos que mantiverem a floresta amazônica em pé. A expectativa é de que o gasto fique em torno de R\$ 400 milhões – cerca de 5% do que é aplicado por ano no programa Bolsa Família. O próprio governo poderia revender os créditos de carbono referentes ao desmatamento evitado para reaver os recursos. “Apresentamos a ideia ao Ministério da Fazenda, gostou do conceito”, disse Tasso Azevedo, consultor do Ministério do Meio Ambiente.

REDD

Após uma reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e governadores da Amazônia, o Brasil começou a reverter sua posição sobre a inclusão do desmatamento evitado no mercado de carbono e já aceita negociar a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD) nos países em desenvolvimento como um mecanismo de compensação para o cumprimento das metas das nações desenvolvidas. A posição que o País levará em dezembro para a cúpula de Copenhague deve ser definida até outubro.

A posição atual do Brasil, defendida nas negociações preparatórias da ONU para Copenhague, é contrária ao REDD como mecanismo

compensatório. Mas os Estados amazônicos acreditam que o mercado será estimulado se os créditos forem compensatórios. ●

‘PIB não garantirá qualidade de vida’

Parapesquisador da área de economia ecológica, o Brasil precisa seguir o exemplo da Costa Rica e pagar pela preservação

Cuidar das nascentes garante a qualidade de água. No Amazonas, ‘bolsa’ complementa a renda. O que é? Produtores rurais não pagam para que conservem as nascentes de água de suas propriedades.

São incentivados a recompor áreas degradadas e a reduzir o uso de agrotóxicos nas lavouras. O que é? Populações das unidades de conservação do Amazonas recebem complementação de renda, o Bolsa Floresta, para quem não derrubam mata e fazem extrativismo sustentável. 13 proprietários de Alfredo Chaves estão recebendo pagamento anual de R\$36.966,10. 40 terrenos da região foram visitados e estão em análise para entrar no projeto ‘PIB não garantirá qualidade de vida’.

Robert Costanza, pesquisador de economia ecológica na Universidade de Vermont (EUA), diz que não haverá um “sacrifício” da economia ao levar mais em conta o ambiente. Isso porque, segundo ele, um PIB alto não garantirá a qualidade de vida no futuro, e sim os serviços ambientais, como o suprimento de água e a regulação do clima. Costanza participou do 6º Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (CBUC), em Curitiba, nesta semana.

Porque é importante pagar por serviços ambientais?

É importante para reconhecer que a verdadeira economia é aquela que apoia a sobrevivência das pessoas e vai muito além do mercado. Hoje, estamos focados no consumo, em bens e em serviços medidos pelo PIB e perdemos o controle de outras coisas que contribuem para a nossa qualidade de vida.

Em qual exemplo o Brasil deve se espelhar?

OPSA conseguiu reverter a tendência de desmatamento na Costa Rica. Isso poderia ser feito na Amazônia. Os fazendeiros e donos de terra na Costa Rica hoje ganham mais ao preservar do que se fossem desflorestar e colocar gado.

Quais os cuidados necessários?

Não se deve focar em apenas um serviço ambiental. É melhor criar um mecanismo que equilibre os serviços de sequestrar carbono, preservar a biodiversidade e suprir água.

Na Amazônia, desmatamento cai 34% - O Globo – O País – 25/09/2009

Mas derrubada ainda foi equivalente à metade do município do Rio em agosto SÃO PAULO e BRASÍLIA. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgou ontem que o seu sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), baseado em levantamento de satélites, constatou desmatamento de 498 km² da floresta amazônica em agosto, área equivalente a cerca de metade do município do Rio. Comparado com o mesmo período do ano passado, quando 756 km² de florestas foram derrubados, houve queda de 34%.

Dos 498 km² de destruição, 301 km² ocorreram no Pará, 105 km² no Mato Grosso e 51 km² em Rondônia. Nos demais estados da Amazônia, o desmatamento chegou a 41 km².

Com a maior parte dos dias de tempo bom, os satélites puderam fazer uma boa leitura da área. Apenas 17% da região estavam cobertos por nuvens.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse estar certo de que este ano o país vai registrar a menor perda florestal das últimas duas décadas: — Vamos ter o menor desmatamento dos últimos 21 anos, seguramente abaixo de nove mil km². Mas o nosso menor desmatamento ainda é muito grande.

Eu não comemoro.

Segundo ele, a queda de 34% registrada em agosto é fruto de operações de Ibama, Polícia Federal e Força Nacional contra o desmatamento.

— Essa queda é real. Esse resultado tem sido obtido pela intensidade das operações.

Estamos asfixiando os desmatadores.

Tava muito mole. A gente tem que trabalhar para que o crime não compense.

Desde março de 2008, foram instalados 214 inquéritos. Levantamento da PF mostra que, no Pará, desde março de 2008, foram apreendidos 93,936 mil m² de madeira ilegal e instaurados 214 inquéritos policiais para apurar crimes ambientais.

No país, foram apreendidos 200 mil m² de produtos madeireiros.

As maiores concentrações de desmatamento estão no sul do Pará, ao longo das rodovias PA150, Transamazônica e BR-163.

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) diz que houve desmatamento de 22,5 mil km² na região entre 2000 e 2008, área equivalente a metade do Estado do Rio. Para o Imazon, reina a impunidade: queimadas, desmatamentos ou exploração ilegal de madeira teriam gerado cerca de R\$ 21 milhões em multas, mas apenas pequena parte foi paga.

Minc criticou ontem o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que acusa o Ibama de conceder licenças ambientais por pressão política: — Li o relatório de trás pra frente e não tem nada disso. Não tem um caso concreto

Desmatamento da Amazônia em agosto cai 35% - Valor Econômico – Brasil – 25/09/2009

O desmatamento na Amazônia atingiu em agosto pelo menos 498 quilômetros quadrados (km²) de floresta. A área equivale a quase metade do município do Rio de Janeiro. Os dados são do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) e foram divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Em comparação com o resultado de agosto de 2008, quando 756 km² foram desmatados, houve redução de 35%. Os dados já haviam sido divulgados pela manhã pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. "Nunca comemoro os dados, porque desmatamento nunca é bom, mas é uma queda acentuada. Além disso, agosto é um dos meses críticos de desmatamento na Amazônia", afirmou.

De acordo com Minc, o Pará se manteve na liderança do desmatamento e foi responsável pela derrubada de cerca de 300 km² de floresta em agosto.

Os satélites do Inpe registraram 105,2 km² de desmate em Mato Grosso e 50,9 km² em Rondônia, Estados em que não houve cobertura de nuvens no período. No

Amazonas, o Inpe observou 21,7 km² de novas derrubadas e no Acre, 6,3 km². Amapá, Maranhão, de Roraima e do Tocantins tiveram desmates menores que 5 km².

Em toda a Amazônia Legal, a área livre de nuvens correspondeu a 83% da região. "O Amapá foi o Estado que apresentou a menor oportunidade de monitoramento, pois apresentou um índice de cobertura de nuvens de 64% no período", destaca o relatório. A medição considera as áreas que sofreram corte raso (desmate completo) e as que estão em degradação progressiva. O sistema serve de alerta para as ações de fiscalização e controle dos órgãos ambientais.

O desmate medido em agosto não será levado em conta na taxa anual de desmatamento para o atual período (2008/2009). O total, calculado pelo Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal, vai considerar o desmate entre agosto de 2008 e julho de 2009. A estimativa do governo é de que o resultado seja o menor dos últimos 20 anos.

Bancoc sedia reunião de clima- Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 28/09/2009

Começa hoje em Bancoc, na Tailândia, a penúltima reunião de negociação entre os países antes da Convenção do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), em Copenhague. Faltam 70 dias para a Dinamarca, que tem como objetivo principal chegar a um consenso sobre as metas de redução de emissão de gases-estufa que os países desenvolvidos deverão assumir para o segundo período do Protocolo de Kyoto. A primeira fase do acordo acaba em 2012.

A expectativa é que 2,5 mil pessoas participem do encontro em Bancoc, divididas em delegações de governos, representantes da indústria, organizações ambientais e de pesquisa. Elas trabalharão para consolidar o texto do acordo que deverá ser fechado em Copenhague.

ENSAIO

Na semana passada houve um aquecimento para a convenção do clima durante a reunião da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York. Os presidentes dos Estados Unidos e da China, países que não são signatários de Kyoto e respondem por cerca de 40% das emissões globais de dióxido de carbono, afirmaram que farão esforços para reduzir as taxas.

Mesmo sem a apresentação de metas concretas de redução das emissões, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, mostrou-se otimista ao final do evento. "Fiquei impressionado ao saber que um número crescente de líderes estão dispostos a ir além da perspectiva puramente nacional. Vocês se comprometeram a continuar empenhados até que um acordo seja selado em Copenhague."

Ainda há, no entanto, muitos impasses. As nações industrializadas desejam que os principais países em desenvolvimento, como China, Índia e Brasil, comprometam-se a reduzir sua curva de crescimento das emissões de CO₂. Outro problema é que os EUA ainda não aprovaram a lei nacional de energia e clima no Senado. Antes disso, é difícil esperar um compromisso forte do governo americano, que não quer repetir o erro de Kyoto, em que o acordo não foi ratificado por divergências de parlamentares com o governo.

Jonathan Pershing, negociador dos EUA, duvida que hajatempoparaaprovaralegislação até Copenhague, mas afirmou que isso não impediria um acordo global, desde que fosse observado “um sinal do Senado que a lei está avançando”.

Governo Lula é refratário a metas de clima, diz Marina – Folha de São Paulo – Brasil – 28/09/2009

Ao participar de uma caminhada com cerca de 500 militantes do partido na zona sul do Rio, a senadora Marina Silva (PV-AC) disse que há "posições refratárias" no governo Lula para a adoção de metas para redução de emissão de gases poluentes. Ela cobrou que o governo divulgue sua proposta de metas para o clima e defendeu que os países em desenvolvimento tenham compromisso equivalente à metade do que é cobrado dos países desenvolvidos. "Nós não podemos ser surpreendidos em Copenhague com a proposta brasileira." Chefes de governo de todo o mundo vão se reunir em dezembro na Dinamarca para definir o novo acordo de proteção do clima. Ouvindo em diversos momentos o grito "Brasil urgente, Marina presidente", ela afirmou se sentir "honrada" por ser a "pré-candidata prioritária" do PV. Mas afirmou que a candidatura só será decidida em 2010. Acompanhada do deputado Fernando Gabeira (PV), que obteve quase 70% dos votos na zona sul nas eleições municipais, quando foi derrotado por Eduardo Paes, Marina era disputada por militantes e banhistas que buscavam uma foto. Na metade da passeata, o vereador verde Alfredo Sirkis pediu para que os gritos de campanha fossem abolidos. "Temos um fiscal do TRE aqui. Campanha presidencial só no ano que vem." (ITALO NOGUEIRA)

Pausa térmica atrapalha acordo do clima – Andrew Revkin – Folha de São Paulo – Ciência – 28/09/2009

Os líderes mundiais que se reúnem para discutir a mudança climática estão diante de um desafio intrincado: assinar em dezembro, em Copenhague, um tratado de combate ao aquecimento global num momento em que temperaturas estão relativamente estáveis há uma década e podem até cair nos próximos anos. Essa estabilização tem sido citada por céticos como "prova" de que a ameaça da crise do clima é exagerada. Especialistas na área temem que isso possa adiar as negociações sobre o tratado e atrasar o progresso de legislações para limitar as emissões de CO2 nos EUA.

Cientistas afirmam que o padrão da última década, após um aumento bastante acentuado nas temperaturas médias globais nos anos de 1990, é resultado de variações cíclicas nas condições dos oceanos e não tem ligação com os efeitos de aquecimento a longo prazo dos gases do efeito estufa que se acumulam na atmosfera. No entanto, tentar comunicar tais nuances científicas ao grande público e aos responsáveis pela elaboração de políticas públicas sobre clima pode ser frustrante, dizem eles.

Confusão

a

frio

Mojib Latif, cientista de climas e oceanos, vencedor de prêmios na área, do Instituto Leibniz de Ciências Marinhas da Universidade de Kiel, na Alemanha, escreveu um artigo no ano passado postulando que mudanças cíclicas nos oceanos poderiam manter as temperaturas relativamente estáveis na próxima década, apesar do crescimento da emissão de gases do efeito estufa. Entretanto, Latif diz ter sido recebido com confusão e raiva quando tentou descrever essa variação normal no clima, mesmo sem negar o perigo do aquecimento global a longo prazo. "As pessoas me entendem, mas depois acabam dizendo: "não acreditamos em nada"."

Outros climatólogos contestam Latif, dizendo que o clima não pode ser previsto de forma precisa numa escala de tempo tão curta, embora concordem que, uma hora ou outra, períodos de resfriamento ocorrem. Salientando justamente a existência de pouco esclarecimento em relação às flutuações de temperatura a curto prazo, cientistas britânicos, em artigo publicado em agosto, projetaram "o fim desse período de relativa estabilidade", com metade dos anos entre hoje e 2015 excedendo as temperaturas globais recordes de 1998. Seja lá o que estiver por vir na próxima década, críticos do aquecimento global não deixam de usar a atual estabilidade na temperatura como argumento para seu ponto de vista.

Recorte

cético

"Acho que isso respalda os argumentos dos que questionam qual é a pressa em estabelecer políticas sobre o tema", disse Patrick Michaels, climatólogo ligado ao Instituto Cato, grupo que se opõe à maioria das soluções regulamentares para problemas ambientais.

A recente estabilidade das temperaturas globais aparece regularmente em posts de blogs contestando a realidade do aquecimento global. Defensores do novo acordo do clima questionam esse raciocínio. Em seu blog Climate Progress, Joseph Romm, físico do Centro Liberal para o Progresso Americano, escreveu que as afirmações por parte de céticos sobre o resfriamento planetário são "nonsense". O registro dos últimos anos com temperatura estável é particularmente notável, pois se seguiu a uma oscilação de temperaturas estranhamente frias para outras extremamente quentes na década de 1990, disse Vicky Pope, do Met Office, a agência britânica de clima.

A erupção do vulcão Pinatubo, em 1991, nas Filipinas, teve uma influência no resfriamento, pois detritos ejetados bloqueiam radiação solar. Depois, em 1998, um El Niño no Oceano Pacífico deflagrou um período recorde de calor. A temperatura média global está agora só 0,07C maior que em 1991, diz o Met Office. Temporadas de tempestades pouco notáveis se seguiram à série destrutiva de 2004 e 2005, que incluiu o furacão Katrina. No Ártico, uma retração extraordinária do gelo marinho no verão de 2007 se seguiu de perdas menores depois.

Ciência

contra

a

inércia

A maioria dos climatólogos está mantendo suas projeções para este século sobre aumento do nível do mar e outros problemas, caso os humanos não tomem as medidas necessárias. Na semana passada, Rajendra Pachauri, presidente do IPCC (painel do clima da ONU) disse em discurso que "a ciência não nos dá espaço para a inércia". O artigo britânico, publicado em agosto no "Bulletin of the American Meteorological Society", reforça Pachauri. Embora conclua que haja uma chance em oito de termos

uma pausa de uma década no aquecimento com a atual estabilização (mesmo com crescentes concentrações dos gases-estufa), a chance de ocorrer uma pausa de 15 anos são só de uma em vinte. Para alguns sociólogos, a vulnerabilidade do público a argumentos dos céticos não é surpresa. Fazer pessoas se importarem com a ameaça climática que está a décadas de distância já é difícil, afirmam eles, sem acrescentar a excentricidade de ciclos climáticos naturais.

Robert Brulle, da Universidade Drexel, diz que o aquecimento global continua sendo uma abstração para muitas pessoas. "Isso não tem o impacto visual ou emocional de ver aves marinhas cobertas de petróleo, como no derramamento do Exxon Valdez", afirma.

Lula defende uso de florestas no combate ao aquecimento – Fábio Zanini - Folha de São Paulo – Ciência – 28/09/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem na Venezuela que a existência de florestas nos países tropicais seja usada como trunfo nas negociações do novo acordo do clima. "Quem tem novidade para oferecer ao mundo são exatamente os países do sul [África e América do Sul]. Precisamos fazer disso uma vantagem comparativa", afirmou Lula, após reunião de cúpula com presidentes dos dois continentes.

"Se nós chegarmos a Copenhague com o quadro real da quantidade de emissões de gases de cada país -qual a matriz energética, quanto polui, quanto sequestra- vamos perceber que o sul emite muito menos e já sequestra [retém] muito mais.", disse. "Aí você vai criar uma valorização nos países que resolverem colocar as suas florestas à disposição do mundo para sequestrar carbono." Lula apoiou a ideia de países ricos criarem um fundo para ajudar a combater o desmate, mas cobrou ação direta. "Eles não estão assumindo o compromisso de quanto vão deixar de emitir de gases de efeito estufa", disse. **(FÁBIO ZANINI)**

Ibama quer retirar cem mil bois da Floresta Amazônica - Jailton de Carvalho – O Globo – O País – 28/09/2009

Objetivo é evitar desmatamento de áreas de preservação

BRASÍLIA. Numa tentativa de conter o avanço da pecuária sobre vastas áreas da Floresta Amazônica, fiscais do Ibama planejam apreender ou forçar a retirada de aproximadamente cem mil bois que estão sendo criados em áreas de preservação ambiental na fronteira entre Mato Grosso e Pará, mais especialmente no município de Novo Progresso. A partir da chamada Operação Boi Pirata II, os fiscais já apreenderam 900 bois nelore e aplicaram nada menos do que R\$ 100 milhões em multas em fazendeiros que estão derrubando longos trechos da floresta para formar pastagens.

Na mesma operação, iniciada em junho, os fiscais notificaram proprietários a retirar de áreas de preservação 22 mil bois. A ação surtiu efeito parcial.

Até o momento, sete mil cabeças de gado foram vendidas ou transferidas para fazendas com pastagens regularizadas. Os donos de outros 15 mil bois piratas, conforme classificação do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, estão de sobreaviso. Se não forem removidos em 30 dias a partir da emissão da notificação, estarão sujeitos a apreensão. O Ibama já está alugando caminhões para recolhê-los.

Essa é a maior ofensiva dos fiscais contra a abertura de fazendas de criação de gado na Amazônia. Eles descobriram manadas em áreas de preservação a partir de análise de imagens do desmatamento na região obtidas por satélites, fazendo cálculos do rebanho que está em situação irregular. O gado apreendido será doado a programas sociais do Fome Zero.

Os fiscais descobriram a conversão de vastas extensões de floresta em pastagens quando o Ibama celebrava a redução recorde dos índices de desmatamento na Amazônia. Apesar da queda, eles notaram que na região de Novo Progresso, no Pará, a devastação seguia em ritmo acelerado. Só no município e arredores foram contabilizados mais de 600 mil bois. A formação de pastagens seria hoje um dos principais motivos do desmatamento na Amazônia.

Brasil vai acelerar monitoramento de CO2 – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 29/09/2009

Rede de pesquisa fará cálculo de emissões de gases-estufa pelo país, tarefa que antes era encomendada por ministério

Inventário atual, porém, não ficará pronto a tempo para a conferência que vai negociar novo acordo global do clima, em dezembro

A partir de 2010, o documento que detalha a emissão de gases do efeito estufa pelo Brasil deverá sair com mais frequência e ser mais transparente. O levantamento mais completo já feito sobre o tema, porém, não ficará pronto para a COP-15 -a conferência do clima de Copenhague, em dezembro, que negociará o novo tratado de combate ao aquecimento global.

O inventário brasileiro de emissões de gases do efeito estufa, atribuição hoje do MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia), é um documento compulsório que o Brasil precisa entregar como membro da UNFCCC, a convenção do clima das Nações Unidas. O relatório atual, que está nos estágios finais de produção, deve cobrir todas as fontes de emissões brasileiras -indústria, agricultura, energia, desmatamento etc.- de 1990 a 2000. "As pessoas dizem que é preciso ter inventário para a COP-15, mas a COP-15 não tem discussão de inventário", diz José Miguez, coordenador-geral de Mudança Global do Clima do MCT. A pressa em ter um documento a ser mostrado em Copenhague -que parte de cientistas e ambientalistas- pode comprometer a qualidade do relatório, diz o engenheiro.

Analista de pesquisa da Petrobras cedido ao MCT desde 1994, Miguez é, há quatro governos, o principal formulador da política brasileira de clima. Ele é atacado por ambientalistas pelas posições do Brasil na área, consideradas retrógradas. Em entrevista à Folha, Miguez criticou a iniciativa do Ministério do Meio Ambiente de produzir um relatório informal estimando o perfil brasileiro de emissões até 2008. O levantamento apontou que a recente queda no desmatamento teve um efeito bom, mas mostrou que a produção de energia no país se tornou 30% mais suja. "Esse inventário [do MMA] não tem nenhuma confiabilidade", diz o cientista. "O inventário do Brasil quem faz é o MCT. Nós temos o prazo até o ano que vem para apresentar, podendo atrasar um ano." Segundo Miguez, o dado do Meio Ambiente é impreciso porque não inclui a adoção de medidas do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. "No setor químico, a gente já está com emissão zero de N2O [um dos gases-estufa], e eles não colocaram." Segundo Miguez, a necessidade de tempo para o inventário é questão de qualidade, e

não uma estratégia do Brasil de esconder informação para ganhar poder de negociação.

Transparência

Os dados que são usados no documento, de um jeito ou de outro, ganharão mais transparência a partir do ano que vem. Em uma decisão já confirmada pelo ministro Sergio Rezende (Ciência e Tecnologia), a coleta da maior parte dos dados usados no inventário será feita pela Rede-Clima, um consórcio federal de pesquisa criado em 2007, que promete disponibilizar seus dados na Internet. Segundo Carlos Nobre, climatólogo do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que lidera a iniciativa, pesquisas que precisavam antes ser encomendadas pelo MCT serão feitas regularmente agora por instituições da rede. A Embrapa será encarregada de contar as emissões no setor agrícola, a UFRJ no setor de energia, o Inpe no desmatamento e a Cetesb no manejo de resíduos. Todos os dados serão divulgados assim que estiverem revisados, diz Nobre. "Precisamos parar com esse negócio de o inventário ser um produto em si próprio, uma letra morta", diz. Ele nega, porém, que a entrada da Rede-Clima seja uma ruptura com a política do MCT. "Não vamos reinventar a roda, mas aproveitar o que já foi feito", diz. Para Rezende, o inventário será "mais rápido e mais confiável" por envolver mais cientistas.

Nobre estima que será possível o Brasil recolher dados suficientes para relatar suas emissões de modo completo à UNFCCC a cada três anos, mesmo que isso não seja compulsório. A atribuição de formatar o relatório para a convenção, porém, continua com o MCT, que produziu dois inventários num espaço de 15 anos.

Crise freia emissões de exportações – Folha de São Paulo – Ciência – 29/09/2009

A queda das exportações brasileiras em decorrência da crise financeira fez o Brasil lançar 9,7 milhões de toneladas de gás carbônico a menos na atmosfera, segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). As emissões evitadas na crise equivalem a quase 1% das emissões totais do país. O trabalho calculou a redução de emissões de agosto de 2008 a junho de 2009. O estudo ficou restrito aos principais produtos de exportação. Os impactos mais significativos foram da indústria de ferro e aço. No período de 11 meses, a queda nas exportações teria evitado a emissão de 7,5 milhões de toneladas de CO₂.

A indústria automobilística aparece em segundo lugar. Considerando apenas as exportações de automóveis, 1,8 milhão de toneladas de carbono deixaram de ser lançadas.

Segundo o coordenador do estudo, José Aroudo Mota, não há dados disponíveis para estimar a queda total das emissões nacionais. (MARTA SALOMON)

Aquecimento acelerado – O Globo – Ciência – 29/09/2009

Efeitos extremos das mudanças no clima podem vir já em 2050

O mundo pode sofrer os efeitos mais extremos das mudanças climáticas bem antes do que o previsto. Caso as emissões de CO₂ não sejam reduzidas o mais breve possível, a Terra pode ter uma elevação de 4 graus Celsius até 2050, com consequências devastadoras. Esse cenário é descrito no mais grave alerta já divulgado sobre o

aquecimento global desde que o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) estimou, em 2007, que a temperatura do planeta poderia subir entre 1,8 e 4 graus até o fim deste século. O novo estudo confirma que esse fenômeno pode acontecer, só que 50 anos antes e com efeitos locais mais extremos.

A pesquisa — feita pelo Centro Hadley, do Reino Unido, um dos mais respeitados centros de pesquisas sobre o clima do mundo — coincide com a última rodada de negociações sobre o aquecimento global, iniciada ontem, em Bangcoc, na Tailândia. Ela precede a reunião de cúpula da ONU, em dezembro, em Copenhague, na Dinamarca, quando o mundo deverá acertar um novo acordo para substituir o Protocolo de Kioto, que expira em 2012.

— Nossos resultados mostram padrões similares aos do IPCC, mas revelam a possibilidade de que mudanças extremas possam acontecer mais cedo — disse Debbie Hemming, uma das autoras da pesquisa, divulgada durante uma conferência sobre mudanças climáticas na Universidade de Oxford.

No estudo, foram compilados novos dados sobre o clima a partir de análises sobre o ciclo do dióxido de carbono e de informações atualizadas das emissões de países emergentes, como China e Índia, que estão entre os cinco maiores poluidores do mundo.

Tempo para ação reduzido à metade

Entre os efeitos de tamanha elevação da temperatura, relata o estudo, está o desaparecimento de metade das plantas e animais do planeta.

Secas severas se abateriam sobre África, América Central e Mediterrâneo, entre outros locais, afetando a oferta de água, a segurança alimentar e a saúde da população. Haveria também aumento de 20% do nível das precipitações na Índia, piorando o risco de enchentes.

As conclusões da pesquisa, dizem os cientistas, reduzem pela metade o tempo disponível para ação.

Elas abalam também a crença de que alguns dos piores efeitos das mudanças no clima só vão ser sentidos pelas gerações futuras.

Minc defende fundo contra desertificação - Janaína Figueiredo – O Globo – Ciência – 29/09/2009

BUENOS AIRES. O Brasil ainda está muito tímido e deveria ter tido um protagonismo maior durante a cúpula de mudanças climáticas realizada semana passada nas Nações Unidas.

A opinião é do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que chegou ontem a Buenos Aires para participar da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (COP-9), que termina no dia 2.

— Em termos de energias renováveis, estamos muito avançados e temos de começar a mostrar isso ao mundo — disse Minc.

Embora tenha elogiado o discurso do presidente Lula na assembleia anual da ONU, o ministro lamentou que a China tenha se destacado na reunião “quando o Brasil tem grandes números e avanços para apresentar”.

— A desertificação é um problema grave para nosso país, já que temos a região semiaárida mais habitada do planeta, o Nordeste, onde vivem aproximadamente 30 milhões de pessoas — afirmou o ministro.

Segundo ele, “com a previsão otimista de um aumento de apenas 2 graus Celsius na temperatura do planeta até o fim deste século, o Nordeste perderia um terço de sua economia”.

— Temos uma das regiões mais vulneráveis a mudanças climáticas do mundo — alertou Minc.

O ministro lembrou que, além do Nordeste, outras regiões do Brasil, entre elas a Baixada Fluminense, são vítimas da desertificação.

Um dos objetivos do Brasil nesta cúpula é convencer os demais países que participam das negociações, sobretudo França e Alemanha, cujos governos são considerados mais “sensíveis” aos dramas das nações menos desenvolvidas, a criarem, na reunião de Copenhague, em dezembro, um fundo de US\$ 400 bilhões para mudanças climáticas, dos quais US\$ 150 bilhões deveriam ser usados em regiões afetadas pela desertificação.

Cálculo de emissão do país divide governo - Claudio Ângelo – Folha de São Paulo – ciência – 30/09/2009

Criticado por representante da Ciência e Tecnologia, Carlos Minc ataca "obscurantismo" da pasta na questão do clima

Para ministro do Meio Ambiente, "terceiro escalão" do MCT tenta barrar política de redução de emissões que seu ministério quer adotar

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, criticou ontem o MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia) por aquilo que ele chamou de visão "obscurantista" do "terceiro escalão" da pasta em relação às posições brasileiras sobre mudança do clima. Minc respondeu a críticas feitas pelo coordenador-geral de Mudança Global do Clima do MCT, José Miguez, sobre a divulgação, pelo Meio Ambiente, de estimativas preliminares de emissões de gases de efeito estufa do Brasil. Em entrevista à **Folha** anteontem, Miguez disse que o cálculo de emissões apresentado por Minc no mês passado "não tem nenhuma confiabilidade", por não incluir as ações de redução de emissões contempladas no MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) do Protocolo de Kyoto e outros gases, como o N₂O. Afirmou também que o segundo inventário oficial de emissões do Brasil, cuja produção ele coordena, não ficará pronto a tempo de ser apresentado na conferência do clima de Copenhague, a COP-15, em dezembro: "A COP-15 não tem discussão de inventário". O MCT é oficialmente o órgão que formula as políticas de clima do Brasil, e tem protagonizado brigas com o Meio Ambiente por sua posição contrária a metas de redução de emissões para países pobres. Nos últimos meses, as duas pastas se bateram sobre questões como a redução de emissões por desmatamento e a compensação ambiental para usinas termelétricas. Segundo Minc, Miguez teria ameaçado ir à Justiça para barrar uma resolução que determina que usinas térmicas plantem árvores para compensar emissões. O próximo inventário de emissões do Brasil é o novo foco de disputa. Hoje, a única contabilidade oficial é de 2004 e se refere às emissões de 1994. O inventário seguinte, que estava sendo esperado para este ano, teria como referência as emissões de 2000. Minc considera a defasagem grande, e encomendou uma estimativa das emissões de 2008. É com base nela que a área ambiental espera produzir a proposta de redução que o Brasil apresentará em Copenhague. O MCT se opõe, dizendo que os números são imprecisos.

Minc rebate, dizendo que sua conta abarca 92% das emissões brasileiras e que as

reduções do MDL representam "menos de 5% do problema". "Ele [Miguez] está escondendo uma coisa, que é o grande atraso da produção desse inventário", disse Minc à **Folha**. "Isso de ele dizer que não é objeto obrigatório da COP-15 não resolve, porque todas as discussões que estamos tendo para definir a posição brasileira de redução dependem de uma estimativa de emissões. A gente vai reduzir em função de quê? Dos dados de 1994?"

Sub do sub
"Daqui a pouco a gente não faz inventário porque não é obrigado, não faz tal coisa por causa do MDL. Daqui a pouco a política brasileira do clima é uma coisa que ficou circunscrita a um terceiro escalão que se agarrou à questão do MDL e tem uma visão nacionalista dos anos 1950", continuou Minc. Segundo o ministro, o grupo do MCT se opõe a "tudo o que a gente faz para diminuir emissões". "É um atraso de vida que está brecando o avanço da posição brasileira. É um terceiro escalão enraizado, que está travando a discussão do clima e amesquinhando, impedindo que o Brasil avance." Procurado pela **Folha**, Miguez, que está na Tailândia, não havia comentado as declarações de Minc até o fechamento desta edição.

Meta obrigatória Brasil se comprometerá a reduzir queimadas em 80%, diz Minc - Janaína Figueiredo – O Globo – Ciência – 30/09/2009

O Brasil pretende assumir o compromisso "externo e obrigatório" na Conferência sobre Mudança Climática das Nações Unidas, que será realizada em dezembro, em Copenhague, de reduzir em cerca de 80% o desmatamento na Amazônia, até 2020. A posição do governo Lula foi antecipada ontem pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, em seu segundo e último dia de participação na Convenção da ONU para o Combate à Desertificação (COP-9), que começou em 21 de setembro e termina sexta-feira.

— Será um compromisso do Brasil com o mundo — disse Minc, que, no próximo dia 13, se reunirá com o presidente Lula para definir outras metas a serem apresentadas pelo Brasil em Copenhague.

Corte é de 5 bilhões de toneladas de CO₂

O ministro lembrou que atualmente o governo tem uma meta "interna e voluntária" de redução de 70% do desmatamento na Amazônia até 2017.

De acordo com cálculos do Ministério do Meio Ambiente, hoje o desmatamento representa de 60% a 64% das emissões brasileiras de gases que provocam o efeito estufa.

— Uma redução de 80% representa em torno de 5 bilhões de toneladas de gás carbônico, volume que é muito significativo e supera a soma do que foi comprometido pelos países que assinaram a declaração de Kyoto — destacou Minc, um dos mais aplaudidos no plenário de ontem.

Até agora o país vinha se recusando a adotar metas compulsórias. Se a proposta de Minc se confirmar, representa uma grande mudança de postura do governo para a reunião do clima.

O governo brasileiro também está elaborando metas para reduzir a taxa de crescimento das emissões totais, mas os números ainda não foram fechados.

O trabalho está sendo realizado em parceria com o Ministério da Fazenda e com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

— No caso do Brasil, a ideia é diminuir o ritmo de crescimento das emissões.

Bate-boca marca discussões sobre novo Código Florestal – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 30/09/2009

Uma manobra da bancada ruralista e a reação estridente de parlamentares ambientalistas transformou ontem a primeira reunião da comissão especial do novo Código Florestal em um festival de xingamentos, gritarias e ameaças que quase levou os deputados à agressão física.

Dedos em riste, os ambientalistas protestaram contra a formação da chapa que conduzirá os debates sobre a revisão das regras ambientais do país. Com o aval do presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), os ruralistas incluíram o deputado Sarney Filho (PV-MA) como 1º presidente da comissão. O líder dos "verdes", Edson Duarte (BA), estrilou, rejeitando qualquer acordo para legitimar a direção dos trabalhos. "Todo mundo já sabe o que se quer aprovar aqui. E não vamos participar desse teatro", gritou. "Não fiz acordo com ninguém, não indiquei ninguém, e o deputado Sarney também não concordou com isso".

A reunião havia sido transferida de um amplo auditório para a menor sala das comissões. A estratégia, acusaram os ambientalistas, era esvaziar a sessão para garantir o controle dos trabalhos.

Constrangidos, os ruralistas passaram a defender a suspensão da sessão de instalação. "Vamos ter calma, buscar o acordo", pregou Waldemir Moka (PMDB-MS). Mesmo assim, a manobra foi interpretada pelos ambientalistas como uma forma de "tratorar" a oposição à revisão do Código Florestal. Na prática, o embate reproduziu as divergências inconciliáveis dentro do governo entre os ministros Carlos Minc (Meio Ambiente) e Reinhold Stephanes (Agricultura).

O impasse provocou a ira dos ambientalistas, que montaram uma "blitz" com parlamentares de esquerda ligados a movimentos sociais para questionar a decisão. A deputada Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) reclamou da composição da chapa. "Eles querem fazer as coisas na surdina, mas vão ter que nos enfrentar antes", prometeu. Em seguida, o líder do PSOL, Ivan Valente (SP), e o deputado José Genoino (PT-SP) tentaram falar como "líderes", o que lhes garantiria precedência e prioridade sobre os demais. Sob pressão dos ruralistas, o presidente da reunião, Valdir Colatto (PMDB-SC), decidiu encerrar a sessão de instalação.

A nova manobra desatou protestos e acirrou os ânimos dos dois lados. Sob ameaças de "denúncia internacional" da manobra pelos ambientalistas, os ruralistas reagiram afirmando que as indicações dos nomes da chapa foram feitas em reunião prévia dos líderes com o presidente Michel Temer. Aos gritos, Genoino esbravejou e passou a acusar os ruralistas de "golpe" na comissão. "Aqui, não é um fazendão. Vocês não estão tratando com boi", gritou. O deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS) levantou e passou a insultar Genoino: "Sem vergonha. Querem vender o Brasil para essas ONGs internacionais". Sob os holofotes, e aos berros, Genoino retrucou: "Aqui não passa trator. Os líderes não foram ouvidos. É bom para a imprensa registrar". O tumulto contagiou todos os 20 deputados presentes. "Você chegou agora", berrou Marcos Montes (DEM-MG) para Valente. "Esse presidente interino cassou a palavra de um líder", retrucou o líder do PSOL. "Ele se exaltou para aparecer na TV. A minoria tem que respeitar a maioria", gritou Valdir Colatto.

País levará a Copenhague uma proposta concreta de corte na 'curva' de emissões - Mauro Zanatta – Valor econômico – Brasil - 30/09/2009

Sob os apelos de empresários e cientistas, o governo brasileiro decidiu levar à reunião da cúpula sobre mudanças climáticas da ONU, em Copenhague (Dinamarca), uma proposta concreta de corte na chamada "curva" de emissões de gases causadores do efeito estufa. A "oferta" brasileira aos países industrializados será inverter, a partir de 2020, a curva ascendente das emissões nacionais com base na projeção de 2 toneladas a 2,2 toneladas anuais de dióxido de carbono (CO₂) equivalente.

"Nossa ideia não é levar metas quantificadas absolutas, mas metas para reduzir o desmatamento e a intensidade das emissões de carbono, como a adoção de um 'aço verde', fabricado com madeira de reflorestamento, por exemplo", afirmou a secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Suzana Kahn Ribeiro. "Temos sido conservadores e cautelosos com números. Estamos atrás de 'desvios' factíveis nesta curva de emissões".

Em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, a secretária defendeu "metas intermediárias ousadas" já para 2020, e não só para 2050, porque seria "mais fácil", segundo ela. "Precisamos saber o custo da mitigação e explorar oportunidades de negócios", disse. Mas colocou em dúvida os benefícios financeiros imediatos, como o mecanismo de Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação (Redd).

"A arquitetura financeira está muito aquém. Falta definição de como fazer o fluxo dos ricos para emergentes. Na contrapartida financeira, temos que dar satisfação e abrir para verificação externa. E para o Redd não tem tanto dinheiro lá fora. É uma sensação equivocada", afirmou Suzana.

Em resposta aos questionamentos de parlamentares, a secretária cobrou a adoção de metas de redução das emissões dos países desenvolvidos. "Eles devem reduzir entre 25% e 40% e os países em desenvolvimento adotariam políticas para reduzir desmatamento, por exemplo".

Vice-presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), a secretária admitiu que uma proposta mais robusta do governo é "questão de sobrevivência" para as empresas nacionais, que temeriam "perder a vantagem" de oferecer produtos feitos com baixas emissões de carbono. "Mas queremos uma transição suave", disse.

Suzana fez, ainda, um apelo pela aprovação, no Congresso, do fundo que garantiria a destinação de 10% dos royalties do petróleo em ações de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas no Brasil. O projeto de lei está parado na Câmara desde junho de 2008. "Ficaríamos bem na foto em Copenhague se tivéssemos esse fundo. Seria a demonstração do uso de meios internos e de uma proposta original", afirmou aos deputados presentes.

A secretária defendeu, ainda, a adoção de metas de concentração de gases do efeito estufa na atmosfera, uma iniciativa da União Europeia. Os europeus querem fixar um limite de 450 partes por milhão em volume equivalente (ppm) de CO₂ até o fim deste século. Hoje, esse concentração já atinge 380 ppm, segundo Suzana. "Sem isso, ficaríamos sem uma referência, sem saber o quanto ainda se pode avançar", afirmou. Mas há divergências internas no governo. O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) argumenta que essa meta traria constrangimentos ao Brasil, já que 80% da concentração adicional permitida seria dos países ricos.

"O Brasil teria que disputar 20% com todos os demais países", afirmou o coordenador de Mudanças Climáticas do MCT, Adriano Santhiago de Oliveira. Os países emergentes teriam 24 ppm das 70 ppm adicionais, segundo ele. "E teríamos que dividir com China e Índia, que ficariam com a maior parte disso. É duvidoso aceitar isso, porque a meta pode cair a 350 partes por milhão no futuro". O coordenador defendeu, ainda, o limite máximo de 2° Celsius de elevação da temperatura global nos próximos cem anos - divididos em 0,2° Celsius a cada década. "É algo razoável, aceito pelo Itamaraty", afirmou Santhiago.

